

Relatório Anual de Acompanhamento do Plano de Ação para a Redução dos CAD

2021

Respostas e Intervenções



REPÚBLICA
PORTUGUESA
SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



SICAD Serviço de Intervenção nos
Comportamentos Aditivos
e nas Dependências

Relatório Anual de Acompanhamento do Plano de Ação para a Redução dos CAD 2021

Respostas e Intervenções

Ficha Técnica

Título: Relatório Anual Relatório Anual de Acompanhamento do Plano de Ação para a Redução dos CAD • 2021 – Respostas e Intervenções

Autor: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências:
Direção de Serviços de Monitorização e Informação

Editor: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Edição: 2022

Capa: Filipa Cunha (EMSI)

A informação relativa a este Relatório e ao respetivo volume Anexo está disponível no sítio web do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, www.sicad.pt

Índice

Nota introdutória	7
Sumário Executivo	8
Implementação, Monitorização e Avaliação	27
EMPODERAR	28
OG1. Reforçar a literacia em CAD, dotando o cidadão de informação, conhecimento e competências com vista a tomar decisões informadas e gerar comportamentos saudáveis e seguros (Metas 1, 2, 3, 4 e 5).....	28
OG2. Promover a inclusão social e a capacitação para o exercício da cidadania informada das populações mais vulneráveis com CAD (Metas 6 e 8)	44
OG3. Criar condições do ambiente externo para que haja comportamentos de menor risco/mais saudáveis	59
CUIDAR	61
OG4. Reforçar a equidade e igualdade de acesso a todos os serviços relacionados com CAD, independentemente da condição dos indivíduos (género, idade, etnia, origem, religião, situação judicial, condição social, económica ou outra), em todos os contextos (Metas 6, 7, 8, 13 e 14)	61
OG5. Garantir a disponibilidade e a qualidade na prestação de serviços relacionados com CAD (Metas 7, 9, 10, 11, 12, 13 e 16)	75
PROTEGER	86
OG6. Reduzir e gerir os riscos de exposição ao consumo de substâncias psicoativas e a outras praticas potencialmente aditivas, inclusive através de regulação e fiscalização adequadas, mas também através de medidas de proteção social a grupos mais vulneráveis a essa exposição (Metas 9, 14, 15, 16, 17 e 18).....	86
OG7. Aumentar a segurança e diminuir a criminalidade relacionada com o consumo e a oferta ilegal de substâncias psicoativas e com outras práticas potencialmente aditivas. (Metas 14, 15, 18, 19, 20 e 21)	91
OG8. Reforçar a monitorização dos mercados internos e globais e a capacidade para a deteção e o alerta precoces, e acelerar os processos de adaptação da regulação a novas necessidades diagnosticadas. (Metas 18 e 19).	99
Áreas Transversais	101
OG9. Aprofundar e gerir o conhecimento, promover capacitação dos intervenores, divulgar informação e garantir os compromissos internacionais, a representação nacional e desenvolver relações de cooperação em matéria de CAD.....	101
Formação	109
Comunicação.....	115
Relações Internacionais e Cooperação	119
Siglas e acrónimos	130

Nota introdutória

O Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2021-2030 (PNRCAD 2021-2030) pretende constituir a orientação estratégica e política na abordagem aos CAD. Com a participação das entidades públicas com representação na Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, da Toxicodependência e do Uso Nocivo do Álcool e nas respetivas Subcomissões, foi desenhado para atender à evidência produzida e à identificação e caracterização dos problemas relacionados com os CAD. Reflete as suas tendências e evoluções, que o Sistema Nacional de Informação em CAD sistematiza anualmente. Sendo um compromisso a dez anos, o PNRCAD 2021-2030, atento às mudanças do fenómeno e à identificação de novos problemas e prioridades, operacionaliza-se em três Planos de Ação: Horizonte 2024, 2025 a 2027 e 2028 a 2030.

O Plano de Ação com o Horizonte de 2024 elenca as intervenções num ciclo mais curto, orienta e foca-se em objetivos específicos prioritários, adequados aos problemas e desafios identificados na "Situação atual", que contextualiza o fenómeno em Portugal a cada momento. Contudo, o facto de o PNRCAD e o Plano de Ação Horizonte 2024 não terem sido ainda formalmente aprovados pelo Governo, criou algumas dificuldades na orientação dos serviços na consecução das ações propostas, a par de dificuldades de reporte adequado à nova grelha. Acresce a ausência de aprovação do alargamento do mandato das estruturas de Coordenação Nacional para temas para além das "drogas" e álcool. Não houve uma verdadeira coordenação e apoio à concretização das ações previstas, pelo que, seguramente, ficámos aquém no potencial de realização das entidades, assim como no próprio reporte. Apesar disso, e considerando que muito do trabalho não deixou de ser feito, foi decidido realizar a recolha da informação sobre as atividades desenvolvidas por cada uma das entidades, em 2021, tentando que as mesmas sejam reportadas de acordo com as respetivas ações, objetivos e metas.

Compete ao SICAD apoiar o Coordenador Nacional na elaboração do Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências a apresentar anualmente ao Governo português e à Assembleia da República, o qual é complementado pelo Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Álcool e pelo Relatório Anual de Acompanhamento do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências. Enquanto Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, realço novamente o desempenho e envolvimento dos profissionais e dos serviços na concretização de muitas das ações que concorrem para a diminuição dos comportamentos aditivos e dependências. Também por isto, apesar da ausência de aprovação formal dos planos, não podíamos deixar de apresentar o que temos.

O "Sumário Executivo" sublinha a informação mais relevante do Relatório.

Lisboa, 02 de dezembro de 2022

*Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências
e do Uso Nocivo do Álcool*



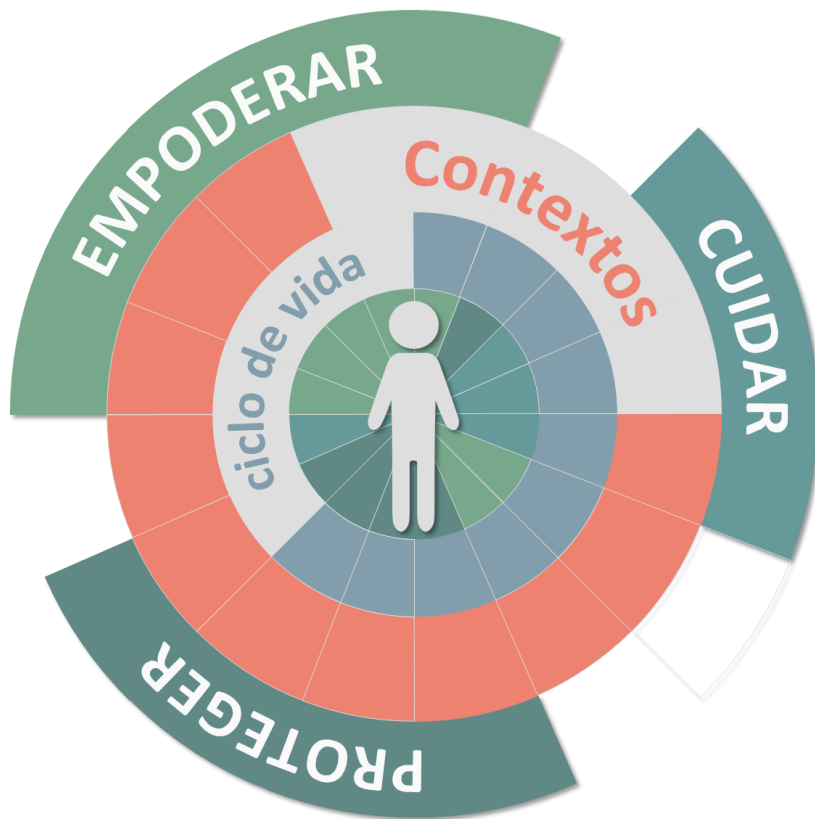
(João Castel-Branco Goulão)

Sumário Executivo

Têm particular destaque no Plano Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências Horizonte 2024, os grupos populacionais que, pela idade, estilo de vida, posição social, econômica ou cultural, dependência ou morbidade, ou outros fatores, se encontrem em posição de particular vulnerabilidade, por vezes por via da estigmatização, pugnando-se pelo reforço e criação de iniciativas que visem a sua proteção e inclusão na comunidade e facilitação do acesso a apoio com dignidade.

O reconhecimento de que o cidadão tem possibilidades múltiplas, que podem ser favorecidas com vista a facilitar uma experiência de vida de maior realização e satisfação, uma melhor capacidade de gestão da exposição e utilização de produtos ou atividades potencialmente aditivos, de resiliência em circunstâncias problemáticas e de recuperação, reflete-se na priorização do seu empoderamento, desenvolvendo os seus recursos internos, em contexto comunitário, mas também nos cuidados especializados prestados, bem como as condições para o seu exercício.

Os 3 pilares deste Plano - Empoderar, Cuidar e Proteger - concretizam as linhas estratégicas do que se entende ser o caminho e fim último: construir comunidades mais saudáveis, com menos problemas associados ao consumo de substâncias psicoativas e a outros comportamentos com potencial aditivo.



EMPODERAR

Promover a capacidade de as/os cidadãs/ãos lidarem com os desafios que o quotidiano lhes coloca nos seus vários contextos de vida, de forma a terem uma experiência o mais próxima possível de realização e bem-estar.

> **Reforço da Literacia em CAD/Promoção de Intervenções Preventivas**

Durante o ano 2021 foram promovidos alguns projetos no âmbito das **intervenções preventivas em CAD**, que tiveram em conta a imprevisibilidade e a complexidade da realidade pandémica, exigindo acrescidos esforços de resiliência aos profissionais.

Denota-se a continuidade de algumas atividades das equipas de prevenção quer das ARS, I.P./DICAD, em estreita articulação com a comunidade, quer por organizações da sociedade civil, com as necessárias adaptações ao contexto evolutivo da situação de pandemia.

Assim, o trabalho desenvolvido, ainda que em diferentes graus de implementação, centrou-se em ações de sensibilização, formação e implementação e acompanhamento de programas de prevenção, consultadoria e apoio técnico.

À semelhança dos anos anteriores, em 2021 procurou-se concretizar intervenções estruturais e multicomponentes, como é o exemplo do **Programa Eu e os Outros**, tendo-se dado início, em 2020, à construção de uma **nova narrativa dedicada às interfaces entre os CAD e a COVID - 19**, que foi desenvolvida sob o slogan "Eu enfrento a COVID-19 com os Outros – Não sejas tu o vírus". Em abril de 2021 uma **4ª versão** foi lançada incidindo na vivência dos adultos percebida aos olhos dos jovens, e incluindo a discussão à volta dos mitos e significados da vacinação contra a COVID-19. Também no âmbito deste programa foi **desenvolvido um conjunto de linhas de ação** visando a mobilização de entidades, a formação de intervenores, suporte técnico, avaliação e disseminação dos resultados. Durante o biénio 2020/2021, com base no trabalho levado a cabo pelas equipas de prevenção das ARS, I.P./DICAD, e traduzindo uma relevante dedicação e esforço destas mesmas equipas em retomarem a dinâmica da intervenção preventiva, foram **formados 460 aplicadores de 136 instituições**, que **dinamizaram 9.973 adolescentes**, com expressão a nível nacional.

Em relação à intervenção em **contexto de ensino militar não superior** foi iniciado um novo processo formativo, com a constituição de um grupo de formação de base e um grupo de formação de aprofundamento. Concluída a formação síncrona, **sete grupos concretizaram a implementação**, abrangendo um **total de 133 alunos**.

Em 2021 foi **mantido o trabalho conjunto com o consórcio Centro Internet Segura/Centro Nacional de Cibersegurança** e estabelecidas **novas parcerias, quer com a Câmara Municipal de Odivelas e Centro de Formação de Agrupamentos de Escolas de Loures (CENFORES)**, quer com o **ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**.

Neste ano também se concretizou a linha de ação desenvolvida conjuntamente com a **Direção Regional de Prevenção do Combate às Dependências (DRPCD)** para a implementação do **Programa Eu e os Outros** na Região Autónoma dos Açores (RAA) tendo-se iniciado um novo processo formativo, com o **envolvimento de 15 instituições** de quatro ilhas.

Há a destacar que, no decurso de 2021 e pela realidade de situação de pandemia, se consolidou o processo formativo do **Programa Eu e os Outros** para um formato de ensino à distância.

No âmbito de **outros programas ou projetos**, com especial destaque para os Programas **Ger@ções**, **“Pistas e Trilhos”**, **“Riscos e Desafios”**, e **“Projeto Like Saúde”**, foram realizadas diversas intervenções estruturais e continuadas pelas ARS, I.P./DICAD.

Na **Prevenção Indicada** maiores dificuldades foram sentidas na realização de projetos, devido à imperiosa mobilização do pessoal da saúde para atividades prioritárias face à pandemia.

Na área preventiva outras entidades como o **Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ, I.P.)**, procuraram dar continuidade a algumas intervenções relevantes em matéria de CAD, designadamente pelo programa de saúde juvenil – **Cuida-Te+**. Apesar dos constrangimentos que limitaram as intervenções de modo presencial, o IPDJ promoveu novos materiais e formas de divulgação e informação através de *webinars* e formações *online*.

A **Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens**, pelas diversas **Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)** das NUTSII Norte, Centro e Alentejo, deram continuidade ao Projeto de Parentalidade Positiva Adélia, no âmbito do Eixo I – Mais Proteção. No ano de 2021, no âmbito do acompanhamento dos **Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPPDCJ)** junto das CPCJ, foram **dinamizadas 161 CPCJ e concluídos 42 PLPPDCJ**.

A **Direção Geral de Educação (DGE)**, no ano letivo de 2021, dinamizou diversos *webinars* subordinados a temas relacionados com os CAD, designadamente tabaco, álcool e outras substâncias, uso indevido de medicamentos, e dependências sem substâncias. Nestes *webinars* de cerca de 60 minutos cada, **participaram mais de 1000 docentes**.

O **Ministério da Defesa Nacional** deu continuidade às atividades e iniciativas no âmbito do Plano de Prevenção de Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências (PPCADFA), que se estrutura em três eixos de atuação - segurança militar, promoção da saúde, e melhoria da qualidade do PPCADFA. Este, apesar de dirigido em especial aos militares das Forças Armadas, pretende também abranger ações preventivas para os alunos dos Estabelecimentos Militares de Ensino (Colégio Militar e Instituto dos Pupilos do Exército).

Em 2021 deu-se continuidade ao projeto de intervenção preventiva em matéria de CAD, junto do universo dos alunos dos Estabelecimentos Militares de Ensino – EME - (Colégio Militar e Instituto dos Pupilos do Exército). O projeto consiste na aplicação do **Programa Eu e o Outros** desenvolvido pelo Ministério da Saúde/SICAD. Foram abrangidos **dois técnicos do Ministério da Defesa/Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional, um técnico do Ministério da Saúde, 12 professores dos EME e, aproximadamente, 154 alunos**, com idades entre os 12 e 18 anos, provenientes de diversos níveis de escolaridade (7º, 10º e 11º anos).

> **Desenvolvimento de programas, ações de proximidade e de sensibilização de grupos específicos na comunidade**

Apesar dos múltiplos constrangimentos decorrentes do contexto pandémico houve uma preocupação generalizada por parte das equipas das DICAD em desenvolver intervenções comunitárias e de proximidade. Realçam-se as ações da **ARS Centro, I.P./DICAD** que contactou e interveio com **17.310 cidadãos em contextos recreativos**. Em termos de prevenção foram **abrangidos 32.287 indivíduos, na região centro, tendo-se assim um total de 59597 de pessoas abrangidas em 8 programas /projetos executados**. Também a ARSLVT, I.P., /DICAD colaborou com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), o SICAD, as juntas de freguesia e vários parceiros com intervenção local, na criação do grupo de trabalho de ação concertada nas freguesias do Areeiro, Beato e Marvila, tendo como objetivo concertar estratégias para responder aos

fenómenos relacionados com consumos na zona oriental da cidade de Lisboa. No âmbito do preconizado para a Estratégia Integrada de Intervenção com Crianças e Jovens da Rede Social de Lisboa e das necessidades identificadas foi priorizado a **elaboração de um Plano de Intervenção Preventiva para as crianças e jovens residentes num contexto comunitário**. Realizaram-se **duas ações formativas junto das equipas técnicas da rede de parceiros locais**, que se desdobraram em **4 iniciativas** desenvolvidas para a comunidade e **duas ações de sensibilização e informação, abrangendo um total de 30 escolas**.

A ARS Alentejo, I.P./DICAD desenvolveu **6 iniciativas orientadas para a comunidade, 210 ações de informação e sensibilização** abrangendo **7.984 pessoas**. De forma mais específica desenvolveram **7 iniciativas de interação com os Educadores de Pares, envolvendo 14 pessoas**.

A ARS Algarve, I.P., /DICAD pôs em prática 2 tipos de iniciativas (**jogo “Quem Quer Comandar” e jogo “(Des)conecta-te”**), **junto da comunidade educativa**. Realizaram ainda **32 ações de informação/sensibilização em meio escolar, para jovens, no âmbito da prevenção de CAD, com e sem substância, no Ensino Básico e no Ensino Secundário**. Abrangeram **4 Escolas Secundárias e 3 Escolas Básicas do 2º e 3º Ciclos, num total de 837 alunos, em meio escolar**; 5 professores Coordenadores do **Projeto da Educação para a Saúde**, que, por sua vez, articularam com um total de 41 professores Diretores de Turma, distribuídos pelas diferentes escolas implicadas.

Na Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD), foram desenvolvidas **11 iniciativas para a comunidade, que abrangeram 299 pessoas**.

Na **Reinserção** foi desenvolvido o programa **“Prevenção da desinserção sócio laboral”** constituído por três vertentes complementares: ações de sensibilização em relação ao consumo de Substâncias Psicoativas (SPA), desenvolvimento de Treinos de Competências Pessoais e Sociais (TCS) e acompanhamento de trabalhadores integrados em programas de tratamento nas ETET.

No ano de 2021, este programa realizou **9 ações de informação e sensibilização realizadas** que abrangeram **124 pessoas**. Ainda neste âmbito foram realizados **Treinos de Competências Sociais** que abrangeram **18 pessoas**.

O SICAD desenvolveu iniciativas sobre CAD em **Meio Laboral** para a capacitação de quadros dirigentes, chefias e trabalhadores em 2 autarquias, 2 grandes empresas nacionais e numa universidade. Concretizaram-se em **11 ações de sensibilização** que decorreram maioritariamente *online* e contaram com a colaboração de 5 diferentes Centros de Respostas Integradas (CRI).

Ainda referente ao Meio Laboral, continuou a priorizar-se o envolvimento e/ou a capacitação dos stakeholders (SH) nos processos de implementação, monitorização e avaliação das intervenções em CAD, designadamente neste contexto.

Durante o ano de 2021 foi desenvolvido trabalho com as autarquias do Seixal e Loures, através do programa de prevenção de CAD **EURIDICE**, bem como com os municípios de Lousada, Famalicão, Gondomar, Felgueiras, Matosinhos e Paços de Ferreira.

O SICAD manteve, ainda, o acompanhamento a protocolos firmados com 7 autarquias e uma universidade, no âmbito da prevenção e intervenção em CAD, em meio laboral. No ano de 2021 deu-se continuidade às atividades no âmbito do Programa de Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Dependências na Casa Pia de Lisboa, I.P. (CPL), tendo os Guiões de Procedimentos e os Manuais de Suporte sido atualizados. Os procedimentos CAD sem substância foram integrados e inseridos na CI9/2019, Programa de Saúde na Casa Pia de Lisboa, I.P. – “Saúde Para Todos”.

> **A promoção de programas de deteção precoce intervenções breves**

A promoção da deteção precoce e a facilitação de intervenções breves em CAD continuou a ser uma prioridade para a intervenção em 2021, para as ARS, I.P./DICAD, pois através destes processos são facilitados, de forma atempada, respostas específicas e criados mecanismos diferenciados de referenciação, sobretudo em faixas etárias mais precoces. Decorrendo em diferentes contextos, assumem particular importância no **acompanhamento a crianças e jovens sinalizados em situação de risco**, o recurso a metodologias de deteção e referenciação precoces em meio escolar e na Casa Pia de Lisboa, e ainda em intervenções integradas entre prevenção e redução de riscos e minimização de danos, como ocorreu nomeadamente em festas e eventos académicos.

Em 2021 a atividade do **Fórum Nacional Álcool e Saúde** foi fortemente determinada pela pandemia, limitando-se ao contacto do Secretariado Permanente com alguns Membros para a concretização e planeamento de linhas de ação. Foi recolhida informação sobre a atividade desenvolvida pelos membros no âmbito dos seus compromissos, sendo ainda de salientar a realização de **3 workshops temáticos**.

> **Promoção de respostas específicas para a inclusão social**

Na intervenção em Reinserção desenvolvida nos CRI, os objetivos relacionados com a empregabilidade são uma prioridade para a grande parte dos cidadãos com CAD e a intervenção foca-se na promoção do aumento de competências profissionais, na preparação para a integração laboral e na facilitação do acesso ao mercado de trabalho. Assim, em 2021 os técnicos da área social das diferentes Unidades de Intervenção Local (UIL), distribuídas pelo território nacional (CRI, UA e CT), acompanharam um total de **15.516 pessoas em processo de reinserção (ativos em reinserção)**. No âmbito do diagnóstico social efetuado junto das pessoas com CAD, que são acompanhadas pelos técnicos de reinserção destas Unidades, e que têm **Plano Individual de Inserção (PII) foram identificadas 15.076 pessoas com necessidades de acompanhamento social**. Dentro do universo dos PII, ao longo deste ano foram **avaliados 746 (43%)**. Considerando apenas o número de planos que foram avaliados em 2021, foram cumpridos 51%, ou seja, 1.224. Estes são os planos que foram avaliados com cumprimento total ou parcial. No âmbito da intervenção em Reinserção das equipas das UIL, **71 pessoas foram integradas em respostas formativas e 526 em respostas de emprego**.

Na **intervenção em Reinserção das equipas das UIL, 1.571 pessoas beneficiaram de respostas de apoio social**, através da mobilização de parcerias na comunidade, que permitiram o acesso a condições de subsistência e à satisfação de outras necessidades básicas. Saliente-se ainda que para além destas respostas, em larga medida de carácter emergente ou orientadas para a solução de problemas específicos (frequentemente, apoio para tratamento em CT), em 2021 estiveram em vigor respostas integradas à realidade dos utentes nesta área, nomeadamente 13.443 Planos Individuais de Inserção (PII), correspondendo 11.227 utentes com PII.

Importante é igualmente referir que no **Instituto de Segurança Social (ISS, I.P.)**, no ano de 2021, estiveram registados no Sistema de Informação da Segurança Social com **processos familiares ativos, 10.413 indivíduos com problemas de toxicodependência e 13.814 com problemas ligados ao álcool (PLA)**.

Quanto à implementação de projetos de intervenção e de boas práticas de inclusão social, refira-se que em 2021 **as Equipas de Reinserção dos CRI continuaram a desenvolver iniciativas potenciadoras da inserção do cidadão nas suas redes de suporte**. Refira-se ainda que no âmbito do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI), em 2021, foram apoiados **técnica e**

financeiramente 18 projetos de reinserção, distribuídos pelo território nacional e que abrangeram aproximadamente **4.460 pessoas**.

No que toca ao reforço da articulação com SH estratégicos, visando a agilização e a rentabilização da eficácia das intervenções ao nível da inclusão social, em 2021 os CRI prosseguiram as iniciativas que facilitam o ajustamento das abordagens tradicionais a novos modelos de intervenção **dinamizando Grupos de Trabalhos com SH estratégicos**. Nesse âmbito, realizaram-se em todo o país mais de **800 intervenções com SH nacionais, regionais e/ou locais**, com atribuições nas áreas que mais relevo têm para a inclusão social: **entidades empregadoras, autarquias, Associações e Técnicos de diversas Áreas/Entidades**.

A **definição de mecanismos de alerta/diagnóstico de situações vulneráveis** passa por uma articulação interinstitucional estável e funcionante, que permitiu a referenciação, no âmbito do protocolo interinstitucional entre o SICAD, o ISS e a SCML e as ARS, I.P./DICAD, de utentes em particular fragilidade social.

Nesta linha, mais de 1.250 cidadãos com CAD em grande vulnerabilidade social foram detetados, beneficiando da articulação entre as estruturas de resposta ao nível do tratamento e da reinserção, e as unidades orgânicas do ISS, I.P. e da SCML. Para este trabalho de articulação entre serviços das ARS, I.P./DICAD para os CAD e as estruturas do ISS, I.P., assumiu particular importância a utilização da **Ficha de Ligação**, instrumento desenvolvido para agilizar e facilitar o trabalho de articulação interinstitucional entre os serviços públicos no âmbito da saúde CAD e a Segurança Social. Ao longo do ano 2021, os CRI enviaram **524 fichas de ligação para os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social** do ISS, I.P., tendo os **CRI rececionado 51 fichas de ligação**.

> **Desenvolvimento de respostas específicas no âmbito social dirigidas a grupos específicos de subpopulações com CAD**

No domínio das subpopulações em maior vulnerabilidade, nomeadamente migrantes, entre outras, em 2021 foi possível enquadrar um total de mais de 230 cidadãos de várias nacionalidades nas respostas existentes, quer em termos de tratamento, quer em RRMD. A título de exemplo refira-se que na ARSLVT, I.P., /DICAD foi implementado o **Plano de Prevenção da síndrome de privação alcoólica dirigido a pessoas sem abrigo, intervenção desenvolvida pela UAL/DICAD ARSLVT, CML e outras Entidades parceiras da sociedade civil**. Foram ainda dinamizadas formações para os profissionais da DICAD sobre a intervenção junto da população migrante com CAD.

No que se refere ao **contexto recreativo** a ARS Centro I.P., através dos 3 Pontos de Contacto e de Informação, contactou mais de **27.300 indivíduos**, sendo que, de entre estes, mais de **18.200 eram utilizadores de substâncias psicoativas ilícitas**.

Refira-se ainda, no que respeita à subpopulação com CAD em situação de sem abrigo, que o SICAD manteve a sua representação no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA). Ao longo do ano de 2021, foram contabilizadas 20 participações em reuniões no âmbito destes órgãos da ENIPSSA. Adicionalmente, foi assegurado um módulo de formação sobre os comportamentos aditivos e dependências no curso de formação organizado pelo Instituto de Segurança Social/ENIPSSA, dirigido a gestores de caso.

> **Desenvolvimento de intervenções específicas e diferenciadas no âmbito da RRMD**

Em 2021 foram mantidas, e mesmo ampliadas, as respostas para consumidores por via injetável, quer no âmbito dos projetos RRMD cofinanciados pelo PORI, quer no desenvolvimento de novas respostas no âmbito dos Programas de Consumo Vigiado.

Não só se manteve a monitorização da **resposta do Programa de Consumo Vigiado Móvel de Lisboa**, como na mesma cidade se verificou a abertura de estrutura para um início de fase experimental, o **Serviço de Apoio Integrado (SAI)**, – que dispõe de um Programa de Consumo Vigiado Fixo.

Refira-se ainda a constituição, para a cidade do Porto, de uma **Comissão de Acompanhamento, composta pelo SICAD, pela Câmara Municipal do Porto, pela ARS Norte, IP /DICAD**, tendente ao desenvolvimento e implementação de uma resposta neste domínio, a ser implementada em 2022.

Quanto ao desenvolvimento de **mecanismos de alerta/diagnóstico de situações vulneráveis e respetiva sinalização** para entidades competentes, saliente-se a ocorrência de mais de 1.000 referências, bem como a implementação e dinamização de **oito respostas dirigidas à deteção e diagnóstico de situações vulneráveis** relacionadas com os CAD.

> **Dissuasão**

O início do novo ciclo estratégico 2021-2024 ocorre num ano ainda marcado por uma difícil gestão pandémica. Na área da Dissuasão, as principais consequências recaem na diminuição das ocorrências por consumo e na respetiva instauração de contraordenações, invertendo as tendências verificadas nos últimos anos. Ainda assim, por comparação com o ano anterior, assistimos a um ligeiro aumento das ocorrências (+6 pontos percentuais) e respetiva instauração de processos de contraordenação (+4 pontos percentuais).

As contraordenações por consumo concentram-se maioritariamente entre a população jovem e jovem adulta (16-24), ainda que apresentando uma diminuição por oposição ao ano anterior. Os números confirmam um ténue revigorar do investimento das autoridades policiais (GNR/PSP) na deteção precoce das situações de consumo, especialmente nos contextos frequentados por jovens. A este nível, a mobilização dos recursos e dos principais SH estratégicos em Dissuasão, condicionam o investimento na otimização do potencial preventivo das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT).

Destacam-se as situações de risco moderado, com cerca de 57% dos jovens alvo de processo de contraordenação, especialmente entre os 20 e 24 anos. Para além da abordagem motivacional e dissuasora desenvolvida nas CDT, que procuram travar, reduzir e eliminar o consumo de SPA e os riscos que lhe estão associados, são chamadas a intervir outras entidades especializadas, como as de prevenção indicada (CRI, ARS), que desenvolvem um trabalho determinante na gestão dos consumos, quer ao nível da abordagem preventiva, como das respostas sociais-profissionais.

CUIDAR

> **Dissuasão**

Priorizando um modelo de intervenção integrada, as DICAD (ARS) enquanto parceiros cruciais para a abordagem dissuasora nas situações de alto risco, cuidam da população dependente, que sofre um aumento significativo entre a população indiciada por consumo (9.5%), especialmente entre os 45 e 49 anos e nas situações que envolveram cocaína (+19%) e opiáceos (+23%) por comparação com o ano anterior. As referenciações para estruturas de tratamento à dependência aumentam em 5 pontos percentuais (98% encaminhados), com maior incidência para as situações de redirecionamento à manutenção de tratamento (64%).

Aparentemente, os confinamentos voltam a fazer cair as situações de baixo risco, verificando-se um decréscimo evolutivo na ordem dos 11% e um crescimento significativo da resposta Dissuasora, traduzido no aumento das sessões psicoeducacionais realizadas nas CDT.

Finalmente, um destaque para a manutenção do investimento na intervenção harmonizada e articulada com os principais stakeholders em Dissuasão, assegurando uma interação ágil e especializada, que contempla respostas específicas em matéria de inclusão social, fortalecendo o impacto das intervenções.

O planeamento para o próximo ano, dará continuidade a este trabalho de alinhamento estratégico, com especial relevância para o estabelecimento de novos circuitos de articulação que garantam abrangência nas respostas e qualidade nas intervenções.

> **Reforçar equidade e igualdade de acesso a todos serviços CAD**

Em 2021 foram disponibilizadas respostas comunitárias específicas para as pessoas com problemas ligados ao álcool e que, concomitantemente, apresentam vulnerabilidades e riscos de saúde e sociais, através de intervenções junto dos **tribunais e da DGRSP**, como é exemplo a **parceria da ARSLVT, I.P./DICAD**.

Estas respostas englobam várias áreas de intervenção para garantir maior acessibilidade e centralidade junto das pessoas com CAD, enquadradas no apoio à implementação das injunções da **Taxa.Zero** (atividade estruturada destinada a arguidos primários indiciados pela prática do crime de condução de veículos em estado de embriaguez).

Outras iniciativas foram promovidas pela Equipa de RRMD da Unidade de Alcoologia de Lisboa, através da formação sobre a Abordagem Informal aos Problemas Ligados ao Álcool junto da População sem-abrigo, com elaboração de segmento de RRMD; e de início de projeto de levantamento de necessidades em RRMD, junto da população dos Centros de Acolhimento, entre outras iniciativas.

> **Inovação e atualização da implementação do PORI**

No âmbito do desenvolvimento do PORI e da sua inovação e atualização face às novas realidades e necessidades dos cidadãos e comunidades, em 2021 foram contabilizados **72 projetos ativos**, abertos **54 procedimentos concursais**, **concluídos e iniciados 46 projetos em 39 territórios prioritários** nos eixos de RRMD, Prevenção, Reinserção e Tratamento, nas regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve.

Traduzindo-se num apoio financeiro global de cinco milhões cento e cinquenta mil e sessenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos. (5.150.068,65 €), verifica-se que em termos de região de saúde foi à ARS Norte, IP, que coube a maior parte do financiamento, seguida pela região de Lisboa e Vale do Tejo. A esta distribuição não será estranho o facto de que 81% (59) dos projetos estarem localizados na região norte e centro, os restantes 19% (13) estão na região de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve, o Alentejo é a única região que não tem projetos em execução. Por eixo de intervenção, verifica-se que 54% das intervenções são no eixo da RRMD, 25% na reinserção, 18% na prevenção e apenas 3% no tratamento.

A parte mais significativa deste financiamento diz respeito a projetos da **área da RRMD, representando 71% do total do montante de financiamento atribuído**. A área lacunar Prevenção recebeu 12% do financiamento atribuído pelo SICAD, a Reinserção 12% e o Tratamento 5%.

No que diz respeito às atividades de Monitorização e Avaliação dos projetos, foram elaborados pelo SICAD no ano de 2021, **45 relatórios de avaliação, 2 pontos de situação** que avaliam preliminarmente a primeira fase o projeto e são um instrumento fundamental para a sua renovação, além da apreciação de **60 pedidos de alteração técnica e financeira**.

Em 2021 foram remetidas pelas entidades promotoras de projetos no âmbito do PORI, **492 fichas de indicadores de todos os eixos das diferentes áreas de intervenção tendo sido inseridas em base de dados específica**, necessárias para a monitorização da execução dos projetos e atualização de diagnósticos territoriais.

> **Dinamização de serviços/respostas assistenciais menos estigmatizantes**

Em 2021, em termos das atividades dos UIL, as ARS, I.P., /DICAD mantiveram a sua capacidade de resposta, bem como as valências de consultas e outras intervenções (no âmbito da prevenção indicada, tratamento e reinserção) que permitiram assegurar uma prestação de serviços assistenciais específica e orientada para as necessidades dos utentes, e, como tal, **menos estigmatizantes, mais apelativos e orientados para a prestação de cuidados na comunidade**. É ainda de salientar intervenções junto aos tribunais de Pequena Criminalidade neste âmbito, bem como a manutenção das respostas de prevenção indicada, da intervenção com mulheres / grávidas.

Ao nível de outras instituições, merece referência a dinamização de **Protocolos Inovadores**, como é o caso do que ocorreu no **âmbito da ENIPSSA com o ISS, IP**, a estabelecer protocolos de cooperação, com entidades que manifestaram interesse em desenvolver projetos inovadores no âmbito do **Housing First e Apartamentos Partilhados**.

Na consolidação e dinamização da articulação dos serviços de saúde com os serviços sociais e recursos das comunidades, definidas e reguladas pela Rede de Referência/Articulação em CAD, ocorreram em 2021 várias iniciativas de articulação com os serviços de apoio aos Tribunais (EMAT), em larga medida determinadas pela **problemática das crianças e jovens em risco, e consequentemente, o respetivo Sistema de Promoção e Proteção**.

Assumindo um papel específico e de relevo na dinamização das referências em CAD, em 2021, SICAD continuou a assegurar a **resposta da Linha 1414**, que contou com um reforço de profissionais, o que permitiu manter o serviço em funcionamento nos dias úteis entre as 10 as 20h.

Sendo um serviço de aconselhamento Psicológico, anónimo, gratuito e confidencial na área dos CAD, cujo objetivo é prestar suporte emocional em situações de crise, refletir sobre questões relacionadas com os comportamentos aditivos, dependências e temáticas associadas, assim como esclarecer dúvidas ou informar sobre os recursos existentes nesta área, a Linha atendeu **3190 chamadas** no ano de 2021. Estes contactos foram sobretudo estabelecidos pelos próprios,

sendo o motivo principal as “Drogas” ou substâncias psicoativas, seguido de Outros, nos quais se inclui outros CAD como o jogo. No serviço de e-mail *counselling* - 1414@sicad.min-saude.pt foram recebidos no ano de 2021, um total de **234 mensagens**, tendo-se verificado que por este canal, predominavam os pedidos relacionados com o jogo - dificuldades em apostar e dependência de jogo, seguindo-se problemas com o tratamento de dependência de substâncias.

> **Melhoria dos processos de sinalização de crianças e jovens com problemas associados aos CAD**

Nos CRI das ARS, I.P., /DICAD, as equipas deram continuidade ao atendimento de jovens, referenciados pelas CPCJ e/ou tribunais, através das ETET e dos Espaços de Atendimento de Jovens, num contexto de Prevenção Indicada. As Comunidades Terapêuticas (CT) convencionadas continuaram a ser mobilizadas enquanto medidas de acolhimento para jovens ao abrigo de processos de promoção e proteção; no entanto, verificou-se igualmente referências pelas CPCJ de jovens com medidas de promoção e proteção para outras medidas terapêuticas em ambulatório disponibilizadas pelos CRI.

> **Reforço da harmonização e da equidade da intervenção**

No âmbito do protocolo do SICAD com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE-UC) e as cinco Administrações Regionais de Saúde, IP. (ARS), foi desenvolvido o projeto de investigação: **A intervenção em reinserção de pessoas com comportamentos aditivos e dependências – Processos e resultados da aplicação do modelo de mediação social e comunitária**. Em 2021 foi feita a publicação, divulgação e disseminação deste estudo, de forma a devolver a todos os intervenientes, sh e interessados os resultados produzidos.

Saliente-se ainda que em 2021, no âmbito do **Programa Eu e os Outros** foram assinados **9 protocolos e acordos de parceria com entidades externas, a renovação do Acordo de Parceria com a Direção Geral dos Recursos da Defesa Nacional/Ministério da Defesa Nacional e a intervenção desenvolvida com o Centro Internet Segura integrado no Centro Nacional de Cibersegurança**.

> **Garantir a disponibilidade e a qualidade na prestação de serviços**

Em 2021 o SICAD dinamizou o Grupo de Trabalho (GT) que levou à consolidação da versão preliminar do Manual – Intervenção em Crianças e Jovens com Processos de Promoção e Proteção no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (CAD), em análise foi consolidado o documento em alguns dos seus capítulos.

Foi ainda necessário dar continuidade ao apoio aos profissionais do tratamento e da RRMD, em termos dos efeitos da pandemia por Covid 19; em 2021, o SICAD produziu **quatro atualizações às Recomendações elaboradas em 2020**.

Saliente-se ainda que em 2021, e para lá do **trabalho conjunto com o Plano Nacional da Tuberculose da Direção-Geral da Saúde** relativamente à avaliação da Norma relativa ao Rastrear e Detetar Precoce da Tuberculose em cidadãos com CAD em tratamento ou em respostas de RRMD, manteve-se a **monitorização da implementação do Modelo de Intervenção em Reinserção**, incidindo sobre a execução e acompanhamento dos Planos Individuais de Inserção das pessoas com CAD.

> **Desenvolvimento de intervenções e outras medidas para proteger e apoiar os cidadãos com CAD**

Ao longo de 2021 e num contexto de pandemia assistiu-se a alterações nas dinâmicas das respostas, com execução de muitas intervenções não presenciais, a fim de reduzir riscos de contágio e propagação do vírus SAR-CoV 2, com repercussões significativas tanto no número de novos utentes admitidos nos CRI, bem como na capacidade de retenção dos utentes ativos.

De igual modo assistiu-se não só a um maior número de admissões em comunidades terapêuticas, como a uma permanência mais, o que também limitou a intervenção direta das equipas de tratamento.

Contudo nas UIL, com todos os condicionantes conhecidos, foi possível prosseguir uma **intervenção de testagem sistemática dos utentes**, nomeadamente aqueles que, à partida, seriam portadores de maior risco, no que se refere **a infeções sexualmente transmissíveis (IST)**, quer na subpopulação em tratamento, quer nos novos casos, ou seja, os cidadãos que nunca tinham procurado ajuda nos serviços públicos de tratamentos de CAD.

Houve continuidade do **Programa de Consumo Vigiado Móvel (PCVM)**. Sendo um programa de RRMD, tem atuado junto dos consumidores que estão em maior risco e procurou contribuir para a melhoria da saúde, segurança e qualidade de vida dos utilizadores de substâncias psicoativas, em especial os consumidores de heroína por via endovenosa.

Por outro lado, é da maior importância salientar a criação da resposta de **Programa de Consumos Vigiado em instalações fixas, na Cidade de Lisboa**, enquanto constituição de uma resposta específica para populações de consumidores de SPA.

Assim, a nível nacional, registaram-se **398 intervenções específicas e integradas, contemplado as comorbilidades infecciosas mais associadas aos CAD**, com referência a uma percentagem de **utentes ativos testados** no ano foi de **39,1%**, e de **utentes que procuraram pela primeira vez os serviços públicos, de 40,1%**.

A nível do desenvolvimento de respostas de tratamento e RRMD surgiram **17 novas iniciativas**.

Considerando os rastreios realizados, quer em utentes em tratamento quer sob Intervenção RRMD no ano, registaram-se **4.755 rastreios para o HIV e 1.496 para a TB**.

Continuou a assegurar-se a **gestão dos contratos de convenção** com entidades privadas que operam no âmbito do tratamento dos CAD.

Adicionalmente, destaca-se o trabalho desenvolvido para a definição dos requisitos e das regras de negócio da **Plataforma das Convenções em CAD**, que entrou em produção no decurso do ano de 2021.

A **Direção-Geral da Saúde (DGS)** referiu que o Programa de Distribuição Gratuita de Materiais Preventivos e Informativos permitiu a **distribuição de 3.917.395 preservativos externos (masculinos) e internos (femininos) e de 412.920 embalagens de gel lubrificante**. Verificou-se assim, um **aumento significativo de 31% no número de preservativos distribuídos**, comparativamente ao ano de 2020. Relativamente ao gel lubrificante, verificou-se tendência inversa, com uma redução expressiva de cerca de 50% no número de embalagens distribuídas.

A **disponibilização da Profilaxia Pré-Exposição ao VIH (PrEP), dirigida às pessoas com risco acrescido de aquisição de infeção VIH** (de entre as quais, as pessoas que utilizam substâncias psicoativas por via injetável) está disponível em Portugal, desde fevereiro de 2018. Os dados disponíveis, indicam que no final de 2020, a **PrEP era disponibilizada em 24 hospitais de Portugal Continental e já abrangia mais de 1.586 pessoas**, registando-se um aumento de 27%, quando

comparado com 2019 (1.252). Dessas, 2 pessoas abrangidas foram identificadas como utilizadoras de substâncias psicoativas por via injetável.

Na sequência da criação da rede de prestação de cuidados de saúde hospitalares à população reclusa que vive com as infeções VIH, VHB e/ou VHC, estabelecida através do Despacho nº 283/2018, de 5 de janeiro, dos gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, publicado no Diário da República, 2ª série, n. 4 de 5 de janeiro, foram estabelecidos protocolos entre 28 estabelecimentos de saúde e 44 estabelecimentos prisionais, em julho de 2018. **Em 31 de dezembro de 2021, os protocolos encontravam-se implementados na sua grande maioria**, com exceção do EP de Évora e o Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE e, entre o EP de Aveiro e o Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE.

No âmbito das estratégias de prevenção, foi dada **continuidade ao Programa de Troca de Seringas (PTS)**, tendo-se registado **1.132.770 seringas distribuídas/trocadas** em 2021 pelas estruturas participantes, verificando-se uma ligeira diminuição de 2%, quando comparado com o ano de 2020 (1.155.728).

As **equipas de rua foram responsáveis pela distribuição de 859.960 seringas**, o que corresponde a 76% do total das seringas distribuídas. **As farmácias** associadas da ANF e AFP **distribuíram 23% do total das seringas (265.160)**, enquanto as **unidades de saúde dos Cuidados de Saúde Primários asseguraram a distribuição de 1% das seringas distribuídas em 2021 (7.650)**.

Encontravam-se registadas **1.693 farmácias aderentes ao PTS**, englobando associadas da Associação Nacional das Farmácias (ANF) e da Associação de Farmácias de Portugal (AFP).

Foram ainda distribuídos, no âmbito do PTS, **558.595 preservativos**, verificando-se assim uma redução de 7% no número de preservativos distribuídos, comparativamente ao ano anterior.

Das respostas de RRMD, 5 têm financiamento da DGS, através do PNISTVIH (Associação Ser+, Associação Existências, Associação Novo Olhar II, Associação Médicos do Mundo, Associação para o Planeamento da Família – Algarve).

Os dados disponíveis à data, referentes ao número **de testes rápidos de VIH realizados em 2021** pelas diferentes estruturas – Centros de Aconselhamento e Detecção Precoce (CAD), Cuidados de Saúde Primários e Organizações não-Governamentais/Organizações de Base Comunitária financiadas pela DGS, totalizaram **30.865 testes**. Verificou-se, comparativamente ao ano de 2020, um aumento de 21% (25.471), contudo, este valor mantém-se ainda inferior ao número de testes realizados em 2019 (43.691).

As organizações não-governamentais/organizações de base comunitária financiadas pela Direção-Geral da Saúde foram responsáveis pela realização de 45% dos testes.

Através dos projetos desenvolvidos por organizações não governamentais/organizações de base comunitária financiadas pela DGS e no âmbito do Acordo entre o Grupo de Ativistas sobre Tratamentos (GAT) e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, tem-se verificado tendência crescente anual do número de testes rápidos realizados. Em 2021 atingiu-se o **total de 17.573 testes de AgHBs e de 22.820 testes de anticorpo anti-VHC**

Quando analisados os dados dos testes realizados por organizações não governamentais/organizações de base comunitária no que diz respeito às populações chave, verifica-se que foram realizados 725 testes de VIH, 535 de AgHBs, 602 de anti-VHC e 738 de Sífilis.

Portugal mantém a estratégia de tratar todas as pessoas diagnosticadas com VIH, independentemente do valor de linfócitos T CD4+, de acordo com a evidência científica atualizada, contribuindo assim, certamente, para o alcance das metas da ONUSIDA,

nomeadamente 95% de pessoas diagnosticadas com VIH se encontrarem em tratamento e destas, 95% apresentarem carga viral suprimida até 2030.

O país estabeleceu ainda o objetivo de garantir que 100% dos doentes elegíveis para tratamento da hepatite C o iniciam e que o fazem de acordo com as Normas de Orientação Clínica. Os dados mais recentes informam que já foram autorizados 30.086 tratamentos, dos quais 28.844 já foram iniciados.

> **Reduzir as comorbilidades associadas aos CAD**

A identificação dos determinantes da saúde e sociais e deteção precoce dos fatores de risco, na perspetiva da prevenção e controlo das doenças crónicas não transmissíveis, nomeadamente em faixas etárias mais elevadas, traduziu-se num reforço das atividades de deteção dessas patologias na população em tratamento por CAD, o que implicou a referenciação destes utentes para médico de medicina geral e familiar, e para consultas hospitalares.

Em 2021, foram feitos pequenos avanços no sentido do investimento nas capacidades dos serviços para a implementação de estratégias de diagnóstico e intervenções terapêuticas e de referenciação, visando diminuir a ocorrência de comorbilidades associadas aos CAD. Estas medidas passaram pela instituição de medidas de deteção e diagnóstico específicas e complementares.

> **Reforço das intervenções diferenciadas e das respostas específicas que promovam a prevenção das mortes por overdoses e relacionadas com as substâncias psicoativas**

No que se refere ao reforço das respostas específicas que promovam a prevenção das mortes por overdoses, e no contexto da manutenção e sustentabilidade das intervenções terapêuticas e da RRMD, em 2021, assistiu-se à difusão por estas entidades de kits de spray nasal de naloxona, para utilização junto dos consumidores de SPA.

De igual modo foram preconizadas várias ações de formação para maior capacitação dos profissionais na utilização deste recurso terapêutico.

PROTEGER

> **Garantir estratégias e intervenções de prevenção ambiental**

Em 2021, no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Jogo Responsável dinamizado pelo SICAD, foram concretizadas duas reuniões, que foram complementadas por 8 reuniões temáticas, que versaram a (1) investigação (2) a prevenção, (3) a redução de riscos e minimização de danos (4) e a comunicação sobre o jogo.

Estas reuniões tiveram por objetivo estruturar **4 seminários**, um sobre cada um dos temas referidos, sendo que 2 deles foram realizados ainda no ano em análise.

> **Redução da oferta de Substâncias Ilícitas**

No que respeita à Redução da Oferta de Substâncias Ilícitas **procurou-se aumentar a segurança e diminuir a criminalidade relacionada com o consumo e a oferta ilegal de substâncias psicoativas e com outras práticas potencialmente aditivas, por via da melhoria dos índices de segurança.**

No ano de 2021 continuou a dar-se prioridade ao reforço da cooperação e da coordenação interinstitucionais a nível interno, bem como ao reforço da cooperação internacional, quer bilateral quer multilateral. Internamente, assistimos a um incremento da troca regular de informação entre as entidades com responsabilidades nos domínios da prevenção, fiscalização e investigação do tráfico ilícito de estupefacientes e do branqueamento de capitais associado, continuando as Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta a desempenhar um papel de grande relevo quer na partilha de informações, como na articulação de ações que devam ser desenvolvidas conjuntamente.

Apesar da situação de pandemia ter afetado o tráfico de estupefacientes, embora com menor intensidade que em 2020, as organizações criminosas continuaram a demonstrar grande resiliência e uma enorme capacidade de adaptação às novas realidades, recorrendo a novos *modi operandi* e a formas cada vez mais criativas de fazerem chegar a droga aos mercados consumidores, confirmando-se uma crescente tendência para utilização quer da internet, como das redes sociais e das plataformas de comunicações encriptadas nas atividades de tráfico.

A nível nacional, em 2021, foram apreendidos 10.077,07 kg de cocaína, em 1804 apreensões, 15.538,28 kg. de haxixe, em 3761 apreensões, 73,62 kg. de heroína em 1150 apreensões, e 9.561 unidade de ecstasy em 227 apreensões.

Procedeu-se também à apreensão de 430 viaturas, 4 embarcações, 2 aeronaves, 406 armas, 2622 telemóveis, 709 balanças e 3.713.491,81€ em dinheiro vivo, aos quais acrescem 8.702,54€ em moeda estrangeira (câmbio de 19/01/2022).

No total, foram detidos um total de 4.192 indivíduos, maioritariamente homens e de nacionalidade portuguesa.

Para além das apreensões, quer de drogas quer de ativos resultantes das atividades ilícitas, no âmbito das investigações desenvolvidas ao longo do ano, procedeu-se também ao desmantelamento (nuns casos totalmente e noutros parcialmente) de um número significativo de organizações criminosas que se dedicavam ao tráfico de estupefacientes.

Em 2021 e em linha com o que tem vindo a suceder em anos anteriores, continuaram a reforçar-se os mecanismos e procedimentos destinados investigar no plano financeiro e patrimonial as organizações criminosas dedicadas ao tráfico de drogas, contando-se, para o efeito, com o apoio do Gabinete de Recuperação de Ativos.

No contexto prisional, a DGRSP realizou 1.292 buscas e 153 revistas em ambiente prisional (apenas foram contabilizadas as intervenções com resultados positivos) e efetuou 11 controlos com resultados positivos, à entrada das vistas de reclusos, com a intervenção de meios cinotécnicos.

O SIS/SIED reportou o reforço da troca documental no âmbito do combate ao tráfico internacional de drogas e à criminalidade organizada transnacional

Quanto ao controlo da fronteira externa da EU, durante o ano de 2021 foram desenvolvidas diversas operações e ações específicas, muitas delas em coordenação com as autoridades de outros países e agências internacionais, com o objetivo de prevenir a entrada de drogas ilícitas em território nacional e no continente europeu.

Manteve-se o planeamento e coordenação de intervenções e projetos conjuntos no domínio do combate ao tráfico de estupefacientes, também a nível internacional, com a partilha de informação no âmbito estratégico e operacional.

As várias entidades, no quadro das respetivas competências legais, participaram em diversos projetos e atividades ao nível da cooperação internacional, destacando-se a participação em diversas ações inscritas nos planos de ação das prioridades EMPACT da União Europeia.

No sentido de aumentar o conhecimento sobre os mercados ilícitos de drogas e das NSP, foi mantida uma constante atividade de recolha de informação sobre mercados ilícitos de drogas e NSP, incluindo em cooperação com a Interpol, Europol e autoridades policiais de outros países, mantendo-se, a este propósito, uma regular troca de informações.

Foi igualmente mantida uma constante atividade de análise e tratamento da informação recolhida sobre mercados ilícitos de drogas e NSP, tendo o SIS/SIED reportado o incremento da partilha de informações sobre operações, agentes de ameaça e mercados criminais, nomeadamente relacionados ao tráfico transnacional de droga com os parceiros institucionais.

Foi ainda analisada, tratada e difundida, pela PJ, toda a informação recolhida por iniciativa própria ou recebida de parceiros nacionais e internacionais sobre novos modi operandi de tráfico de droga, designadamente através da Internet e redes sociais.

ÁREAS TRANSVERSAIS

> **Informação e Investigação**

Na área transversal Informação e Investigação, em 2021 diversos Serviços desenvolveram iniciativas com a finalidade de melhorar o conhecimento sobre os CAD e potenciar a sua aplicação efetiva pelos decisores, interventores e cidadãos em geral.

Essas iniciativas resultaram, entre outros, na melhoria dos sistemas de informação de forma a responder às necessidades nacionais e internacionais de informação, na implementação de estudos periódicos nacionais previstos e de vários outros estudos a nível local, regional, nacional, europeu e internacional considerados prioritários no atual ciclo de ação, e na elaboração de produtos de informação e do conhecimento com conteúdos adaptados aos diferentes grupos-alvo, nomeadamente os decisores, os interventores e os cidadãos.

O reforço de sinergias na comunidade científica nacional – como o alargamento da Rede Nacional de Investigadores em CAD, a partilha regular de informação e o desenvolvimento de projetos entre diversos investigadores desta Rede –, bem como na comunidade científica europeia e internacional – com a participação em diversas redes, grupos e projetos de investigação – foram fatores essenciais na produção do conhecimento nestas áreas.

Por sua vez, houve um investimento em iniciativas promotoras de conexões entre ciência, decisão e ação – como a coletânea *Comportamentos Aditivos. Perspetivas e Desafios*, um conjunto de textos elaborados por vários investigadores dirigidos para a reflexão crítica e para propostas de intervenção e, outras iniciativas, como a elaboração de recomendações para a ação com base nos resultados dos estudos e o seu reporte proativo à tutela – e, promotoras da literacia em CAD junto aos cidadãos – como a elaboração e disponibilização sinopses e brochuras de estudos ou de determinados temas relacionados com as áreas de intervenção.

> **Comunicação e Formação**

○ **Formação**

Em 2021, dado o contexto pandémico, a atividade formativa do SICAD e das DICAD, cuja aposta tem sido qualificar profissionais e serviços para melhor responder às necessidades dos cidadãos e das comunidades, viu uma quebra significativa.

Considerando as prioridades para o ciclo estratégico 2021-2024, deu-se início à preparação dos **Sistemas sociais, comunidades e espaços urbanos facilitadores de estilos de vida saudáveis**, por via da dinamização de formação no âmbito do **“Curriculum Europeu de Prevenção” (EMCDDA)** dirigida a decisores e influenciados; Deu-se primazia à capacitação de **Serviços a nível nacional com resposta aos problemas ligados ao ecrã, internet, gaming e gambling** com a promoção de formação específica neste domínio; Iguamente as **Especificidades de intervenção junto de grupos específicos, em situação de maior vulnerabilidade** foram conteúdos abordados na formação promovida; verificou-se que 29% da formação dinamizada realizou-se em **Novos formatos de formação – e-learning e b-learning**.

O **SICAD, as DICAD, a DGE e a DGRDN** continuam a promover atividade formativa especializada que responda às necessidades das respostas e intervenções, considerando a mobilidade do fenómeno dos comportamentos aditivos e dependências.

Em 2021 promoveram-se **111 ações de formação** (cerca de 30% on-line), no total aproximado de **1.709 horas**, que abrangeram **2.086 formandos**.

Três Centros de Formação de Agrupamentos de Escolas disponibilizam formação nas áreas dos CAD.

Da monitorização da dinamização da formação certificada do **Programa Eu e os Outros** foi possível apurar que foram finalizadas 14 ações de formação base e 4 ações de formação de aprofundamento, que abrangeram 181 formandos. Considera-se neste reporte as formações terminadas no ano.

Relativamente aos estágios, em 2021 foram acolhidos pelo SICAD/CDT, ARS/DICAD e DGRDN **17 estágios de observação, 274 estágios académicos/curriculares e 142 estágios de internato**.

A nível nacional foram dinamizadas **191 ações de sensibilização, 97** em formato virtual, que abrangeram **7.148** participantes, na grande maioria, profissionais pertencentes a grupos-alvo estratégicos, **10.615** das quais profissionais da SCML, sobre jogo responsável.

○ **Comunicação**

A situação pandémica fez-nos agir sob pressão, em resposta ao inesperado e dentro de uma imprevisibilidade total. Isso refletiu-se, também, na **Comunicação Interna e Externa** das instituições.

Um conjunto de prioridades para o ciclo estratégico 2021-2024 foram identificadas, considerando o conhecimento disponível, a situação epidemiológica nacional e a avaliação externa do Plano Nacional 2013-2020: 1) Comunicação digital de forma alargada; 2) Campanhas de informação.

Quanto à prioridade 1) “comunicação digital” assistimos a um crescimento do digital para disseminar dados, informação e conhecimento e fazer chegar mais longe, junto de quem precisa, ferramentas para melhor decidir, seja ao nível político, técnico/profissional, seja ao nível individual, concorrendo deste modo para uma maior literacia em CAD.

As **plataformas digitais** mantiveram cada vez mais ativa a comunicação com os públicos que servimos. Regra geral, conseguimos informar e comunicar de forma bastante satisfatória.

Quanto às campanhas de informação, prioridade igualmente apontada para este ciclo de ação, apontamos uma articulação estreita com os órgãos de comunicação social e destacamos, conceptualizado pelo SICAD para a RTP3 e a Antena1, de uma série de televisão e rádio com 13 episódios, sobre prevenção e riscos, assim como a promoção de campanhas relacionadas com as bebidas alcoólicas.

As DICAD das ARS, a SCML e, sobretudo o SICAD, promoveram eventos online, de carácter mais generalista/político, mantiveram atualizadas os websites, com a inserção sistemática de informações, boas práticas e conhecimento, de que se destaca na área do jogo as atualizações sobre jogo responsável no Microsite de jogo responsável e no Microsite do Placard (acessíveis a partir da homepage do website dos Jogos Santa Casa).

Foram produzidos mais de 1.328 produtos comunicacionais, acessíveis ao comum dos cidadãos e veiculado, sobretudo, nas várias plataformas digitais, com predominância nas redes sociais. De destacar que as entidades dinamizam *newsletters* periódicas, com objetivos adequados aos públicos que servem.

De referir ainda a elaboração de materiais informativos específicos, adaptados à disseminação nas redes sociais – **infografias, publicações** relativas a Dias Comemorativos, etc. Na área do jogo destaca-se o envio de e-mail aos apostadores registados no Portal Jogos Santa Casa sobre aspetos relacionados com jogo responsável.

> **Relações Internacionais e Cooperação**

As atividades desenvolvidas em 2021 em matéria de "Relações Internacionais e Cooperação", decorrem das três vertentes de intervenção definidas no PNRCAD 2021-2030, a saber:

- Garantir o cumprimento dos compromissos internacionais e promover a concertação da posição nacional nos *fora* internacionais;
- Garantir a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas instâncias da UE, bem como noutros *fora* internacionais;
- Desenvolver e consolidar relações de cooperação internacional e promover o intercâmbio de experiências junto de entidades de outros países e de organizações internacionais.

O ano de 2021 ainda foi marcado pela situação pandémica, que continuou a impor condicionamentos no desenvolvimento de diversas atividades e implicou a manutenção da utilização do formato virtual e/ou híbrido em muitas reuniões/eventos.

Foi assegurado o cumprimento das obrigações do Estado Português decorrentes de instrumentos internacionais e foi promovida a eficaz colaboração e articulação de posições entre os diferentes Ministérios/Serviços com competências em matéria de CAD, o que se revestiu de particular importância no exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE), que se iniciou a 1 de janeiro de 2021.

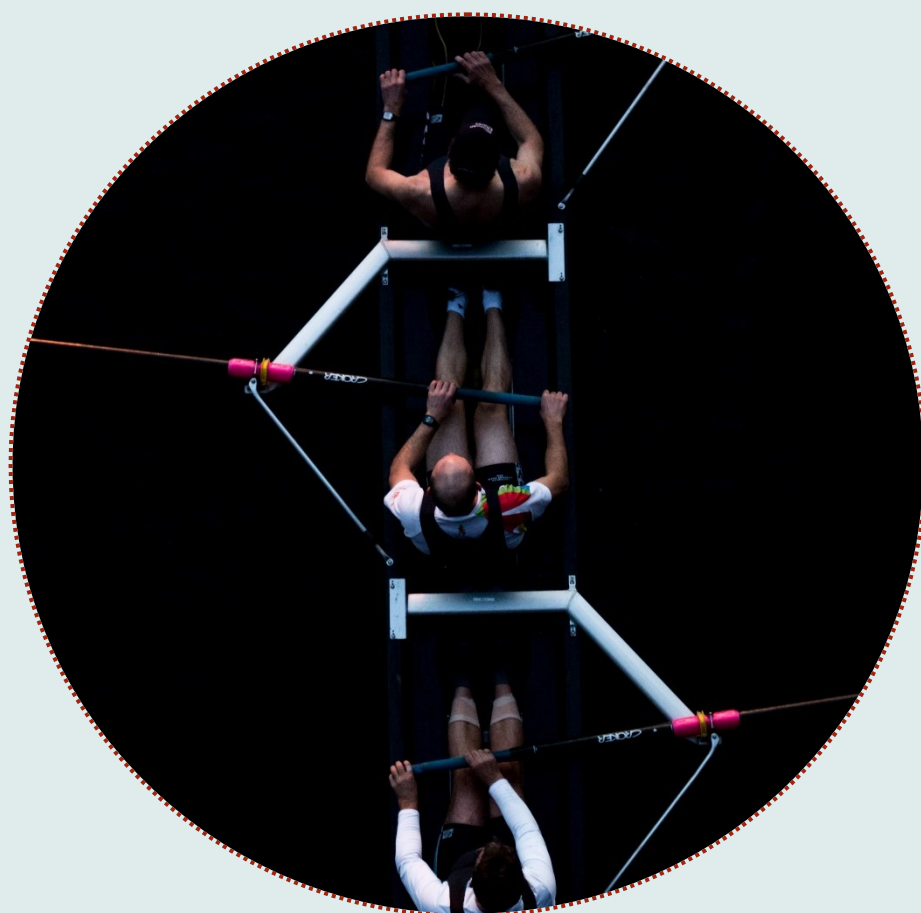
Portugal logrou manter um elevado nível de participação e de envolvimento nas instâncias internacionais mais relevantes, nomeadamente na UE, no Conselho da Europa e nas Nações Unidas. Merece especial destaque, no primeiro semestre de 2021, a condução da Presidência Portuguesa do Conselho da UE, em concreto a Presidência das reuniões do Grupo Horizontal Drogas, marcada pela elaboração e negociação do Plano de Ação da UE em matéria de drogas 2021-2025, adotado pelo Conselho no dia 21 de junho.

No âmbito da Presidência do Grupo Pompidou do Conselho da Europa (2019-2022), importa mencionar a adoção da nova resolução estatutária pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa a 16 de junho, que consagrou a extensão do mandato do Grupo para incluir comportamentos aditivos relacionados com substâncias lícitas (como o álcool ou o tabaco) e novas formas de dependência (como a Internet, o jogo e os jogos de azar) e reforçou também o enfoque no respeito e promoção dos direitos humanos.

As entidades nacionais com competência em matéria de CAD mantiveram a colaboração com as congéneres internacionais, desenvolveram ações de cooperação internacional e asseguraram a participação em eventos internacionais.

Já as atividades relativas à promoção e ao intercâmbio de práticas e à partilha da experiência nacional com outros países continuaram a sofrer fortes limitações em virtude da sequência da pandemia, sendo o ano de 2020 atípico em termos de visitas, tendo-se apenas concretizado 9 visitas de delegações estrangeiras.

Implementação, Monitorização e Avaliação



A implementação e monitorização das atividades desenvolvidas no âmbito do PNRCAD são coordenadas pela Estrutura de Coordenação e asseguradas pelas Subcomissões da Comissão Técnica. Estas subcomissões constituem-se como elo de ligação entre a Comissão Técnica e os profissionais que desenvolvem a atividade ao nível de cada entidade, garantindo uma metodologia participativa nos processos de elaboração, implementação e avaliação dos planos.

O processo de acompanhamento e monitorização desenvolvido por estas subcomissões culmina em cada ano na realização da monitorização anual da execução das ações previstas, que é plasmada nos Relatórios Anuais sobre as Respostas e Intervenções, de que este relatório constitui o primeiro exercício. Deste modo, tendo em conta as prioridades identificadas por via das metas e indicadores no Plano de Ação para o ano de 2021, procedeu-se a uma análise das atividades concretizadas pelas diversas Entidades responsáveis pelas ações, de acordo com o estabelecido no PARCAD – Horizonte 2024. Destacam-se os contributos mais relevantes que concorreram para o alcance dos objetivos Gerais e Objetivos Específicos enquadrados pelos pilares estratégicos.

EMPODERAR

- > **Promover a capacidade de as/os cidadãs/ãos lidarem com os desafios que o quotidiano lhes coloca nos seus vários contextos de vida, de forma a terem uma experiência o mais próxima possível de realização e bem-estar.**

OG1. Reforçar a literacia em CAD, dotando o cidadão de informação, conhecimento e competências com vista a tomar decisões informadas e gerar comportamentos saudáveis e seguros (Metas 1, 2, 3, 4 e 5)

A promoção da literacia em CAD é determinante para que o cidadão esteja capacitado a tomar decisões adequadas em saúde, proporcionando uma utilização mais eficiente e racional dos recursos do sistema de saúde. A literacia em CAD deve constituir-se como uma prioridade na sociedade atual, na medida em que contribui para a mudança de comportamentos e atitudes e para o desenvolvimento saudável e seguro das crianças, dos jovens e jovens adultos, e consequentemente para uma diminuição do consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas. Procura-se também promover o retardar da idade de início do consumo de substâncias psicoativas, bem como reduzir o risco da utilização problemática das tecnologias.

É um desafio longo, resiliente, com várias técnicas e estratégias que promovem respostas preventivas precoces a diferentes níveis (macro, micro e pessoal) e que por sua vez antecipam riscos, potenciam o desenvolvimento de competências socio-emocionais, aumentam a resiliência, trabalham a pressão dos pares, promovem processos de tomada de decisão de forma consciente e responsável, e reforçam os processos de vinculação familiar, escolar e social, de acordo com o nível de desenvolvimento.

OE1. Desenvolver a percepção do risco associado a comportamentos de consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas e evitar ou retardar a iniciação ao consumo das mesmas, o mau uso de medicamentos, bem como identificar precocemente padrões de comportamento desadaptativo predisponente ao desenvolvimento de CAD, como seja o uso problemático (nocivo) de internet e do ecrã e práticas problemáticas de jogo.

Ação 1. Promoção de intervenções preventivas de carácter universal, seletivo e indicado, que facilitem o desenvolvimento de fatores de proteção individuais, familiares, sociais e ambientais.

Durante o ano de 2021 foram implementados vários projetos no âmbito da intervenção preventiva, quer pelas estruturas do Ministério da Saúde, em estreita articulação com a comunidade, quer por organizações da sociedade civil, em múltiplos contextos (familiar, escolar, comunitário, recreativo, laboral, rodoviário, prisional e desportivo), direcionados às diferentes fases do ciclo de vida. Não obstante, o público-alvo abrangido foi constituído maioritariamente por crianças e jovens. Denota-se que as entidades envolvidas se esforçaram por manter o trabalho em parceria e em estabelecerem novas parcerias, nomeadamente com instituições de ensino superior e autarquias. A implementação destes projetos foi tendo em linha de conta a particularidade do país se encontrar a atravessar o segundo ano pandémico causado pela COVID-19, em que contou, designadamente com o encerramento de escolas e com a ministração do ensino à distância.



Neste sentido, o **SICAD** destaca o **Programa Eu e os Outros (E&O)**, que para além de continuar a implementar as nove histórias que já o integravam, estas principalmente em contexto escolar, criou uma narrativa sobre a COVID-19, mais abrangente, podendo ser dinamizada em contexto familiar e terapêutico.

Em março de 2020, na sequência da declaração de um estado pandémico e da adoção de um conjunto de medidas de confinamento, a coordenação do Programa Eu e os Outros, decidiu iniciar a construção de uma nova narrativa dedicada às interfaces entre os CAD e a COVID-19 que foi desenvolvida sob o slogan “Eu enfrento a COVID-19 com os Outros - Não sejas tu o vírus”. Em abril de 2021 uma quarta versão foi lançada em comemoração do aniversário do lançamento deste recurso. Esta nova versão, incidiu o seu foco na vivência dos adultos, percebida aos olhos dos jovens. O enredo trouxe também consigo o tema da vacinação e dos dilemas a ela associados, nomeadamente a relação entre pessoas vacinadas e não vacinadas e os procedimentos de segurança posteriores ao processo de vacinação. Assim, ao longo do ano de 2021 foram ainda sendo feitas adaptações às várias fases da doença em interface com os Comportamentos Aditivos e Dependências.

No ano em apreço, no âmbito do Programa Eu e os Outros, foram ainda desenvolvidas um conjunto de linhas de ação a nível nacional e internacional visando a mobilização de entidades, a formação de interventores, suporte técnico à intervenção junto aos jovens, avaliação e disseminação de resultados.



Neste sentido, durante o ano de 2021 foram efetuadas várias reuniões no âmbito da parceria estabelecida com Cabo Verde e foi desenvolvido um processo de adaptação da versão 1 da narrativa sobre a COVID-19 de modo a ajustar-se à realidade cabo-verdiana.

Durante o biénio 2020/21 (porque o programa é aplicado em anos letivos), com base no trabalho desenvolvido pelas equipas de prevenção das DICAD e dos projetos-piloto do SICAD,

foram formados 460 aplicadores de 136 instituições que dinamizaram 9.973 adolescentes, numa intervenção com cobertura nacional.

	Norte		Centro		LVT		Açores		SICAD*		TOTALS	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Instituições	24	30	18	21	3	14	3	15	2	2+4	50	86
Aplicadores	103	114	13	32	25	55	6	40	22	16 11 23	169	291
Jovens	2972	3266	472	904	498	470	131		215	133 122 790	4.288	5.685

* os contextos de aplicação da responsabilidade do SICAD foram o Ensino Militar, o Concelho de Odivelas e as intervenções resultantes do acesso aberto à narrativa COVID-19. Não são contabilizados neste último grupo, as aplicações desenvolvidas sob coordenação das DICAD das ARS.

É interessante verificar que, apesar da realidade pandémica os valores observados em cada um dos anos do biénio, em número de jovens abrangidos, superaram os valores de 2019 (3.970 jovens abrangidos reportados no relatório anual) denotando um esforço das equipas de Prevenção de retomar da dinâmica preventiva anterior existente.

No que respeita à Intervenção em Contexto de Ensino Militar não Superior, um novo processo formativo teve início a 15 de janeiro de 2021. Constituiu-se um grupo de formação de base, composto por 7 elementos todos provenientes do Instituto dos Pupilos do Exército e um grupo de formação de aprofundamento de 10 formandos (6 provenientes do IPE e 4 do CM).

Concluída a formação síncrona, 7 grupos concretizaram a implementação, abrangendo um total de 133 alunos.

Embora a formação tenha sido dirigida à temática da *sexualidade na adolescência* e ao *papel das substâncias psicoativas* (SPA), foi dada aos formandos a possibilidade de optarem pela implementação da narrativa dirigida à COVID-19 tendo em conta a pertinência da temática, tendo-se verificado que 3 turmas trabalharam a primeira narrativa e 4 exploraram a segunda.

Teve início ainda em 2020, uma linha de ação entre o SICAD e o consórcio Centro Internet Segura, visando a adaptação da história dedicada às dependências sem substância (narrativa 4) a um formato digital gamificado (novela gráfica). Este trabalho envolveu ainda o início da adaptação da narrativa de modo a integrar novos conteúdos ligados à cibersegurança em complemento aos temas originais referentes às problemáticas do jogo e do uso problemático da internet. Este processo resultou na submissão de uma candidatura a verbas comunitárias no âmbito do Programa CEF – TC – 2020-1 que foi aprovada para ser implementada a partir de 2021. A produção deste novo recurso, para além da revisão dos conteúdos da narrativa e respetivo Manual de suporte, envolveu um trabalho regular com a empresa produtora no sentido de ajustar as soluções desenvolvidas à filosofia do Programa. Com a finalização do recurso foi estabelecida uma parceria com a Câmara Municipal de Odivelas e com o Centro de Formação de Agrupamentos de Escolas de Loures (CENFORES) visando a constituição de um grupo de aplicadores a ser formados para desenvolver um projeto-piloto que permita testar e validar o recurso produzido. Numa sessão de divulgação do Programa concretizada a 16 de dezembro de 2021, no concelho de Odivelas, foi apresentado pela primeira vez o *teaser* produzido para a mobilização de potenciais interessados na nova narrativa digital. Ainda que a mesma tenha sido entregue pela produtora em dezembro de 2021, a sua validação decorrerá apenas em 2022, tendo esta ação de captação constituído o primeiro passo para esse processo. Ainda no plano da coordenação, a parceria com o CNCS foi alargada igualmente ao ISCTE.

Neste sentido, iniciou-se no segundo semestre de 2021 uma parceria com o ISCTE no sentido de vir a desenvolver linhas de investigação que proporcionassem, não apenas uma base de evidência científica para o Programa, mas sobretudo, um ponto de partida para a reformulação do procedimento avaliativo. O contacto com o ISCTE desenvolveu-se a dois níveis, (1) um centrado sobre a construção de um processo avaliativo específico para a narrativa digital interativa em desenvolvimento com o Centro Internet Segura e outro, transversal a todo o Programa, (2) direcionado a uma melhor compreensão do modelo funcional inerente ao E&O.

1. Avaliação da Narrativa Digital Interativa – construído um protocolo de avaliação direcionado aos comportamentos aditivos sem substância e à cibersegurança. Desta linha de ação, para além do instrumento de avaliação e respetivo guião de aplicação, resultou ainda uma candidatura de apresentação de um poster e um simpósio para a Lisbon Addictions 2022;
2. Avaliação transversal do Programa E&O – Foi desenvolvido uma linha de ação no sentido de iniciar a reflexão conducente à transformação do procedimento avaliativo do E&O.

Estas linhas de ação foram enquadradas por um protocolo assumido entre o SICAD e o ISCTE que permitirá salvaguardar a continuidade deste trabalho em anos futuros.

Em 2021, a linha de ação desenvolvida conjuntamente com a Direção Regional de Prevenção do Combate às Dependências (DRPCD) para a implementação do E&O no território na Região Autónoma dos Açores (RAA) concretizou-se, assumindo uma nova orientação estratégica que, mantendo o enfoque na intervenção nos Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ), passou a apostar na mobilização de profissionais destes organismos em vez de limitar a capacidade de intervenção às equipas de saúde escolar. Deste modo, um novo processo formativo foi iniciado a partir de setembro de 2021, incidindo sobre 15 instituições de 4 ilhas da região autónoma.

Manteve-se a prática de concretizar duas reuniões anuais de coordenação, que proporcionaram a discussão sobre a adaptação de procedimentos face aos limites impostos pela pandemia, nomeadamente ao nível da introdução da nova narrativa direcionada à COVID-19, a sua divulgação, o ajustamento da implementação das narrativas a um formato à distância e, sobretudo, o ajustamento dos processos formativos a uma modalidade *b-learning*.

Foi adotada em 2021 a constituição de dois grupos de trabalho integrando representantes regionais, uma dedicada à área da formação, outra à área da avaliação. Estes dois grupos teriam por missão concertar a reformulação do funcionamento do Programa nestas duas áreas específicas. O primeiro grupo reuniu 3 vezes durante o ano de 2021, tendo produzido um fluxograma explicativo das diferentes possibilidades de resposta formativa no âmbito do E&O.

O segundo grupo de trabalho reuniu 4 vezes ao longo do ano de 2021 tendo refletido sobre o protocolo de avaliação existente e como agilizá-lo, a possibilidade de contar com a parceria do ISCTE na reformulação do mesmo e a melhor forma de desenvolver essa parceria.

A Formação é uma componente central do E&O, desenvolvida em estreita articulação com a área de Formação do SICAD. Ela comporta, por um lado, a articulação com o Conselho Científico Pedagógico de Formação Contínua (CCPFC) do Ministério da Educação, visando a creditação dos Programas Formativos inerentes à capacitação necessária para implementar o E&O. Por outro lado, ela envolve igualmente a definição de novas estratégias, no sentido de uma melhor monitorização do processo formativo, mas igualmente da descentração dos procedimentos burocráticos inerentes à formação, definindo orientações para o desenvolvimento de parcerias de trabalho com Centros de Formação de Professores nas diferentes regiões. Por fim, uma última área desenvolvida neste campo é a da formação interna,

no que diz respeito à reciclagem dos profissionais das equipas de prevenção, distribuídas por todo o país.

Ainda em 2020, esta área foi marcada pela necessidade imposta pela realidade pandémica de ajustamento do processo formativo para um formato de ensino à distância.

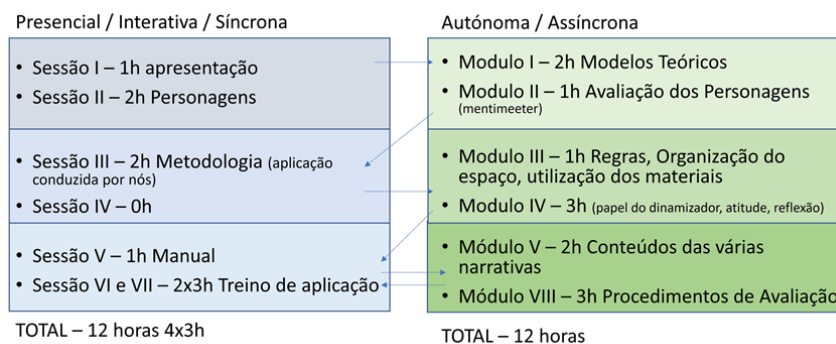
Assim, começou-se por criar uma oferta formativa de nível de aprofundamento centrada sobre a nova narrativa COVID-19. Esta nova formação assumiu as mesmas características dos programas anteriormente creditados, isto é, um formato de oficina de formação com a duração de 30 horas, metade das quais desenvolvida em formato presencial e outra metade em formato prático em contexto de trabalho.

É importante referir que a CCPFC, através da carta/circular 1/2020, datada de março de 2020 vem delegar nos órgãos pedagógicos das entidades formadoras a competência de decidir sobre o modo de realização da formação acreditada pelo CCPFC, de "regime presencial" para "regime a distância", não requerendo a decisão de notificação a esta entidade.

A exigência de reduzir a exposição ao risco de contágio em contextos de aprendizagem presencial obrigou a coordenação a ajustar a oferta formativa a modalidades que fossem passíveis de ser concretizadas em suporte telemático.

Deste modo e face ao maior cansaço resultante da formação à distância, procurou reduzir-se a componente síncrona à sua expressão mais reduzida, selecionando as componentes mais práticas. Em simultâneo, procurou-se desenvolver apresentações de carácter interativo que permitissem ao formando uma aprendizagem autónoma assíncrona, tendo-se selecionado para este formato, conteúdos mais teóricos.

Simultaneamente, o processo de supervisão integrado na componente prática de aplicação do Programa em contexto de trabalho, transitou, igualmente, para um formato à distância tendo por base o envio prévio das fichas de planeamento/avaliação de sessão, seguidas da sua discussão em sessões concretizadas com recurso a uma plataforma telemática.



O presente formato foi testado ao longo do biénio 2020/21 pela equipa de coordenação do SICAD quer no âmbito do protocolo com a Direção Geral dos Recursos da Defesa Nacional, na intervenção dirigida às instituições de Ensino Militar não superior, quer no âmbito do apoio à intervenção preventiva na Região Autónoma dos Açores, tendo sido grande a sua receptividade.

No âmbito dos processos de formação e divulgação de Boas Práticas, o Programa E&O, em 2021, foi apresentado em 8 ações dirigidas a um público-alvo diversificado, entre estudantes universitários (FMH, FP, ISCTE), professores (ações de formação desenvolvidas com a DGE), coordenadores de projetos no âmbito do Programa Escolhas.

Evidenciam-se também outros Programas de Desenvolvimento de Competências que foram proporcionando um amplo e diversificado leque de intervenções estruturadas e continuadas,

com especial destaque os **Programas “Cuida-te”, “Ger@ções”, “Pistas e “Trilhos”, “Riscos e Desafios”, e “Projeto Like Saúde”**.

No que respeita ao desenvolvimento e/ou adaptação de materiais preventivos, salienta-se ainda um **Programa de Intervenção Preventiva “Neste Carro Não Se Fuma”**, elaborado pela **ARS Norte, I.P. / DICAD** numa colaboração entre o CRI Porto Oriental, o Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP) e a Câmara Municipal de Valongo.

A **ARS Centro, I.P. / DICAD** implementou o **Projeto Like Saúde**, em que foram criados dois recursos digitais - vídeo e narração do Livro "João, presta atenção!" – constituindo uma adaptação do livro à nova realidade à distância. A realçar que à intervenção do Like Saúde (Batalha e Porto de Mós) foi atribuído o prémio LeYa - Escola Amiga da Criança.

A **ARS LVT, I.P. / DICAD**, devido à pandemia e à mobilização do pessoal da saúde para atividades prioritárias relacionadas com a COVID-19, não conseguiu manter a colaboração e co-realização de projetos com as Equipas de Saúde Escolar dos ACES, mas, ainda assim, houve alguma **continuidade do “Projeto Integrado de Prevenção no Âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências com Substâncias Psicoativas em Contexto Escolar (PIP-CAD)”**.

A **ARS Algarve, I.P. / DICAD** no campo da intervenção preventiva, no ano de 2021 e decorrente da pandemia por COVID-19, apenas conseguiu desenvolver a fase de preparação/organização das ações e de materiais de um Projeto: **Projeto Saúde. AlgarveOnline**, no âmbito do CRESC2020 (projeto da ARS Algarve, I.P.).

Estes programas tiveram graus de implementação diferentes, mas, em conjunto, garantiram uma cobertura nacional.

Numa perspetiva de sensibilização foram concretizadas diversas ações em contexto universitário e recreativo e ainda numa **perspetiva de prevenção universal e informativa**, explorados temas relacionados com os CAD, em contexto comunitário.

Relativamente às intervenções de prevenção indicada e face ao contexto pandémico vivenciado, as Equipas de Acompanhamento das respetivas estruturas de saúde, com o objetivo de cumprir os pilares orientadores de cuidado, proteção e empoderamento, tentaram adequar e adaptar as suas estratégias de atuação, optando por **manter alguns acompanhamentos à distância**.

No âmbito do desenvolvimento de modelos e programas em contextos específicos, as atividades levadas a cabo em **contexto laboral** incidiram na consolidação das diferentes vertentes de intervenção através da dinamização e reforço das ações e parcerias estabelecidas.

Em relação à promoção de intervenções preventivas os vários organismos contribuíram ainda com *webinars* e outras ações de sensibilização e divulgação subordinadas a temas relacionados com os CAD.

Na área preventiva o **IPDJ, I.P.**, também tem tido uma intervenção relevante em matéria de CAD.



Cuida-te+ é um programa de saúde juvenil dirigido a jovens, entre os 12 e os 25 anos. Todos os seus serviços são gratuitos, assegurados por profissionais especializados/as na área da saúde juvenil e garantem a confidencialidade.



Em 2021 devido ao elevado risco de contágio do vírus SARS-Cov-2, houve necessidade de adaptações no **Programa Cuida-te+**. Foram feitos esforços no sentido de formar novas parcerias que permitissem uma maior robustez no âmbito do trabalho desenvolvido no *Programa Cuida-te+*, designadamente com a Ordem dos Psicólogos Portugueses e a Associação Aventura Social.

Os profissionais de saúde destacados do Ministério da Saúde para assegurar atendimento clínico no Programa mantiveram também a sua atividade, à semelhança dos anos anteriores, embora **muitas das consultas tivessem sido remetidas para o atendimento remoto (vídeoconsultas ou mesmo teleconsultas)**.

Quanto ao **Dispositivo de Unidades Móveis**, no ano de 2021, não foi acionado, nem foram abertas as suas candidaturas durante o ano em apreço, por razões que se prenderam com o risco de contaminação pandémica, uma vez que as suas atividades favoreciam a grande afluência de jovens, onde seria difícil manter a aconselhada distância social. Todavia, foram asseguradas ainda cinco ações, advindas de eventos de sensibilização e divulgação extra-candidaturas, em momentos temporais considerados de menor risco.

Distribuição regional e número total de jovens abrangidos

Estrutura do IPDJ	Nº de Ações	Nº de Jovens
Direção Regional do Norte	0	0
Direção Regional do Centro	0	0
Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo	0	0
Direção Regional do Alentejo	3	754
Direção Regional do Algarve	2	160
Serviços Centrais / Sede	-	-
TOTAL	5	914

Os **Gabinetes de Saúde Juvenil** pertencentes ao IPDJ, I.P. também sofreram várias alterações de funcionamento, dada a exiguidade do espaço e a pouca segurança face à contaminação, passando a funcionar à distância.

O IPDJ, I.P. dispõe ainda de um dispositivo **"Saúde Juvenil em Portal"** e no que respeita a materiais e informação de divulgação elaborados para o portal, salienta-se a elaboração de um folheto digital, que pretende resumir, de forma atrativa, as valências do Cuida-te+, nomeadamente na área dos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD).

Por último, refere-se a execução do dispositivo de **Educação para a Saúde do IPDJ. I.P.**, que promove áreas como a dança, o desporto, expressão plástica, música e teatro, que em muito podem contribuir para retardar a iniciação ao consumo das drogas, bem como, desenvolver competências que facilitem o desenvolvimento de fatores de proteção individuais, familiares, sociais e ambientais.

Em suma, pode-se concluir que no decurso de 2021, se por um lado existiram constrangimentos que limitaram as tradicionais intervenções no modo presencial, por outro criaram-se materiais e formas de divulgação e informação através de *webinars* e formações na modalidade *online* conseguindo atingir-se uma maior diversidade de público.

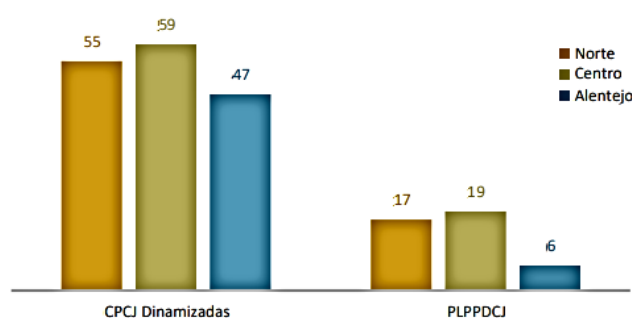
A **Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens**, pelas diversas **Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)** das NUTSII Norte, Centro e Alentejo, deram continuidade ao Projeto de Parentalidade Positiva Adélia, no âmbito do Eixo I – Mais Proteção.



O **Projeto Adélia**, assente numa estratégia preventiva para a promoção e proteção dos direitos da criança e capacitação parental, reconhece a necessidade da elaboração de um diagnóstico local sobre a realidade infantojuvenil.

No ano 2021, no âmbito do acompanhamento dos **Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPPDCJ)** junto das CPCJ, o número de CPCJ dinamizadas aderentes ao Projeto Adélia, bem como o número de PLPPDCJ concluídos, nos três territórios abrangentes NUTS II, Norte, Centro e Alentejo, são apresentados no seguinte gráfico.

CPCJ dinamizadas e PLPPDCJ concluídos (N: 161)



Fonte: Projeto de Parentalidade Positiva Adélia

A **DGE**, durante o ano letivo de 2021, dinamizou diversos *webinares* subordinados a temas relacionados com os CAD, designadamente tabaco, álcool e outras substâncias, uso indevido de medicamentos, e dependências sem substâncias. Nestes *webinares* de cerca de 60 minutos cada, **participaram de mais de 1000 docentes**.

Ao nível das escolas, a prevenção dos CAD continua a ser uma realidade sendo uma das áreas trabalhadas pela totalidade das escolas que concorreram ao **Selo Escola Saudável 2021 (n = 405, o que corresponde a cerca de 50% das escolas ao nível nacional)**. Esse número não isenta as que não concorreram para trabalhar as SPA, mas não temos dados que o comprove.

O **MDN**, referiu que o Plano de Prevenção de Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências (PPCACDFA) estrutura-se em três eixos de atuação. No primeiro eixo, designado de segurança militar estão contempladas todas as ações com vista à dissuasão e controlo de consumo de substâncias psicoativas, bem como atividades ligadas à redução da oferta em meio militar, envolvendo assim atividade de rastreio de álcool e drogas, bem como pesquisa de substâncias com recurso a equipas cinotécnicas. O segundo eixo - promoção da saúde, contempla ações de prevenção primária, secundária e terciária que visam a promoção da saúde na sua vertente preventiva, de diagnóstico, tratamento e reabilitação. O terceiro eixo – eixo transversal, procura a melhoria da qualidade do PPCACDFA, contemplando ações como a formação, a melhoria da comunicação entre os diferentes parceiros e a sua divulgação. Fazem também parte deste eixo estruturante as atividades de cooperação com entidades externas, vitais à constante atualização do Programa.

Paralelamente às atividades desenvolvidas, em cumprimento do estabelecido pelos normativos internos, foram aplicadas nas Forças Armadas todas as disposições legais e regulamentares em vigor, relativas ao consumo de álcool e do tabaco.

O **PPCACDFA**, apesar de dirigido em especial aos militares das Forças Armadas, pretende também abranger ações preventivas dirigidas aos alunos dos Estabelecimentos Militares de Ensino (Colégio Militar e Instituto dos Pupilos do Exército). Com vista à prossecução deste objetivo, deu-se continuidade em 2021 ao projeto de intervenção preventiva em matéria de CAD, que teve início em 2018, junto do universo destes alunos. O projeto consiste na aplicação do **Programa Eu e o Outros**, desenvolvido pelo Ministério da Saúde/SICAD.

N.º de pessoas abrangidas pelo projeto: **2 técnicos do Ministério da Defesa/Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional, 1 técnico do Ministério da Saúde/SICAD, 12 professores dos EMES e, aproximadamente, 154 alunos, com idades entre os 12 e 18 anos, provenientes de diversos níveis de escolaridade** (7º, 10º e 11º anos).

Ação 2. Desenvolvimento de programas, ações de proximidade e de sensibilização de grupos específicos na comunidade, permitindo aos cidadãos estabelecerem relações de confiança e diálogo, facilitando o desenvolvimento de um clima de segurança nacional, europeu e internacional.

A **ARS Centro, I.P./DICAD**, pelos três Pontos de Contacto e de Informação, contactou 27.310 indivíduos (8.002 em bares/ discotecas, 1.880 em festas/festivais e 17.428 em plataformas online), sendo que, de entre estes 18.200 eram utilizadores de substâncias psicoativas ilícitas (4.265 em bares/discotecas, 516 em festas/festivais e 13.419 em plataformas online).

Os **oito Projetos de Prevenção**, no âmbito do **PORI**, abrangeram **32.287 indivíduos, na região centro**, tendo-se assim um **total de 59597 de pessoas abrangidas em 8 programas /projetos desenvolvidos**.

A **ARSLVT, I.P./DICAD** na sequência da pressão comunitária nas freguesias do Areeiro, Marvila e Beato devido aos fenómenos relacionados com consumos nesta zona da cidade, colaboraram com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), as juntas de freguesia e vários parceiros com intervenção local, na constituição do grupo de trabalho de ação concertada nas freguesias do Areeiro, Beato e Marvila, que teve por objetivo estabelecer estratégias para responder aos fenómenos relacionados com consumos na zona oriental da cidade de Lisboa, contribuindo para o diagnóstico dos territórios, melhoria da articulação entre parceiros e otimização das respostas juntos dos utilizadores de droga e álcool bem como a promoção do sentimento de segurança entre munícipes. Neste âmbito, participámos em reuniões mensais, assegurando a articulação com as Unidades de Intervenção Local da DICAD, ARSLVT.

No âmbito dos objetivos da Prevenção dos Comportamentos Aditivos preconizados na **Estratégia Integrada de Intervenção com Crianças e Jovens da Rede Social de Lisboa**, e na sequência das necessidades diagnosticadas na zona das Olaias, nas reuniões da área de intervenção em RRMD – Estratégia concertada Marvila, Beato e Areeiro - que têm envolvido as Freguesias do Areeiro, Beato e Marvila, a DICAD da ARSLVT, a CML e as ONG, foi sentido como **prioritário organizar um plano de intervenção preventiva na área dos comportamentos aditivos para as crianças e jovens residentes neste contexto comunitário**.

Foram identificados vários fatores de risco que reforçam esta priorização, entre eles: aumento dos consumos injetados a céu aberto e identificação de material de injeção em determinados locais, aos quais as crianças têm acesso; aumento de consumo de álcool e de substâncias psicoativas ilícitas na rua, de forma mais visível e exposto as crianças e jovens a esta modelagem social; aumento de tráfico de substâncias e de forma mais visível. O agravamento destes fatores articula-se com outras necessidades já diagnosticadas nestes territórios, no que respeita à realidade das crianças, jovens e suas famílias: elevada taxa de insucesso escolar, maior prevalência de consumo de álcool e cannabis entre os jovens; desorganização familiar; precariedade económica agravada com a pandemia; entre outros fatores.

Para a implementação deste Plano de Intervenção Preventiva foi necessário aprofundar as necessidades, fatores de risco e de proteção existentes no contexto comunitário e considerou-se necessária a realização de duas ações formativas, junto das equipas técnicas da rede de parceiros locais. Na sequência de reuniões realizadas priorizaram-se as temáticas e os conteúdos a abordar, principalmente os relacionados com uso/abuso de substâncias psicoativas (SPA), contextualização da intervenção na área da RRMD com a colaboração dos projetos com ações locais, na área da Prevenção, Tratamento e Reinserção, e explorar as linhas orientadoras para lidar com os comportamentos aditivos em contexto escolar e comunitário.

Num total há a mencionar:

- N.º de iniciativas desenvolvidas para a comunidade - 4;
- N.º de ações de informação e sensibilização realizadas - 2;
- N.º de escolas abrangidas - 30;
- N.º de pessoas abrangidas – 46.

A **ARS Alentejo, I.P.** relatou que os pressupostos nesta ação são os mesmos da ação 1, pelo que referiu: N.º de iniciativas desenvolvidas para a comunidade – 6; N.º de ações de informação e sensibilização realizadas – 210; N.º de **pessoas abrangidas – 7.984**; N.º de iniciativas em interação com os Educadores de Pares, como pontes de aproximação aos locais de consumo e aos consumidores -7; N.º de **educadores de pares Integrados em programa de RRMD – 14**; N.º programas /projetos desenvolvidos - 2

A **ARS Algarve, I.P. /DICAD** mencionou que relativamente ao indicador “- N.º de iniciativas desenvolvidas para a comunidade;” foram desenvolvidos dois tipos de iniciativas, junto da comunidade educativa:

- O jogo “Quem Quer Comandar”, da DICAD/ARSLVT.
- O jogo “(Des)conecta-te”, adaptado a partir do “Quem Quer Comandar”, pela ETEP/DICAD da ARS Algarve, IP; é dirigido à componente informativa no âmbito dos CAD sem substância.

Para o indicador “- N.º de ações de informação e sensibilização realizadas;” foram **realizadas 32 ações de informação/sensibilização em meio escolar**, dirigidas a jovens, no âmbito da prevenção de CAD, com e sem substância, no Ensino Básico e no Ensino Secundário. As ações foram submetidas a avaliação de satisfação.

No indicador “- N.º de escolas abrangidas;” foram abrangidas quatro **Escolas Secundárias e três Escolas Básicas do 2º e 3º Ciclos**, distribuídas pelos concelhos de Faro, Portimão e Tavira.

Relativamente ao indicador “- N.º de pessoas abrangidas;” **foram abrangidos 837 jovens, em meio escolar**; estiveram implicados diretamente na articulação com a ETEP/DICAD, da ARS Algarve, IP, 5 professores Coordenadores do PES, que por sua vez articularam com um total de 41 professores Diretores de Turma, distribuídos pelas diferentes escolas implicadas.

No indicador “- N.º programas /projetos desenvolvidos.” (**) em 2021, não foi possível desenvolver o Programa Eu e Os Outros, por, à data, serem diminutos os recursos humanos com formação específica, face à saída (da ETEP/DICAD) de elementos com formação/experiência e entrada de novos elementos que, entretanto, iniciaram formação já no último trimestre do ano 2021, com previsão de terminarem a componente formativa/prática do Programa Eu e os Outros até junho de 2022.

No âmbito da Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD), em 2021, a **atividade da ETERRMD manteve-se fortemente condicionada pela pandemia COVID-19**. Não obstante as diversas adaptações realizadas pela equipa foram vários os contextos onde as atividades foram

canceladas pelo motivo suprarreferido (e.g. contexto educativo, recreativo, etc.). Assim, no ano de 2021 foram desenvolvidas 11 iniciativas para a comunidade que abrangeram 299 pessoas. Destas a 212 pessoas foram realizadas ações de informação e sensibilização psico-educativas sobre CAD.

Ainda no domínio da RRMD a ação tem como objetivo geral o aumento da literacia em saúde, na população geral, concretamente dos riscos associados ao consumo de álcool, bem como a aquisição de estratégias para um consumo mais seguro.

Neste domínio a ação inclui estratégias e componentes informativas/formativas e psico-educativas, que se integram entre si, em diferentes fases. Esta ação divide-se em duas fases, uma primeira (com implementação em 2021) no contexto recreativo noturno de ações de sensibilização/informação. A segunda fase será a projeção de vídeo com o objetivo suprarreferido, nos quiosques existentes nos ACEs (CSP).

No que toca ao indicador " - N.º de ações de sensibilização realizadas;" foram realizadas 11 ações, que abrangeram 212 pessoas. Relativamente ao indicador " - N.º de materiais desenvolvidos e/ ou adaptados" foram elaborados os conteúdos, em 2021, relativamente aos seguintes recursos materiais: 1 folheto informativo sobre consumo de álcool; 1 Vídeo informativo sobre estratégias de redução de riscos para um consumo de álcool mais seguro.

Na **Prevenção da Desinserção em meio laboral**, a ETER desenvolveu um programa designado por "**Prevenção da desinserção sócio laboral**", que tem 3 objetivos principais: a prevenção da exclusão laboral e social, a promoção da literacia em saúde e a promoção do empoderamento individual, familiar e social e é constituído por três vertentes complementares: ações de sensibilização em relação ao consumo de SPA, desenvolvimento de Treinos de Competências Pessoais e Sociais (TCS) e acompanhamento de trabalhadores inseridos em programas de tratamento nas ETET.

No ano de 2021, este programa realizou **9 ações de informação e sensibilização, que abrangeram 124 pessoas**. Ainda neste âmbito foram realizados TCS que abrangeram 18 pessoas.

O **SICAD**, no âmbito da intervenção em CAD em Meio Laboral, desenvolveu ações de capacitação de quadros dirigentes, chefias e trabalhadores em duas autarquias, duas grandes empresas nacionais e numa universidade. Essas **11 ações de sensibilização** abordaram o impacto dos CAD neste contexto específico, decorreram maioritariamente online e contaram com a colaboração de **cinco diferentes Centros de Respostas Integradas**.



Ainda no âmbito do **Meio Laboral**, continuou a priorizar-se o envolvimento e/ou a capacitação dos SH nos processos de implementação, monitorização e avaliação das intervenções em CAD, designadamente no contexto laboral.

Embora com alguns constrangimentos devido aos confinamentos resultantes da pandemia manteve-se o trabalho de apoio à gestão e capacitação destes stakeholders (SH), tendo como base os documentos de linhas orientadoras produzidos para este contexto específico.



Assim, durante 2021, foi desenvolvido trabalho com as autarquias do Seixal e de Loures, através do programa de prevenção dos CAD, EURIDICE, bem como com os municípios de Lousada, Famalicão, Gondomar, Felgueiras, Matosinhos e Paços de Ferreira, uma empresa industrial, de grande dimensão, e uma Universidade. Estas ações tiveram

o apoio de seis CRI, integrantes da ARS, I.P. de Lisboa e Vale do Tejo, da ARS, I.P. do Norte, da ARS, I.P. Centro e da ARS, I.P. Alentejo.

Tendo em conta os documentos orientadores “Segurança e Saúde do Trabalho e a Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas: Linhas Orientadoras para a Intervenção em Meio Laboral” (SICAD/ACT), e o “Modelo de Intervenção sobre Comportamentos Aditivos nas Autarquias, Municípios e Serviços Municipalizados”, o SICAD manteve o acompanhamento a protocolos firmados com sete autarquias e uma universidade, no âmbito da prevenção e intervenção em CAD, em meio laboral.



○ **Programa de Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Dependências na Casa Pia de Lisboa, I.P. (CPL)**, coordenado em conjunto pela CPL, pela DICAD da ARS, I.P. e pelo SICAD, visa implementar estratégias de intervenção preventiva seletiva, indicada e ambiental para os comportamentos aditivos com e sem substâncias psicoativas.

No ano de 2021 e ainda perante a pandemia de COVID-19 o Núcleo de Coordenação do programa na CPL (constituído por elementos da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, do SICAD e da CPL), perante as contingências do contexto e da instituição, deu continuidade à sua implementação maioritariamente online, tendo sido possível manter a regularidade do trabalho conjunto. Foram realizadas ao longo de 2021 um total de **cinco reuniões de trabalho** (quatro online e uma presencial) com a participação dos diferentes elementos.

- A implementação do Guião de Procedimentos para a Intervenção em CAD nos REF e AR (Centros de Educação e Desenvolvimento - CED Tipos 1 e 2), teve continuidade através do Grupo de Referência CAD em cada um dos estabelecimentos da CPL (sete no total), tendo o **grupo em 2021 sido constituído no total por 17 técnicos**, designados pela direção da CPL. Em 2021 atualizaram-se **os Guiões de Procedimento CAD AR e REF**, bem como **os seus Manuais de suporte**. Os procedimentos CAD sem substância foram integrados, visto que estavam autónomos dos Procedimentos CAD com substância, foi validada a legislação prevista nestes documentos. Estes documentos foram inseridos na CI9/2019, Programa de Saúde na Casa Pia de Lisboa, I.P. – “Saúde Para Todos”.
- Dada a necessidade de continuar a formar os técnicos dos Grupos de Referência para implementação do programa CAD, em 2021 foi definido o **programa de formação e planificou-se a sua implementação junto das equipas dos sete CED**. No total foram realizadas **as 3 sessões de formação, num total de 24 horas que abrangeram 33 profissionais**.

Ação 3. Promoção de programas de deteção precoce e intervenções breves no domínio dos CAD.

A promoção de programas de deteção precoce bem como várias intervenções breves no domínio dos comportamentos aditivos e dependências têm sido iniciativas contínuas por parte das ARS, I.P./DICAD no sentido de facultarem respostas específicas, contribuindo para o reforço da importância da criação de mecanismos diferenciados de referenciação e resposta a faixas etárias mais precoces.

Essas intervenções têm decorrido em diversos contextos, nomeadamente individual, comunitário, académico, ambiental, escolar e institucional. Destacam-se, assim, os **acompanhamentos a crianças e jovens sinalizados em situação de risco, metodologias de**

deteção e referenciação precoces em meio escolar e na Casa Pia de Lisboa, intervenções integradas entre prevenção e redução de riscos e minimização de danos, por exemplo, nas festas e eventos académicos. Na **área da prevenção ambiental, a promoção da venda responsável de álcool em estabelecimentos localizados em proximidade de escolas**.

De igual forma, o **IPDJ, I.P.** também tem promovido respostas diferenciadas a faixas etárias cada vez mais precoces, com especial destaque para o **programa CUIDA-TE+**.

Ação 4. Promoção de intervenção precoce dirigida a pais/familiares, professores, agentes comunitários sobre os riscos associados ao uso problemático de internet e do ecrã, do jogo e apostas online, do jogo de base territorial (gambling) e de videojogos (gaming).

Nada a reportar¹

Ação 5. Dinamização do Fórum Nacional Álcool e Saúde enquanto plataforma integrada de resposta aos problemas ligados ao álcool.

Em 2021 a atividade do **Fórum Nacional Álcool e Saúde** esteve condicionada pela situação pandémica, limitando-se ao contacto do Secretariado Permanente com alguns Membros na concretização e planeamento de linhas de ação.

Neste biénio o FNAS manteve a sua constituição que continua a assumir 88 entidades, distribuídas entre 50 pertencentes ao grupo "Sociedade Civil", 12 ao grupo de "Operadores Económicos" e 26 ao grupo "Administração Pública", às quais se acrescem 3 membros com a qualidade de observadores, a saber, as duas regiões autónomas e a Autorregulação Publicitária (ARP).

Ao longo do biénio foi recolhida informação sobre a atividade desenvolvida pelos membros no âmbito dos seus compromissos, informação essa que verteu para o relatório do biénio 2020-21 produzido e aprovado em dezembro de 2021.



Destaca-se a concretização de **4 webinários direcionados para temas ligados ao álcool e dinamizados por membros do FNAS**, tendo por base compromissos finalizados, a saber:

- Nutrição e Problemas Ligados ao Álcool – dinamizado pela Ordem dos Nutricionistas;
- Álcool no Ensino Superior – dinamizado pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores e Politécnicos;
- Álcool e a Justiça – dinamizado pelo Centro de Estudos Judiciários;
- Álcool e Sinistralidade Rodoviária em Portugal – dinamizado pela Prevenção Rodoviária Portuguesa.

No último semestre de 2021, o Secretariado Permanente concentrou a sua atividade na preparação da reunião da Comissão Executiva a concretizar nos primeiros dias de 2022, direcionada para a apresentação e discussão do PNRCAD 2021-2030, numa fase prévia à sua submissão para aprovação pela tutela.

¹ Calendário previsto 2022-2024

De forma a reforçar os temas abordados no âmbito de FNAS, os membros tiveram outros espaços de encontro, através da participação nos workshops internacionais (online), sobre a temática do álcool, no âmbito de projetos europeus a decorrer neste espaço de tempo.

Assim, ocorreram, durante o ano de 2021, **três workshops temáticos**, nomeadamente:

- Workshop - *Publicidade e Patrocínio de Bebidas Alcoólicas em Média Tradicional e Digital*;
- Workshop - *O álcool e a sua relação com o cancro. Desigualdades Socioeconómicas, Nutrição e Obesidade*;
- Workshop - *Políticas de tributação e preços do álcool, incluindo questões transfronteiriças e álcool não registado*;

A **ARS Algarve, I.P./DICAD** referiu a Manutenção compromisso FNAS na área do Tratamento: com particular atenção à população com 65 ou + anos, com foco na articulação com outras estruturas de saúde e da justiça.

No ano de 2021 estiveram 300 utentes ativos com 65 ou + anos: 300 e entre estes 34 foram novos utentes.

Ação 6. Criação do Fórum Nacional para o Jogo

Nada a reportar²

Ação 7. Identificação e sinalização precoce de consumidores de SPA, especialmente entre as populações de jovens e jovens adultos, por forma a desenvolver uma intervenção preventiva, travando situações futuras de maior risco e dependência

As autoridades policiais, enquanto entidades com intervenção dissuasora e preventiva na abordagem aos CAD, realizaram **15.485 ações de fiscalização** no âmbito do consumo de SPA, junto de contextos especificamente frequentados por jovens (15.037 pela PSP e 448 pela GNR). Muitas destas ações resultaram na instauração de processos de contraordenação por consumo de SPA ilícitas, dando lugar ao encaminhamento dos consumidores para as CDT da respetiva área de residência.

Em 2021 deram entrada nas CDT **7.024 ocorrências** por aquisição, deteção e posse de SPA ilícitas, que originaram 7.026 contraordenações (3.704 pela GNR; 2.218 pela PSP, 53 pela PJ, 1.047 pelo Tribunal e 4 por outras entidades) representando +6% face ao ano anterior. Este aumento revela a recuperação da atividade direcionada especificamente para esta área, após um ano muito conturbado em que as autoridades policiais foram inevitavelmente chamadas a intervir noutras linhas da frente.

A intervenção articulada entre autoridades policiais (PSP/ GNR) e CDT assume particular importância no âmbito da abordagem preventiva, que tem como objetivo primordial evitar ou retardar contactos de risco com as substâncias psicoativas. Assim, e em consequência desta intervenção conjunta, foram instaurados **7.026 processos de contraordenação** nas 18 CDT existentes em Portugal Continental, +4% do que em 2020.

A abordagem dissuasora promovida pelas CDT constitui uma importante estratégia de promoção de respostas preventivas precoces, tendo acolhido em 2021, **6.628 indiciados** alvo de

² Calendário 2022-2024

processo de contraordenação por consumo, dos quais quase metade (46%) eram consumidores jovens e jovens adultos (16-24 anos).

Este ano assistiu-se a um **decréscimo da população jovem alvo de contraordenações por consumo**: -17% (1.022 consumidores) entre os indiciados mais jovens (16-19 anos) e -1% (2.008 consumidores) na faixa etária entre os 20-24 anos. Não obstante esta diminuição percentual, a intervenção precoce promovida pelas CDT, atingiu ainda assim um importante grupo populacional, consciencializando e aumentando a sua perceção do risco associado ao consumo de substâncias psicoativas.

OE2. Intervir precocemente junto dos consumidores de Baixo Risco e Risco Moderado, promovendo a consciencialização do risco, a responsabilização do comportamento e a motivação do indivíduo para uma eficaz mudança comportamental

Ação 8. Dissuasão do consumo de SPA entre os consumidores de baixo risco e risco moderado

A redução da prevalência do consumo endovenoso e o aumento de consumidores de canábis, especialmente entre a população mais jovem, justificou, de há uns anos a esta parte, a redefinição estratégica ao nível da intervenção dissuasora. O investimento na intervenção direcionada à população não toxicodependente passou a ocupar uma dimensão considerável, mobilizando os recursos existentes e os principais parceiros estratégicos, otimizando assim o potencial preventivo das CDT.

A importância da deteção precoce das situações de risco entre os consumidores de SPA, o rastreio ao nível de risco em que se encontram e o desenvolvimento de intervenções ajustadas à sua situação, assumem um papel crucial na abordagem dissuasora. O aumento do número de consumidores de baixo risco e risco moderado encaminhados às CDT, implicou o desenvolvimento de uma abordagem específica, focada nas necessidades desta população, à qual não justifica a referenciação para programas de tratamento, como é o caso dos consumidores dependentes.

Assim, em 2021, dos 2.522 indiciados avaliados relativamente ao nível de risco (-14% face ao ano anterior), **54% (1.356)** encontravam-se em situação de **risco moderado**, dos quais, 7% (182) revelaram uso nocivo de substâncias psicoativas. Mais de metade dos indiciados (57%) eram jovens, entre os 16 e 19 anos (21%) e os 20 e 24 (36%) anos, seguindo-se, com valores inferiores (27%), os jovens adultos (16% entre os 25 e 29 anos e 11% entre os 30 e 34 anos).

Os indiciados em situação de **baixo risco** contabilizaram **32% dos casos (805)**, na sua maioria (57%) igualmente jovens (21% entre os 16 e 19 anos e 36% entre os 20 e 24 anos) e jovens adultos na faixa etária dos 25 e 29 anos (20%).

Ação 9. Deteção precoce de situações de risco e promoção de intervenções motivacionais para a redução e/ou abstinência do uso de SPA e conseqüente adoção de comportamentos mais saudáveis

O foco da intervenção dissuasora com a população de baixo risco recai numa abordagem de empoderamento do consumidor, informando-o sobre a Lei da Descriminalização e sensibilizando-o para os riscos e conseqüências do uso de SPA. Esta abordagem psicoeducacional proporciona ao indiciado a oportunidade de refazer escolhas, desta vez informadas e, conseqüentemente, mais conscientes. No mesmo sentido, a intervenção motivacional desenvolvida nas CDT, estimula a mudança de comportamento no indiciado, tendo em vista a abstinência ou a redução dos consumos e a uma adoção de estilos de vida mais saudáveis.

Este ano, além das **intervenções motivacionais (83)** dirigidas especificamente aos indiciados em situação de baixo risco (quase todos jovens e jovens adultos maioritariamente entre os 20 e 24 anos), foram ainda realizadas **121 ações psicoeducacionais** nas CDT (+18% face a 2020).

Estas ações visaram essencialmente dotar os indiciados de informação sobre a Lei da Descriminalização do consumo de SPA e sensibilizá-los para os respetivos riscos associados. Foram dinamizadas na sua generalidade em formato individual, uma vez que as medidas de prevenção à COVID 19 impediram o normal desenvolvimento das sessões de grupo e em articulação com as equipas de prevenção dos CRI.

Ação 10. Reforço da observância das medidas previstas na Lei da Descriminalização (Lei n. ° 30/2000, 29 de novembro) mediante a responsabilização do consumidor pela ilicitude do ato de consumir, privilegiando sempre a sua aproximação às estruturas de saúde ou reinserção

Considerando que a principal missão das CDT é dissuadir o consumo de substâncias psicoativas por meio da aplicação da Lei n. ° 30/2000, prevêem-se, entre outras medidas de responsabilização do consumidor pela prática de um ato ilícito, a aplicação de sanções.

A escolha poderá recair entre sanções pecuniárias (coimas) e não pecuniárias, como medidas sancionatórias a aplicar aos indiciados reincidentes, salvo condições especiais, também elas previstas na Lei, em que se opta pela suspensão da sanção, na sua determinação ou execução, disponibilizando medidas alternativas. Entre as várias sanções possíveis de proferir, destacam-se as sanções que viabilizam a aproximação do indiciado ao sistema de saúde ou de reinserção social/profissional, numa lógica que prioriza a eleição de medidas assentes no pressuposto "antes tratar que punir".

A **aplicação de sanções** representou cerca de **20% (1.354)** do total de decisões proferidas pelas CDT em 2021 (6.639). Continuamos a assistir a uma predominância na aplicação de **sanções não pecuniárias (740; 55%)** em relação às **pecuniárias (4614; 5%)**, sendo os valores percentuais muito semelhantes aos do ano anterior.

A sanção não pecuniária de **apresentação periódica** em local a designar pela CDT (tendo em conta as necessidades específicas dos indiciados), constitui a sanção mais frequentemente aplicada (**cerca 87%** do total de sanções não pecuniárias aplicadas no ano).

Verifica-se uma preponderância (76%) na eleição de locais de apresentação que promovam a aproximação do consumidor às respostas socio-sanitárias disponíveis na comunidade, tais como as apresentações periódicas nas CDT (que registam os valores mais acentuados (67%), nas Equipas de Tratamento dos CRI (21%) e nas Consultas de Prevenção Indicada dos CRI, nos Centros de Saúde e ainda nas IPSS/ONG com projetos cofinanciados pelo SICAD (PORI).

OG2. Promover a inclusão social e a capacitação para o exercício da cidadania informada das populações mais vulneráveis com CAD (Metas 6 e 8)

Os cidadãos com problemas de comportamentos aditivos e dependências encontram-se frequentemente em situação de exclusão social, de marcado isolamento e de rejeição social face ao meio onde se inserem. Na promoção da sua inclusão social é fundamental a existência de interações positivas com a sociedade, o que implica o (re)estabelecimento de ligações entre as pessoas e o seu contexto social, de forma a criar ou reparar os laços sociais entre os cidadãos e os sistemas sociais (SICAD; 2014).

Os percursos de inserção social de um cidadão com CAD são frequentemente lentos e sinuosos, requerendo intervenções globais e sistémicas, num processo que envolve interactivamente a sociedade e o cidadão com CAD e que visa criar condições que permitam ao cidadão optar livremente pelo exercício pleno da cidadania.

Ao longo dos últimos anos têm-se preconizado modelos de intervenção integrados, centrados nas necessidades reais do cidadão que se encontra em risco de desinserção.

OE3. Desenvolver abordagens específicas de intervenção em CAD, adaptadas às necessidades e características dos cidadãos

Ação 11. Promoção de respostas de Formação e Emprego adequadas às características identificadas nos cidadãos com CAD, que contemplem uma vertente prática de treino de competências pessoais, sociais e profissionais, permitindo construir os alicerces para processos de integração profissional mais ambiciosos

Com o fim do Programa Vida Emprego, deixaram de existir medidas protetoras de emprego apoiado específicas para este grupo de cidadãos com CAD, cujas características são muito diferentes da restante população.

Neste sentido, são de valorizar todas as iniciativas provenientes das Equipas de Reinserção dos CRI, que têm estabelecido parcerias com os Centros de Emprego e Formação Profissional regionais, bem como com outras entidades promotoras de emprego e formação profissional. Na intervenção em reinserção desenvolvida nos Centros de Respostas Integradas (CRI), os objetivos relacionados com a empregabilidade são uma prioridade para a grande parte dos cidadãos com CAD e a intervenção foca-se na promoção do aumento de competências profissionais, na preparação para a integração laboral e na facilitação do acesso ao mercado de trabalho.

Em 2021 os técnicos da área social das diferentes **Unidades de Intervenção Local (UIL)**, distribuídas pelo território nacional (CRI, UA e CT), acompanharam um total de **15.516 pessoas** em processo de reinserção (ativos em reinserção).

No âmbito do diagnóstico social efetuado junto das pessoas com CAD, que são acompanhadas pelos técnicos de reinserção destas Unidades, e que têm **Plano Individual de Inserção (PII)** foram identificadas **15.076 pessoas com necessidades de acompanhamento social**. Dentro do universo dos PII, ao longo deste ano foram avaliados 746 (43%).

Considerando apenas o número de planos que foram avaliados em 2021, **foram cumpridos 51%, ou seja, 1.224**. Estes são os planos que foram avaliados com cumprimento total ou parcial.

No âmbito da intervenção em reinserção das equipas das Unidades de Intervenção Local (UIL), **71** pessoas foram integradas em **respostas formativas** e **526** em **respostas de emprego**.

A **ARS Norte, I.P./DICAD** referiu que no ano de 2021 no âmbito dos programas formativos ou de emprego específicos/adaptados para os cidadãos com CAD foram desenvolvidas 1 ação de

formação para Educadores de Pares, no âmbito da Estratégia “Porto Cidade Sem Sida”; 11 formandos, 17 entidades envolvidas e 25 formadores e no que se referiu ao nº de pessoas que integraram respostas de formação, 143 foram abrangidas por Educação / Formação - “Melhoria da qualificação escolar; 239 foram abrangidas por Educação / Formação – “Melhoria da qualificação profissional” e 17 por Outras formações.

Quanto ao n.º de pessoas que integraram respostas de emprego realçaram que 904 tiveram Integração profissional e 46 pessoas tiveram outro tipo de respostas no âmbito do Emprego. Quanto à prevenção da desinserção laboral foram abrangidas 547 pessoas.

A **ARS Centro, I.P./DICAD** mencionou que, no ano de 2021, foram **abrangidos no âmbito do emprego e formação em toda a Região Centro 465 indivíduos.**

A **ARSLVT, I.P.** relativamente à área da formação, referiu que, durante o ano de 2021, muitas ofertas formativas foram dinamizadas via plataformas digitais, o que dificultou a integração dos cidadãos com CAD, cujas competências informáticas são reduzidas.

A área do emprego é das mais difíceis de intervir atualmente. Os programas que existem são medidas genéricas, cujo acompanhamento da integração dos cidadãos com CAD no contexto laboral é parco e o perfil dos empregadores não é, por vezes, o mais adequado para o acolhimento destes cidadãos.

Ao longo do ano de 2021, **192 foram pessoas abrangidas por programas formativos ou de emprego específicos/adaptados para os cidadãos com CAD; 29 pessoas integraram respostas de formação e 12 pessoas que integraram respostas de emprego.**

ARS Alentejo, I.P. referiu que **31 pessoas foram abrangidas por programas formativos ou de emprego específicos/adaptados para os cidadãos com CAD.**

Os dados espelham um contributo positivo ao nível da integração socioprofissional dos indivíduos com CAD, designadamente através da participação no processo de motivação, apoio à definição e concretização dos itinerários de formação e de inserção, promoção de oportunidades de enquadramento escolar, profissional e social, proporcionando assim o acesso à qualificação e emprego, enquanto plataforma de valorização e desenvolvimento pessoal.

ARS Algarve, I.P. referiu **2 programas formativos ou de emprego específicos/adaptados para os cidadãos com CAD; 20** pessoas abrangidas por programas formativos ou de emprego específicos/adaptados para os cidadãos com CAD; 18 pessoas que integraram respostas de formação e **um total de 60 pessoas que integraram respostas de emprego.**

Ação 12. Facilitação do acesso efetivo a respostas que atuem na redução das situações de pobreza e exclusão social

A intervenção desenvolvida pelas equipas de reinserção dos CRI que visa a redução das situações de pobreza e exclusão social foi desenvolvida em função dos diagnósticos individuais e dos planos individuais de inserção elaborados em conjunto com os cidadãos com CAD. As respostas no âmbito desta intervenção situaram-se ao nível da habitação, da educação, através do encaminhamento para ações de educação e alfabetização, para o ensino regular e para respostas de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, e no âmbito da proteção social, através da atribuição de apoios diversos, como sejam passe social, apoio à alimentação, apoios para subsistência, apoios para a aquisição de medicação, entre outros. Estes apoios refletem um trabalho significativo de articulação interinstitucional efetuado pelas equipas de reinserção dos CRI, que envolve centenas de serviços públicos e de proximidade. No âmbito do acesso às condições básicas para o exercício da cidadania, foram prestados apoios

para a regularização da documentação pessoal, apoio sociojurídico, apoio no âmbito da tutela paternal, entre outros.

No âmbito da intervenção em reinserção das equipas das UIL, **1.571** pessoas beneficiaram de **respostas de apoio social**, através da **mobilização de parcerias na comunidade**, que que permitiram **o acesso a condições de subsistência e a satisfação de outras necessidades básicas**.

Durante o ano de 2021, a **ARS Norte, I.P.** reportou que **158 cidadãos com CAD beneficiaram de ajudas técnicas**, **311 foram apoiados ao nível da alimentação**, **5 ao nível da educação**, **287 foram apoiados em termos habitacionais**, **9 ao nível da sua higiene pessoal**, **367 receberam apoio social relativamente a medicação**, **516 protegidos na sua subsistência**, **141 ao nível dos transportes e aquisição de passe social**, **16 receberam apoio em vestuário**, nas **UD/CT foram apoiados 154 indivíduos e 289 cidadãos foram ainda apoiados noutras necessidades básicas**.

A **ARS Centro, I.P./DICAD** reportou que no âmbito da intervenção das UIL estiveram em acompanhamento pelo Serviço Social **3.989 utentes**, sendo que destes 2.660 apresentaram necessidades de apoio diversas. Foram **contratualizados 1.824 PII (Plano Individual de Inserção)**. Beneficiaram de **respostas de apoio e proteção social a 336 cidadãos com CAD**.

No âmbito do PORI beneficiaram de **intervenções de Satisfação de Necessidades Básicas 1460 utentes**, dos quais 1.017 através dos projetos de RRMD e 443 através dos Projetos de Reinserção.

A **ARS LVT, I. P./DICAD** refere que as principais necessidades no âmbito da proteção social identificadas foram a de **apoio económico para internamentos (UD e CT)** e de **apoio alimentar**. Assim, através dos canais de articulação informal e fruto da relação estabelecida entre as ETET e IPSS, Juntas de Freguesia, Centros de Emprego e Centros de Acolhimento foi possível **prestar apoio ao nível da proteção social a 228 cidadãos**.

De acordo com os dados prestados pela **ARS Alentejo, I.P.** beneficiaram de respostas de apoio e proteção social – **103 cidadãos com CAD através de 12 protocolos de articulação**, bem como de outras iniciativas facilitadoras de acesso às respostas.

No que respeita ao reporte da **ARS Algarve, I.P.** beneficiaram da intervenção ao nível social nas ETET, **310 utentes**, sendo que cerca de **65% com elaboração de Plano Individual de Inserção**. Foi dada continuidade à **participação no NPISA de Portimão** e estabelecidos novos protocolos de integração nos NPISA nos concelhos de Vila Real de Santo António, Tavira e Lagos. Foi ainda feita proposta de integração no NPISA de Faro e Albufeira e participaram também no grupo de trabalho para constituição do NPISA de Olhão.

A **manutenção das Consultas Descentralizadas das ETET em meio prisional** nos Estabelecimentos prisionais de Silves, Faro e Olhão, com intervenção em situações de Outras Substâncias Psicoativas e Problemas Ligados ao Álcool, nas modalidades de consulta individual e intervenção grupal também contribuíram para dar uma **resposta efetiva ao nível da exclusão social**, perfazendo um total de **143 cidadãos em acompanhamento**, dos quais **101 integrados em tratamento farmacológico, que inclui Programa de metadona**. De referir ainda, a manutenção dos **9 Postos descentralizados de administração de metadona** (Lagos, Silves; Armação de Pêra, Albufeira, Loulé; Quarteira, Faro, Tavira e Vila Real de Santo António). Deste modo, foram totalizados **28 protocolos de articulação ou outras iniciativas que facilitaram o acesso às respostas**.

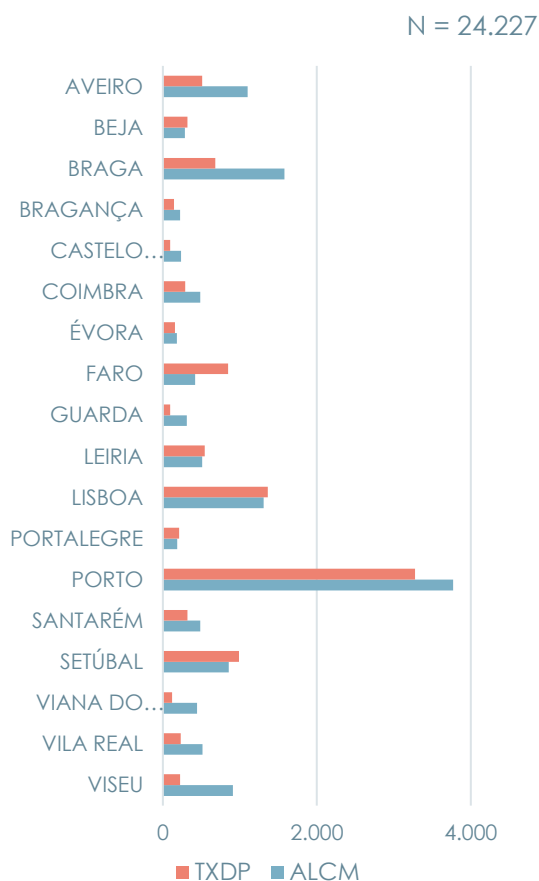
Estiveram em vigor **13.443 Planos Individuais de Inserção (PII)**, correspondendo **11.227 utentes com PII**.

O **ISS, I.P.** tem sido um organismo que em muito tem contribuído para esta medida de integração social e redução das situações de pobreza.

No ano de 2021, foram registados no Sistema de Informação da Segurança Social com processos familiares ativos, **10.413** indivíduos com problemas de toxicodependência e **13.814** com problemas ligados ao álcool (PLA).

Foram inscritos um **total de 24.227 beneficiários de processos familiares ativos com problemática de Toxicodependência e PLA**, conforme se pode verificar.

Gráfico - Beneficiários, de processos familiares ativos – Toxicodependência e PLA, por Distrito



Fonte: SESS, ASGB, Listagem 39995 – 2022

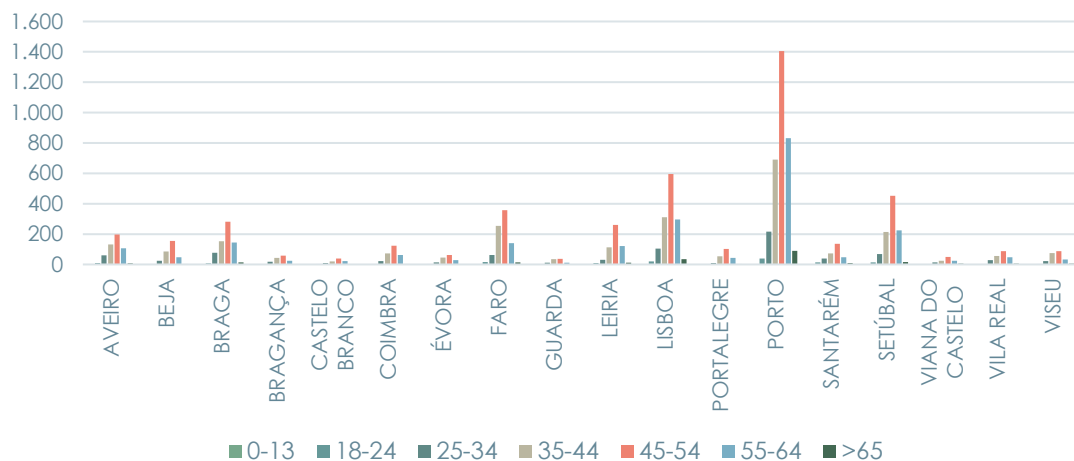
Tabela - Nº de Beneficiários, de processos familiares ativos – Toxicodependência e PLA, por Distrito

Centro Distrital	ALCM	TXDP	Total
Aveiro	1.099	511	1.610
Beja	285	318	603
Braga	1.581	680	2.261
Bragança	225	144	369
Castelo Branco	236	96	332
Coimbra	485	289	774
Évora	182	156	338
Faro	419	849	1.268
Guarda	312	94	406
Leiria	510	545	1.055
Lisboa	1.310	1.362	2.672
Portalegre	188	213	401
Porto	3.772	3.275	7.047
Santarém	486	319	805
Setúbal	857	988	1.845
Viana do Castelo	443	119	562
Vila Real	514	230	744
Viseu	910	225	1.135
Total Geral	13.814	10.413	24.227

Fonte: SESS, ASGB, Listagem 39995 – 2022

Por outro lado, no que se refere aos escalões etários destes beneficiários, verifica-se que, ao nível da **Toxicodependência**, o escalão etário predominante, à semelhança do ano anterior, se situa entre os **45 e os 54 anos**, num total de **4.486 beneficiários**, seguido do escalão etário entre os **35 e os 44 anos de idade**, num total de **2.447 beneficiários**.

Gráfico -Beneficiários, com processo ativo – Toxicodependência, por escalão etário e Distrito



Fonte: SESS, ASGB, Listagem 39995 – 2022

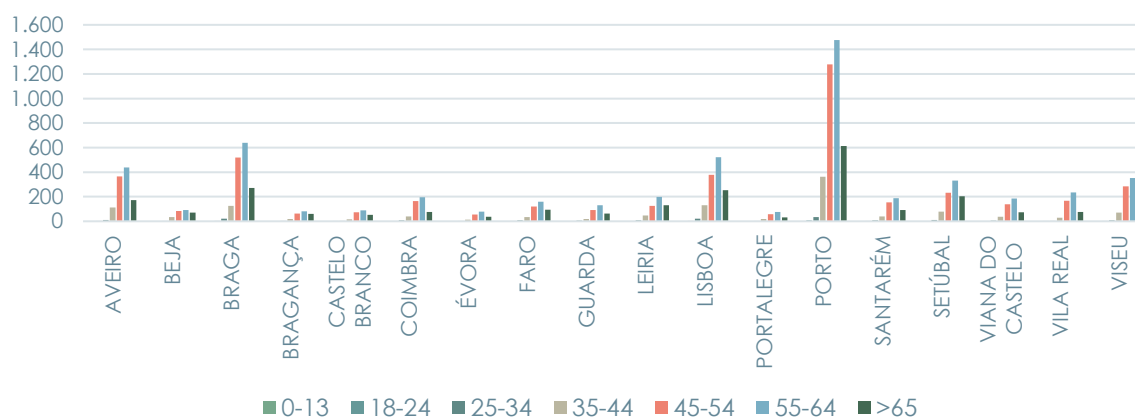
Tabela - Nº Beneficiários, com processo ativo – Toxicodependência, por escalão etário e Distrito

Centro Distrital	TXDP								Total
	0-13	14-17	18-24	25-34	35-44	45-54	55-64	>65	
Aveiro			10	60	131	197	106	7	511
Beja			4	24	86	154	47		315
Braga			8	78	153	281	145	13	678
Bragança				17	43	59	24		143
Castelo Branco			3	10	20	38	23		94
Coimbra			4	23	72	123	62	4	288
Évora			3	13	46	63	29		154
Faro		5	16	62	254	357	140	14	848
Guarda				11	34	37	11		93
Leiria			10	30	112	260	121	11	544
Lisboa			20	105	310	595	297	34	1.361
Portalegre				9	54	102	44		209
Porto			40	216	691	1.406	831	90	3.274
Santarém			14	38	73	137	47	10	319
Setúbal			13	69	214	452	224	16	988
Viana do Castelo				13	24	50	24	6	117
Vila Real			3	29	56	88	47	6	229
Viseu			3	22	74	87	33	6	225
Total Geral		5	151	829	2.447	4.486	2.255	217	10.390

Nota: Dados inferiores a 3 foram omitidos, porque violam o Artigo 6.º - Segredo estatístico, da Lei do Sistema Estatístico Nacional (Lei nº 22/2008 de 13-05-2008) Fonte: SESS, ASGB, Listagem 39995 – 2022

Por outro lado, no que se refere aos **escalões etários**, ao nível dos PLA, observa-se que o escalão etário predominante se situa entre os **55 e os 64 anos**, num total de **5.470 beneficiários**, seguido do escalão etário entre os de idade entre os **45 e os 54 anos**, **4.353 beneficiários**.

Gráfico - Beneficiários, de processos ativos com PLA, por escalão etário e por Distrito



Fonte: SESS, ASGB, Listagem 39995 – 2022

Tabela - Nº de Beneficiários, de processos ativos com PLA, por escalão etário e por Distrito

Centro Distrital	ALCM								Total
	0-13	14-17	18-24	25-34	35-44	45-54	55-64	>65	
Aveiro				10	112	365	439	172	1.098
Beja					34	85	62	72	253
Braga			4	22	126	518	639	272	1.581
Bragança				3	18	62	81	61	225
Castelo Branco				4	17	74	88	52	235
Coimbra				9	40	164	196	76	485
Évora					13	54	78	36	181
Faro				9	35	121	159	93	417
Guarda				6	19	92	131	64	312
Leiria				9	47	125	198	131	510
Lisboa			3	22	132	378	523	252	1.310
Portalegre					18	59	77	32	186
Porto			7	35	363	1.278	1.476	612	3.771
Santarém				9	40	155	189	92	485
Setúbal				12	78	232	331	204	857
Viana do Castelo				6	38	139	186	74	443
Vila Real				4	30	167	235	76	512
Viseu				8	71	285	352	192	908
Total Geral			14	168	1.231	4.353	5.440	2.563	13.769

Nota: Dados inferiores a 3 foram omitidos, porque violam o Artigo 6.º - Segredo estatístico, da Lei do Sistema Estatístico Nacional (Lei nº 22/2008 de 13-05-2008) Fonte: SESS, ASGB, Listagem 39995 – 2022

Ao analisar os dados disponibilizados pelo **ISS, I.P.** destaca-se o facto de **6.933** Indivíduos com idades entre os 35 e os 54 anos com problemas relacionados com toxicodependência, perfazerem 66% do total dos indivíduos acompanhados pelo ISS, IP e de **9.823** indivíduos com idades entre os 45 e os 64 anos com problemas ligados ao álcool, perfazerem 72% do total dos indivíduos acompanhados pelo ISS, IP no ano de 2021.

Por último e não menos importante saliente-se que o ISS, I.P. promoveu o acolhimento residencial de **205 crianças e jovens que apresentam problemas de Comportamentos Aditivos e Dependências com e sem substâncias**, com maior incidência na faixa etária dos 15 aos 17 anos, verificando-se, no entanto, um decréscimo face ao ano de 2019 (280).

Adicionalmente, **128 jovens com medida acolhimento residencial**, esteve acolhida em **Comunidade Terapêutica**, no âmbito do seu processo de promoção e proteção, verificando-se uma diminuição face ao ano de 2019 (147).

Ação 13. Desenvolvimento de projetos de intervenção e de boas práticas de inclusão social que potenciem a inserção do cidadão nas redes de suporte, em territórios identificados como prioritários

As Equipas de Reinserção dos CRI têm desenvolvido diversas iniciativas com o objetivo de potenciarem a inserção do cidadão nas redes de suporte.

No âmbito do Plano Operacional de Respostas Integradas, foram cofinanciados **18 projetos de reinserção** distribuídos pelo território nacional e que abrangeram aproximadamente **4.460 pessoas**.

Ao longo do ano de 2021 e, apesar das adversidades causadas pela Pandemia, as equipas continuaram a exercer a sua atividade junto do público-alvo e implementaram **projetos** de natureza variada, nomeadamente ao **nível do treino de competências**, inclusive **competências pré-profissionais, atividades educativas, culturais e lúdico-pedagógicas, grupos de interajuda, aconselhamento jurídico, orientação vocacional e mediação social**.

A **ARS Centro, I.P.** manteve no terreno **4 projetos de Reinserção** no âmbito do PORI. Em 2021 estes projetos de Reinserção abrangeram **443 utentes com problemas relacionados com comportamentos aditivos e dependências**, sendo que **275 correspondem a indivíduos com problemas de consumo de substâncias ilícitas e 168 com problemas ligados ao álcool**.

A **ARS Norte, I.P.** através dos **14 projetos de reinserção** que desenvolveu no âmbito do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) conseguiu abranger **2079 pessoas com CAD**. A diversidade de **projetos de intervenção e de boas práticas** que conseguiu implementar foi significativa e para uma melhor ilustração apresentam-se os respetivos dados no quadro seguinte:

ANO 2021											
Projeto	Atividades										
	01. Sensibilização/ Informação	02. Treino de competências	03. Treino de competências pré-	04. Atividades educativas-culturais/ Lúdico-	05. Acompanhamento Psicossocial	06. Grupos de Interajuda	07. Aconselhamento jurídico	08. Satisfação de necessidades básicas	09. Orientação vocacional	10. Mediação Social	11. Visitas domiciliárias
Arrisca-te	145	13	0	7	128	0	0	0	0	0	187
Códigos de vida	13	14	13	0	26	0	0	13	0	0	0
Cruzar caminhos	447	34	22	55	383	0	9	234	31	52	40
Encaminhar	181	10	0	8	97	0	0	0	48	21	3
Espaço Humanos 3G	6	12	2	14	15	0	7	14	10	18	0
Fénix	398	40	6	98	161	0	67	64	0	0	0
Incluir	128	54	15	85	150	0	0	84	77	75	37
Inserir +	94	15	22	17	63	0	0	21	10	31	6
Oficina do Saber & Ser	135	19	0	45	110	0	0	41	0	0	34
Passo a Passo	2	1	0	7	11	0	0	0	3	0	0
Projeta-te	41	96	91	285	760	58	0	821	27	36	410
Reinserir Penafiel	185	51	17	113	1314	0	11	660	0	2066	694
Reinserir na Trofa	26	0	0	13	26	9	0	1	0	0	3
Trapézio com Rede IV	5	0	9	25	88	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1806	359	197	772	3332	67	94	1953	206	2299	1414

Ação 14. Reforço da articulação com SH estratégicos, agilizando e rentabilizando a eficácia das intervenções e a promoção da inclusão social

Para além de toda o acompanhamento dos Centros de Respostas Integradas, tem-se denotado um grande empenho por parte destas estruturas da saúde em ajustar as tradicionais abordagens com novos modelos de intervenção.

Nos últimos anos têm-se incrementado iniciativas promotoras de uma reflexão integrada, designadamente a **dinamização efetiva de Grupos de Trabalhos com SH estratégicos, visando agilizar e rentabilizando a eficácia das intervenções e a promoção da inclusão social.**

Neste sentido, a **ARS Centro, I.P./DICAD** esteve representada em **10 Núcleos Locais de Inserção (NIL)**. No âmbito dos projetos de Reinserção, foram realizadas **790 intervenções com SH estratégicos, enquanto Serviços/ Entidades que colaboram e facilitam a (Re)inserção Social dos utentes**, tais como Entidades Empregadoras, Autarquias, Associações e Técnicos de diversas Áreas/Entidades.

A **ARSLVT, I.P./DICAD** desenvolveu **duas iniciativas em articulação com os SH** com responsabilidade neste âmbito.

Numa delas foi dado início ao desenvolvimento de uma **ação conjunta DICAD, RRMD e Projetos financiado no âmbito do PORI** e outras respostas de RRMD do território de Lisboa com o objetivo de melhorar a articulação entre os diversos parceiros e sensibilizar para a importância de uma resposta em tempo útil para pessoas em situação de vulnerabilidade biopsicossocial.

Noutra iniciativa foi dada continuidade ao **projeto “Modelo colaborativo de formação em RRMD” para equipas que trabalham com Pessoas que utilizam drogas e/ou álcool**. O objetivo fundamental desta ação, é uniformizar estratégias de olhar e intervir em RRMD relativamente ao uso de SPA, dentro de cada equipa de trabalho, envolvendo os diversos elementos da equipa num modelo de reflexão e aprendizagem colaborativa, que permita consolidar a intervenção em RRMD. A proposta de formação é feita após conhecimento da situação específica de cada instituição e da identificação de questões potencialmente divergentes, adequando-se a elas. Têm um caráter de continuidade, ajustando-se às necessidades emergentes e propondo, após a fase de formação inicial (12h) a formação contínua, apoiada numa temática considerada emergente pelas equipas. É usada uma metodologia de discussão de caso/situação e avaliação posterior das alternativas de intervenção propostas.

Ainda em 2021 foram realizadas **6 sessões formativas** que abrangeram um **total de 82 colaboradores de 3 centros de acolhimento em Lisboa**. Estas ações pretendem contribuir para a qualificação de técnicos sociais/comunitários e outros agentes com funções chave em cada instituição e/ou comunidade para a consolidação de uma abordagem de redução de riscos e minimização de danos, reforçando o caráter pragmático, humanista e sensível ao trauma das respostas que promovem.

A **ARS Alentejo, I.P./DICAD** desenvolveu **17 iniciativas em articulação com SH**, reforçando a articulação com os parceiros estratégicos tais como CDT, DGRSP, autarquias, CPCJ, ISS, I.P., IIEFP, Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 4G), Núcleos de Atendimento a Vítimas (NAV), Universidade de Évora (intervenção em meio laboral), Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA Évora), entre outros, o que permitiu agilizar e rentabilizar algumas intervenções.

Salienta-se a importância do reforço do alinhamento estratégico com os principais parceiros em Dissuasão, possibilitando a existência de respostas específicas em matéria de inclusão social, intensificando o impacto das intervenções.

- Foram estabelecidas algumas parcerias (12) entre as CDT e, fundamentalmente, IPSS/ONG, cuja resposta contempla o acolhimento de indiciados em situação de vulnerabilidade social, com fatores de risco e/ou consumo de SPA.
- As CDT participaram ainda em alguns encontros de trabalho (24) com entidades responsáveis pelo planeamento e intervenção junto da população em situação de vulnerabilidade social e para onde já são encaminhados indiciados (p.e. CLAS, CPCJ, equipas de rua e IPDJ).
- Destaca-se a referência da DICAD Algarve na participação em reuniões do CLAS, NPISA, Grupo de Trabalho para constituição de NPISA, SEF e consulta em meio prisional.

OE4. Desenvolver respostas específicas que viabilizem o exercício da cidadania entre a população com vulnerabilidades para os CAD

Ação 15. Definição de mecanismos de alerta/diagnóstico de situações vulneráveis.

No âmbito do protocolo interinstitucional entre o SICAD, o ISS e a SCML, os CRI enviaram **524 fichas de ligação para os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social** do ISS, I.P., tendo os **CRI rececionado 51 fichas de ligação**.

Esta articulação abrangeu 557 cidadãos com CAD acompanhados pelos técnicos de reinserção dos CRI.

Nesta ação a **ARS Norte, I.P./DICAD** reportou ter abrangido **7.631 cidadãos em situação vulnerável**, identificando ao nível dos serviços de atendimento e de acompanhamento social, **15 Equipas de Tratamento, 7 Consultas Descentralizadas e 1 Comunidade Terapêutica**.

A **ARS Centro, I.P./DICAD** refere que a Ficha de Ligação é utilizada pelos diversos Serviços, mas ainda não se procedeu à respetiva adaptação.

Durante o ano de 2021, a **ARSLVT, I.P./DICAD** conseguiu abranger **3.539 indivíduos em situação vulnerável**, sendo que **947 resultaram do trabalho de articulação interinstitucional**. Efetuaram ainda **24 atendimentos / acompanhamento sociais**.

Concretamente no âmbito da RRMD, realizou reuniões de articulação institucional de âmbito comunitário onde se procurou a implementação de estratégias potenciadoras do diagnóstico e intervenção em situações de vulnerabilidade nomeadamente reuniões de trabalho com diversos parceiros para produção de documentos orientadores no âmbito da rede social; reuniões de articulação no âmbito do Grupo de trabalho da estratégia concertada Areeiro, Beato e Marvila; reuniões de articulação para agilizar respostas relativas às pessoas utilizadoras de drogas e/ou álcool; visitas a intervenções piloto de consumo vigiado; reuniões comunitárias em resposta a problemas colocados às autarquias; reuniões relativas a intervenções com populações específicas, nomeadamente, população migrante e refugiados.

No que respeita às intervenções no âmbito da Reinserção durante o ano em apreço, foram enviadas **293 Fichas de Ligação para os serviços da Segurança Social e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**. Foram também efetuadas várias reuniões de articulação, quer presenciais, como online, para atendimentos e discussão de casos com diferentes instituições. Adicionalmente deu-se continuidade ao atendimento e acompanhamento social aos cidadãos com CAD nas ETET, nas extensões e em consultas descentralizadas.

A **ARS Alentejo, I.P.**, referiu que as poucas situações de âmbito social que surgiram foram resolvidas através dos canais existentes de respostas específicas, designadamente respostas para migrantes.

A **ARS Algarve, I.P./DICAD** mencionou terem sido abrangidas **27 pessoas em situação de vulnerabilidade social** resultantes de **103 ações de articulação interinstitucional**. Por sua vez prestaram dois atendimentos/accompanhamentos sociais.

Relativamente à área da RRMD descrevem que a equipa esteve parada na maior parte do ano, sendo os resultados apresentados referentes ao último trimestre de 2021. Estas ações caracterizam-se por resposta a pedidos da comunidade para avaliação e diagnóstico de CAD em pessoas em situação de sem abrigo.

Na área do tratamento, através da articulação interinstitucional, obtiveram colaboração na elaboração dos procedimentos de encaminhamento para os NPISA. Foram referenciados através da Ficha de Ligação, **100 cidadãos para receber apoios da Segurança Social e das Autarquias**, sendo que **71 dessas pessoas foram encaminhadas para Comunidades Terapêuticas**.

Foram ainda realizadas **25 intervenções de acordo com a abertura de acesso rápido a consulta em ambulatório para as PSSA e implementação das orientações do SICAD** relativamente a PSSA com PLA.

O **ISS, I.P.** dispõe de uma rede de **serviços de atendimento de ação social (SAAS)** em todo o território nacional, com largos anos de experiência de atendimento e apoio social a pessoas, famílias e grupos em situação de fragilidade social. Dirige-se a todos os/as cidadãos/ãs, que se encontrem em território nacional continental, numa situação de desproteção e vulnerabilidade, e que necessitem de apoio social imediato.

Em matéria de ação social, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. O prazo limite para essa concretização foi definido para 1 de janeiro de 2023, cf. n.º 5 do Artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro.

O Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, concretizou essa transferência de competências, e as Portarias n.º 63/2021 e n.º 65/2021 de 17 de março, asseguraram a regulamentação requerida, no que respeita à operacionalização, em matéria de SAAS, quer de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social e o acompanhamento da componente de inserção aos beneficiários de RSI.

Com a transferência das competências em matéria de ação social para as Autarquias, **nos Processos que tenham elementos do Agregado Familiar (AF) com CAD (toxicodependência e álcool):**

Mantém-se o atendimento e acompanhamento social, pelos Técnicos do ISS, I.P, sempre que exista uma referenciação feita pelas DICAD;

Passam a ser acompanhados pelo SAAS dos Municípios, os processos, quando não exista referenciação das DICAD.

A maioria das situações identificadas em matéria de CAD, passam pelo **encaminhamento para respostas sociais implementadas**, através do modelo da cooperação entre o Estado e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), como por exemplo: os **Apartamentos de Reinserção Social (ARS)** e as **Equipas de Intervenção Direta (EID)**, no caso dos CAD e os **Grupos de Auto - ajuda**, nos problemas ligados ao álcool (PLA).

O ISS, I.P. salienta o facto de no **distrito do Porto**, terem sido identificados **3.275 indivíduos** beneficiários de processos ativos identificados com CAD.

A resposta social **EID**, está distribuída por **12 distritos**, com acordo de cooperação com o **ISS, I.P.**, e abrangeram apoio a 827 indivíduos, que correspondeu, em termos de execução financeira, ao valor de 1.604,837€, salientando-se a inexistência de EID nos distritos de Beja, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Portalegre e Viseu.

As respostas específicas dirigidas a pessoas com PLA são da responsabilidade do Ministério da Saúde, no âmbito das ARS, I.P./DICAD.

Relativamente às respostas mais abrangentes dirigidas a este público-alvo, no âmbito das competências do ISS, I.P, salienta-se a resposta social **“Grupo de Auto-ajuda”**, que é desenvolvida através de pequenos grupos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação. Enquadra-se nas respostas transversais, dirigidas a mais de um grupo populacional.

No ano de 2021 existiam **4 acordos de cooperação em vigor**, a nível nacional (dois em Lisboa e dois no Porto), para esta resposta social, abrangendo **159 utentes**, e que correspondeu, em termos de execução financeira, ao valor de **182.914€**.

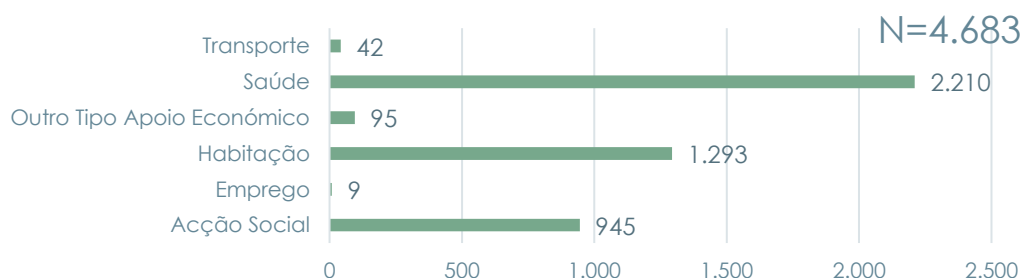
No âmbito da **reparação de situações de exclusão social dos grupos associados a CAD**, a intervenção passa, para além do atendimento e acompanhamento social, pelo **encaminhamento para respostas sociais implementadas** e a atribuição de **apoios económicos**. Os apoios económicos, visam colmatar situações de carência económica, proceder à aquisição de bens e serviços de primeira necessidade.

Em 2021, os **apoios económicos** do ISS, I.P em matéria de CAD, totalizaram **2.660.489,88€**.

Existem, ainda, outro tipo de respostas sociais / apoios / programas de carácter transversal, que não sendo especificamente dirigido ao público-alvo com CAD, pela sua vulnerabilidade económico-financeira, acabam por beneficiar das mesmas, tais como, o **Programa de Emergência Alimentar**. Também as Cantinas Sociais, concebidas ao abrigo do Programa de Emergência Alimentar (PEA), desde sempre assumiram uma vertente complementar ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) e a outras medidas de apoio social.

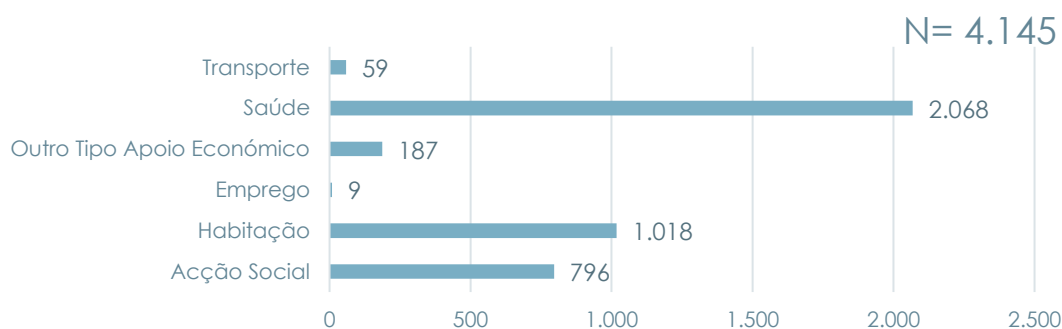
No ano de 2021, e pelo facto das dificuldades acrescidas, decorrentes da pandemia COVID-19, bem como das restrições na mobilidade dos cidadãos, resultantes da necessária aplicação do Estado de Emergência e de Calamidade, e dos impactos ao nível social e económico, em particular das famílias e grupos socialmente mais vulneráveis, houve necessidade de manter o número de refeições contratualizado em dezembro de 2020.

Gráfico - Apoios Económicos por Tipologia, atribuídos a beneficiários, na área da Toxicodependência



Fonte: SESS, ASGB, Listagem 39995 – 2022. Nota: Dados inferiores a 3 foram omitidos, porque violam o Artigo 6.º - Segredo estatístico, da Lei do Sistema Estatístico Nacional (Lei nº 22/2008 de 13-05-2008)

Gráfico - Apoios Económicos por Tipologia, atribuídos a beneficiários, na área dos PLA



Fonte: SESS, ASGB, Listagem 39995 – 2022

Ação 16. Desenvolvimento de respostas específicas no âmbito social dirigidas a grupos específicos de subpopulações com CAD, especialmente em situação de vulnerabilidades, designadamente migrantes, visando o desenvolvimento de competências nas várias áreas de vida e de re(aproximação) às redes de suporte

A promoção de respostas específicas no âmbito social dirigidas a grupos específicos de subpopulações com CAD, especialmente em situação de vulnerabilidades, designadamente migrantes, foi desenvolvida ao longo do ano 2021 através de vários tipos de intervenções implementadas pelas regiões de saúde.

A **ARS Norte, I. P./DICAD** conseguiu abranger um total de **224 cidadãos de várias nacionalidades** com esta medida: Afeganistão (12); África do Sul (6), Alanda (1), Angola (15), Cabo Verde (3), Equador (1), Estados Unidos da América (2), Geórgia (2), Guiné-Bissau (1), Índia (4), Moçambique (6), Paquistão (1), Peru (1), Reino Unido (2), República Checa (2), República Democrática do Congo (1), Sérvia (1), Suíça (2), Turquia (1), Ucrânia (11), Venezuela (6), Brasil (5)2, Rússia (4) e União Europeia (40).

A **ARS Centro, I. P. /DICAD** encaminhou **2.356 pessoas para as estruturas da rede de referenciação em CAD**. Desenvolveu 9 projetos para subpopulações vulneráveis com CAD, abrangendo um total de **28.327 cidadãos**. As cinco Equipas de Rua da ARS Centro, I.P. abrangeram **976 cidadãos**, dos quais **529 foram novos utentes**. A média mensal de utentes foi de 511, o que demonstra a continuidade dos utentes ao longo do ano nos respetivos projetos. Nos valores apresentados, salienta-se o elevado número dos que consomem por via endovenosa, atingindo uma média mensal de 159 consumidores.

Os utentes das Equipas de Rua tiveram acesso a material diverso no âmbito da RRMD e prevenção de doenças infetocontagiosas, destacando-se as 79.470 Seringas trocadas e os 73.337 preservativos distribuídos e, ainda, 60.485 Toalhetes, 52.614 Filtros, 42.136 Ampolas, 35.102 Carteiras de Ácido, 29.496 Clean Cups e 22.496 material diverso, designadamente sacos, tubos e lubrificantes.

No que diz respeito à troca de seringas pelas Equipas de Rua foram entregues em média **42 seringas por mês a cada consumidor via endovenosa**.

De entre os utentes que foram alvo de intervenção no âmbito das Equipas de Rua, a grande maioria beneficiou de um acompanhamento de natureza psicossocial e de satisfação de necessidades básicas englobando diversas atividades, de entre as quais, destacamos a execução mensal relativa ao Atendimento Psicossocial, Apoio Psicológico, Cuidados de Higiene, Apoio Alimentar e Outro Apoio Social (Acompanhamento, Apoio Vestuário, Transporte e Articulação Institucional).

A nível dos **1.300 Encaminhamentos efetuados pelas Equipas de Rua**, a maioria foi efetivada, não só, para os Serviços de Segurança Social, mas também, para as Unidades de Tratamento da DICAD e, ainda, para IPSS, Centros de Abrigo, IEF, CDT e PSP.

O **Centro de Acolhimento** abrangeu **41 utentes dos quais 26 foram novos utentes**, sendo que a média mensal foi de 17 utentes abrangidos. Dos 28 utentes que saíram do Centro de Acolhimento, durante o ano 2021, 26 ingressaram em novos projetos de reabilitação.

Como componente de intervenção diária, o Centro de Acolhimento disponibilizou aos 41 utentes alojamento e acompanhamento de natureza psicossocial englobando a prestação de vários serviços como o atendimento psicossocial, o apoio psicológico, os cuidados de higiene e o apoio alimentar. Acresceram, ainda, serviços como o de lavandaria, a realização de grupos de promoção de competências sociais, apoio na inserção profissional, entre outros ateliers de natureza formativa/ocupacional.

Dos **143 Encaminhamentos efetuados pelo Centro de Acolhimento**, a maioria foi efetivada, não só, para o Centro Diagnóstico Pneumológico, para a Segurança Social, para as Unidades de Tratamento da DICAD e para os vários Serviços de Saúde, mas também, para outros serviços (IEFP, Formação, Serviços Administrativos e Finanças).

Os três **Pontos de Contacto e de Informação** contactaram **27.310 indivíduos** (8.002 em bares/discotecas, 1.880 em festas/festivais e 17.428 em plataformas online), sendo que, de entre estes 18.200 eram utilizadores de substâncias psicoativas ilícitas (4.265 em bares/discotecas, 516 em festas/festivais e 13.419 em plataformas online).

Na sequência da intervenção dos técnicos nos diferentes contextos de intervenção, realizaram-se, também, **913 encaminhamentos para diversas estruturas de saúde: 787 realizados através da intervenção em plataformas online, 89 em Bares/Discotecas e 37 em Bares/Discotecas.**

A **ARSLVT, I.P. /DICAD** possui vários canais de articulação informal, não protocolados, estabelecidos entre as ETET com os CNAIM, SEF e outras organizações que apoia as populações migrantes, que variam de acordo com as dinâmicas locais. No contexto pandémico, foi implementado o **Plano de Prevenção da síndrome de privação alcoólica dirigido a pessoas sem abrigo, intervenção desenvolvida pela UAL/DICAD ARSLVT, CML e outras Entidades parceiras da sociedade civil.** Foram ainda dinamizadas formações para os profissionais da DICAD sobre a intervenção junto da população migrante com CAD.

Na **ARS Alentejo, I.P.** devido à pandemia, muitas sinergias e dinâmicas perderam fulgor, não obstante e de forma informal as poucas situações de âmbito social que surgiram foram resolvidas através dos canais existentes de resposta específicas no âmbito social especialmente em situação de vulnerabilidades, designadamente migrantes.

A **ARS Algarve, I.P.** através das suas ETET efetuou **21 encaminhamentos** para as estruturas da rede de referência em CAD e implementou **2 iniciativas / respostas** dirigidas a grupo-alvo. Concretamente no que respeita à valência do tratamento criaram o princípio de acesso prioritário à consulta em ambulatório para migrantes, realizaram uma reunião de trabalho com o SEF para definição de circuitos nos casos de acolhimento temporário e concretizaram encaminhamentos de 12 cidadãos para CLAIM e efetuaram 9 encaminhamentos de migrantes para CT e UDA.



Em 2021, o **(SICAD)** manteve-se a representação do SICAD no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA). No âmbito do Grupo de Trabalho para a Intervenção, foi desenvolvida a construção de uma **ficha de sinalização para as situações de sem-abrigo, a ser utilizada no âmbito dos NPISA a nível nacional.** Ao longo do ano de 2021, foram contabilizadas **20 participações em reuniões no âmbito destes órgãos da ENIPSSA.**

Adicionalmente, foi assegurado um **módulo de formação sobre os comportamentos aditivos e dependências no curso de formação** organizado pelo Instituto de Segurança Social/ENIPSSA, dirigido a gestores de caso e designado **“Prevenção, Intervenção e Suportes para a Resolução da Problemática das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo em Portugal”.**

Ação 17. Desenvolvimento de Intervenções específicas e diferenciadas no âmbito da RRMD e ao seu envolvimento comunitário, com destaque para as abordagens dos cidadãos com consumo endovenoso de substâncias psicoativas e policonsumos

Na área da Redução de Riscos e Minimização de Danos e para além das respostas levadas à prática pelas entidades financiadas em sede do PORI, as ARS, I.P./DICAD continuaram a desenvolver intervenções em contextos recreativos/festivais/diversão noturna, académicos e em eventos comunitários.

No caso da **ARS Norte, I.P.** existiram **19 estruturas socio sanitárias cofinanciadas no âmbito do PORI; 5904 utentes** foram acompanhados no âmbito do **Programa Troca de Seringas**; um total de **539 cidadãos foram caminhados para as estruturas da DICAD** – 70 novos e 469 em continuidade. Foram ainda **integrados 619 indivíduos em PSBLE**.

A **ARS Centro, I.P.** implementou **9 projetos com avaliação de processo e/ou de resultados** que abrangeram **28.327 pessoas**, sendo que 2.356 tratou-se de encaminhamentos para as estruturas de referênciação.

A **ARSLVT, I.P. / DICAD** integrou a Comissão de Acompanhamento do projeto piloto **Programa de Consumo Vigiado Móvel (PCVM)**. Esta Comissão de Acompanhamento é composta por representantes da Câmara Municipal de Lisboa, do SICAD e da ARSLVT/DICAD.

Iniciou a adaptação e tradução de um guia de RRMD - **“Connecting: A guide to using Harm Reduction Supplies as Engagements Tools”**, em parceria estabelecida com a Ontario Harm Reduction Distribution Program e Ontario Harm Reduction Network com o objetivo de ser usado em contexto de rua, para apoio ao trabalho das Equipas de Rua e de outras estruturas de RRMD junto dos utilizadores de substâncias psicoativas.

Relativamente à região do Alentejo e segundo o reporte da **ARS Alentejo, I.P./DICAD** devido ao escasso número de situações não existiu a necessidade de serem desenvolvidas Intervenções específicas e diferenciadas no âmbito da RRMD.

No que respeita à **ARS Algarve, I.P. / DICAD**, em 2021 esta equipa esteve sem atividade na maior parte do ano e só iniciou atividade depois da sua reestruturação. Como tal os resultados alcançados referem-se ao último trimestre de 2021, tendo sido duas intervenções específicas e diferenciadas: **Implementação do Programa de Troca de Seringas (PTS)** e **Encaminhamento direto dos utentes com CAD em situação de sem abrigo para vacinação COVID**.

Relativamente ao Programa Troca de Seringas (PTS) foram realizadas duas reuniões com entidade exterior (GAT) de supervisão e análise da prática. Foram abrangidas **105 pessoas e realizados 8 encaminhamentos hospitalares**.

Ainda sobre o PTS foram abrangidos um total de **105 indivíduos, entregues 1091 kits, recolhidas 1638 seringas usadas e realizados nove ações de Educação para a Injeção**.

No que diz respeito à **vacinação COVID-19 foram encaminhadas e vacinadas 14 pessoas**.

Ação 18. Promoção da criação de novas respostas no domínio dos CAD dirigidas em particular a cidadãos frequentadores de contextos recreativos/festivos, sustentadas num forte compromisso com a saúde pública e com os direitos humanos

Nada a reportar³

³ Calendário previsto 2022-2024

Ação 19. Criação de mecanismos de alerta/diagnóstico de situações vulneráveis e respetiva sinalização para entidades competentes

Nesta ação destacam-se iniciativas diversas por parte das ARS, I.P./DICAD no sentido de criarem respostas específicas de mecanismos de alerta e diagnóstico de situações vulneráveis e respetivo encaminhamento.

A **ARS Norte, I.P./DICAD** rececionou **967 novos utentes encaminhados por Instituição Judicial/Direção – Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP)**, dos quais 80 indivíduos encontravam-se na faixa etária dos 0 aos 17 anos, 100 na faixa etária dos 18 aos 24 anos, 742 tinham entre 25 e 64 anos e 45 tinham mais de 65 anos.

Nas Equipas técnicas especializadas das áreas de Prevenção Indicada, Tratamento e Reinserção da **ARSLVT, I.P./DICAD** existe uma prática de parceria, em algumas equipas formalizadas, com as CPCJ, no sentido de se garantir a existência de técnicos interlocutores das Equipas de Reinserção e das CPCJ em diferentes áreas geográficas da DICAD, de forma a agilizar e a garantir respostas atempadas às situações sinalizadas.

Em relação à **ARS Algarve, I.P./DICAD**, durante o ano de 2021, os resultados referem-se ao último trimestre. Assim, foram criadas **3 respostas de diagnóstico de situações vulneráveis** e referenciação para entidades competentes: Consulta da RRMD; Intervenção em contexto comunitário (*tracking*)- atividades de diagnóstico no terreno, caracterizadas pela observação dos locais dos trabalhadores sexuais, das pessoas em situação de sem abrigo, territórios de consumo endovenoso e recreativo e Consulta de avaliação de consumo endovenoso e educação para a saúde.

Na Prevenção foram referenciados pela CDT-Faro, **7 jovens indiciados para a consulta psicossocial de adolescentes/jovens, realizada pelo Gabinete de Atendimento a Jovens e Envolvedentes (GAJE), IP.**

Esta Equipa de Prevenção integra duas respostas no âmbito da Prevenção Indicada, direcionadas para adolescentes/jovens, na região do Algarve. Trata-se de uma consulta de cariz psicossocial com sede em Faro e que dá resposta ao sotavento algarvio. Um polo desta consulta em Portimão, dá resposta ao barlavento algarvio. Ambas se dirigem a adolescentes/jovens, com idades entre os 13 e os 21 anos, com comportamentos de risco na área dos CAD, com e sem substância. Em suma, a **região do Algarve** disponibilizou **5 respostas diferenciadas, tendo durante o ano de 2021 identificado 14 indivíduos em situação vulnerável.**

Considerando a crescente necessidade em identificar fatores de risco que contribuem para o agravamento da situação de vulnerabilidade no consumidor de SPA, prevê-se implementar em 2023 mecanismos de alerta/diagnóstico de situações vulneráveis entre os indiciados notificados a comparecer nas CDT.

Irá implementar-se o conceito de POTENCIAL INDICADOR DE RISCO ACRESCIDO (PIRA) no registo da informação a inscrever na base de dados das CDT (SGIP - Sistema de Gestão e Informação Processual), em consequência da avaliação e respetiva identificação realizada pela equipa técnica das Comissões. Entre as várias situações possíveis, destacam-se situações de grande vulnerabilidade social (pessoas em situação de sem-abrigo), situações de duplo diagnóstico e violência doméstica entre outras.

OG3. Criar condições do ambiente externo para que haja comportamentos de menor risco/mais saudáveis

A capacitação e a promoção da mobilidade dos sistemas através de ações que visem o aumento da literacia em CAD constituem orientações estratégicas centrais para a promoção da cidadania e para a tomada de decisão informada face a estes fenómenos, quer por parte dos cidadãos, quer pelos responsáveis e agentes dos sistemas sociais em que estes se inserem.

As iniciativas em literacia e uma cultura inclusiva e de diversidade ao nível da envolvente externa são um complemento imprescindível para as intervenções mais centradas no cidadão, contribuindo decisivamente para o remover de barreiras e para a promoção do acesso a uma verdadeira cidadania, com plena incorporação dos direitos humanos.

OE5. Capacitar os sistemas sociais (escolas, autarquias, associações, empregadores, comércio) para o desenvolvimento de ambientes colaborativos no que se refere à literacia em CAD

Ação 20. Desenvolvimento de mecanismos, estratégias biopsicossociais e abordagens integrada e multidisciplinar de literacia em CAD, como determinante de mudança de comportamentos.

Nada a reportar⁴

OE6. Dinamização da articulação com entidades parceiras com responsabilidade em matéria de intervenção em dissuasão dos consumos de SPA, alinhado respostas e intervenções

Ação 21. Agilização da articulação com os parceiros estratégicos em Dissuasão, através da consolidação dos circuitos implementados e do estabelecimento de novos circuitos de comunicação

Procurou-se promover o alinhamento dos interlocutores internos (CDT) e externos (diversos sh) apostando no estabelecimento de novos circuitos de articulação aumentando a abrangência dos parceiros envolvidos na rede e na manutenção dos já existentes.

Em 2021 foi estabelecido um novo circuito entre SICAD/CDT e IIEP/Centros de Emprego e Formação Profissional, tendo como principal objetivo o reforço da cooperação já existente entre as estruturas locais - as CDT e os Centros de Emprego e Formação Profissional, através da definição de canais de comunicação estruturados, ágeis e eficazes que, deste modo, permitam o incremento da qualidade das respostas e das intervenções. De entre as iniciativas desenvolvidas destaca-se a manutenção da dinamização dos circuitos já existentes com as autoridades policiais (GNR e PSP), com as entidades com competência na área da juventude (IPDJ) e na área das crianças e jovens em risco (CNPDPCJ), através da realização de reuniões nacionais (6), tendo como objetivo a planificação de atividades, a resolução de situações concretas e o acompanhamento das ações previstas nos circuitos. Destacam-se ainda a dinamização de reuniões (cerca de 49) de articulação distrital (RAD) entre os representantes das autoridades policiais (GNR e PSP) e as CDT a nível regional, tendo como objetivo, entre outros, a melhoria, aperfeiçoamento e fortalecimento das articulações entre as instituições.

⁴ Calendário previsto 2022-2024

CUIDAR

Na visão deste Plano, uma comunidade saudável cuida de todos os seus cidadãos. Os principais desafios para os próximos 10 anos estão em consonância com dois dos vetores do Plano Nacional de Saúde: facilitação do acesso e incremento da qualidade das intervenções.

OG4. Reforçar a equidade e igualdade de acesso a todos os serviços relacionados com CAD, independentemente da condição dos indivíduos (género, idade, etnia, origem, religião, situação judicial, condição social, económica ou outra), em todos os contextos (Metas 6, 7, 8, 13 e 14)

A expansão e disponibilização da informação e do conhecimento sobre os comportamentos aditivos e as dependências chama a atenção para a complexidade do desenvolvimento dos CAD e para a necessidade de se adequar a oferta das respostas e dos cuidados neste âmbito, num equilíbrio de variáveis entre a proximidade desejável, o acesso fácil, a inovação, a qualidade e a complementaridade dos cuidados, num quadro de universalidade e com uma perfeita articulação entre os diversos intervenores nos diferentes níveis de cuidados.

Assim pretende-se que o cidadão ganhe mais responsabilidade na gestão da sua saúde (ou doença).

OE7. Aumentar a capacidade de resposta a cidadãos com CAD, atendendo também aos novos perfis de consumos e/ou com adições sem substância em programas das diversas áreas de intervenção

Ação 22. Disponibilização de intervenções específicas na comunidade para as pessoas com problemas ligados ao álcool e que acumulam vulnerabilidades e riscos de saúde e sociais

Durante o ano de 2021 disponibilizaram-se, a nível nacional, diversas intervenções específicas na comunidade para as pessoas com problemas ligados ao álcool.

A **ARS Norte, I.P. /DICAD** conseguiu abranger em tratamento **5.932 pessoas com problemas ligados ao álcool, sendo que 1.713 foram novos casos.**

Quanto à **ARSLVT, I.P./DICAD** registou, no âmbito da **parceria com a DGRSP e o Tribunal de Pequena Criminalidade de Lisboa**, uma intervenção que envolveu as várias áreas de intervenção (Prevenção, Reinserção, Tratamento e Redução de Danos), para garantir maior acessibilidade e centralidade junto das pessoas com CAD que têm consequências associadas ao consumo, enquadrada no apoio à implementação das injunções da **Taxa.Zero**, previstas na Diretiva 1/2014, de 15 de Janeiro, da Procuradoria-Geral da República. Esta intervenção envolve avaliação de processo e de resultados.

No âmbito da **Taxa.zero**, que é uma atividade estruturada para arguidos primários indiciados pela prática do crime de condução de veículo em estado de embriaguez, a DICAD, com o envolvimento de cinco técnicos (3 da unidade de alcoologia e 2 da equipa de coordenação), aplica as seguintes componentes:

- Sessão de grupo de sensibilização "Álcool e Comportamento Rodoviário" – execução conjunta entre DGRSP e ARSLVT/DICAD – em 2021, devido a COVID-19 a intervenção foi suspensa no tribunal e os arguidos encaminhados para as equipas da DGRSP.

- Entrevista final de avaliação de saúde, pela ARSLVT/DICAD, que permite realizar uma avaliação de risco face ao álcool, partindo da aplicação do AUDIT – em 2021, devido à COVID-19, a intervenção foi suspensa no tribunal e os arguidos encaminhados para as equipas de tratamento.

A **equipa de RRMD da Unidade de Alcoologia de Lisboa** participou na formação sobre Abordagem informal aos Problemas Ligados ao Álcool junto da População sem-abrigo, com elaboração de segmento de RRMD ; Elaboração de informativo de RRMD e sobre álcool e COVID-19, com vista à informação e facilitação da adoção de estratégias de uso mais seguro; Finalização de submissão à Comissão de Ética da ARSLVT de projeto de levantamento de necessidades em RRMD, junto da população dos Centros de Acolhimento, e finalização do respetivo questionário a aplicar de forma a poder desenvolver respostas para as pessoas com Problemas Ligados ao Álcool e que acumulam vulnerabilidades e riscos de saúde e sociais.

A **ARS Alentejo, I.P./DICAD** faz referência a uma resposta para este grupo de PLA em RRMD, designado GIRA – Grupo de Intervenção Regional no Álcool. Trata-se de um projeto que tem como objetivos a criação e dinamização de uma plataforma regional representativa de todos os setores da sociedade civil, que assegura a partilha, discussão e reflexão /ação, sobre o consumo abusivo e problemas ligados ao álcool. Promovendo ações de formação e informação/sensibilização, nos diversos contextos.

No que respeita à **ARS Algarve, I.P./DICAD** foram criadas duas respostas para pessoas com PLA. Uma direcionada para Pessoas em Situação de sem Abrigo (PSSA), através da qual foram atendidas duas pessoas. Outra resposta centrada na comunidade em contexto recreativo, na qual foram realizados 299 atendimentos. Foram ainda estabelecidas parcerias com dois municípios.

Ação 23. Inovação e atualização da implementação do Plano Operacional de Respostas Integradas às novas realidades e necessidades dos cidadãos e comunidades

O **Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI)** é uma medida estruturante de âmbito nacional, ao nível da intervenção integrada na área dos CAD, que procura promover as sinergias disponíveis no território nacional, através da implementação de Programas de Respostas Integradas (PRI) baseados no desenvolvimento e implementação de metodologias sustentadas na identificação e seleção de territórios de intervenção prioritária.

A atribuição de apoio financeiro a projetos que constituem os PRI é efetuada nos termos da Portaria n.º 27/2013, de 24 de janeiro, que define os princípios, regras e procedimentos a que devem obedecer as condições de autorização e atribuição financiamento, pelo **SICAD**, a entidades promotoras de projetos que constituem os PRI.

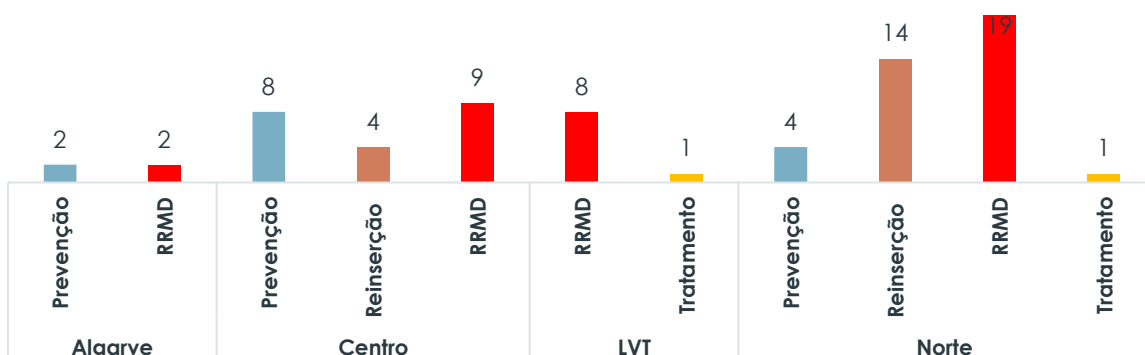
Um PRI tem a duração máxima de 24 meses, podendo ser renovado por igual período, desde que exista avaliação positiva e parecer favorável pela ARS I.P. respetiva sobre as propostas de continuidade apresentadas e, no caso dos projetos dependentes do financiamento público, disponibilidade orçamental do SICAD. Ao nível da execução, em 2021, foram contabilizados **72 projetos ativos**, abertos **54 procedimentos concursais, concluídos e iniciados 46 projetos em 39 territórios prioritários** nos eixos de RRMD, Prevenção, Reinserção e Tratamento, nas regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve.

O quadro e gráficos seguintes demonstram a execução do número de projetos, procedimentos concursais abertos, projetos iniciados e território prioritários, distribuídos por região:

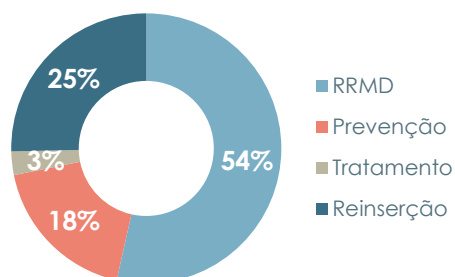
Execução dos PRI, 2021

Região	Nº de Projetos Monitorizados	Nº Projetos Concluídos	Nº Projetos Iniciados	Territórios Definidos como Prioritários
Norte	38	27	27	20
Centro	21	11	11	12
Lisboa	9	4	4	4
Alentejo	0	0	0	0
Algarve	4	4	4	3
Total	72	46	46	39

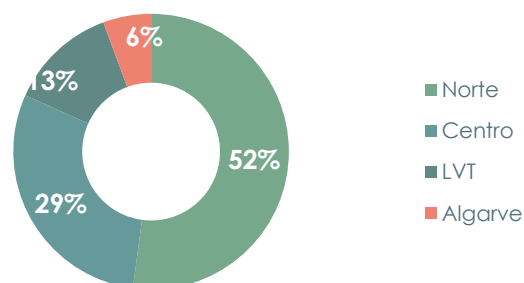
Nº de projetos monitorizados distribuição por região e área lacunar (n=72)



Distribuição por Eixo, 2021



Projetos por Região, 2021



Quanto à distribuição, 81% (59) dos projetos estão localizados na região norte e centro, os restantes 19% (13) estão na região de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve, o Alentejo é a única região que não tem projetos em execução. Por eixo de intervenção, verifica-se que 54% das intervenções são no eixo da RRMD, 25% na reinscrição, 18% na prevenção e apenas 3% no tratamento.

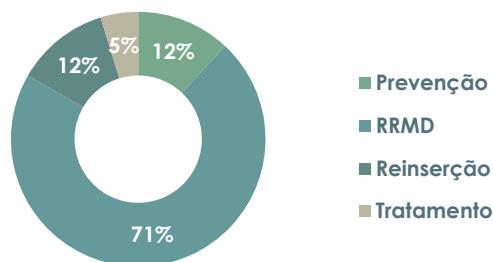
• **Financiamento Atribuído:**

Em termos financeiros globais foram atribuídos, no âmbito do PORI, cinco milhões cento e cinquenta mil e sessenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos **(5.150.068,65 €)** distribuídos conforme a tabela e gráficos seguintes, que apresentam a distribuição do financiamento atribuído tendo em conta a região e a área lacunar da intervenção.

Financiamento atribuído, por região, considerando a área lacunar

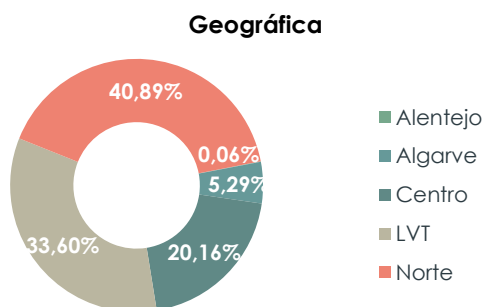
REGIÃO/EIXO	SUBVENÇÃO
Alentejo	3.214,74 €
Prevenção	3.214,74 €
Algarve	272.385,51 €
Prevenção	105.093,80 €
RRMD	167.291,71 €
Centro	1.038.204,80 €
Prevenção	324.984,72 €
Reinserção	84.157,23 €
RRMD	629.062,85 €
LVT	1.730.596,51 €
RRMD	1.565.067,37 €
Tratamento	165.529,14 €
Norte	2.105.667,09 €
Prevenção	183.517,42 €
Reinserção	528.535,66 €
RRMD	1.313.148,40 €
Tratamento	80.465,61 €

Financiamento por tipo de intervenção (n=5.150.068,65 €)



A maior parte do financiamento atribuído no âmbito do PORI, diz respeito a projetos de RRMD, representando 71% do total do montante de financiamento atribuído. A área lacunar Prevenção recebeu 12% do financiamento atribuído pelo SICAD, a Reinserção 12% e o Tratamento 5%.

Percentagem de financiamento por área



No que se refere à distribuição do financiamento por área geográfica, a região norte recebeu 40,89% do financiamento a região de Lisboa e Vale do Tejo 33,60% a região Centro 20,16 %, a região do Alentejo 0,06% e a região do Algarve 5,29%.

• Monitorização e Avaliação:

No que se refere ao acompanhamento, monitorização e avaliação das respostas implementadas no âmbito do PORI, estão previstos dois momentos de avaliação em cada período de execução de um projeto: a **avaliação intermédia**, realizada a meio do período de execução e a **avaliação final** que abrange o período global de execução para o qual foi aprovado o financiamento pelo SICAD.

Os relatórios intermédios e finais, elaborados pelas entidades promotoras, são sujeitos a apreciação por parte dos CRI e DICAD e, posteriormente, analisados no SICAD, propondo-se a sua aprovação, depois da respetiva análise técnica e financeira.

Foram elaborados **pelo SICAD no ano de 2021, 45 relatórios de avaliação** (compostos por 46 análises da componente técnica e 46 análises da componente financeira).

No **âmbito das renovações dos projetos** foram elaborados **2 pontos de situação** que avaliam preliminarmente a primeira fase o projeto e são um instrumento fundamental para a sua renovação.

Paralelamente, são ainda desenvolvidas outras atividades de monitorização técnica e financeira, designadamente **pedidos de alteração aos projetos, análise de propostas de continuidade, pareceres técnicos e financeiros sobre materiais elaborados no âmbito dos projetos e elaboração de novos contratos.**

Em suma, no ano de 2021 foram analisados pelo SICAD **60 pedidos de alteração técnica e financeira.**

Ao longo do ano de 2021 foram enviadas pelas entidades promotoras de projetos no âmbito do PORI, **492 fichas de indicadores de todos os eixos das diferentes áreas de intervenção** tendo sido inseridas em base de dados específica. Estes dados são utilizados para monitorização da execução dos projetos e atualização de diagnósticos territoriais.

Na **ARS, Alentejo I.P./DICAD** foram atualizados, em 2019, os diagnósticos territoriais do concelho de Odemira, freguesias urbanas do concelho de Évora e do concelho de Moura, para posterior abertura de concurso para aqueles territórios, o que não se veio a verificar até ao ano de 2021. Neste momento, a região Alentejo não tem nenhum PRI implementado.

Ação 24. Elaboração de guia de boas práticas, baseado na evidência, na avaliação, orientação e referenciação de cidadãos com problemas no uso de tecnologias digitais de comunicação e entretenimento (internet, e-mail, telemóveis, smartphones, iPods, aparelhos de jogos) dirigidas a diversos contextos (familiar, escolar, laboral e comunitário)

Nada a reportar⁵

Ação 25. Implementação de serviço de informação e teste da composição das substâncias psicoativas (Drug Checking) Integrado em dispositivos de RRMD abrangentes.

Nada a reportar⁶

⁵ Calendário previsto 2022-2024

⁶ Calendário previsto 2022-2024

OE8. Disponibilizar e incrementar a acessibilidade a serviços de intervenção em CAD, suprimindo os obstáculos ao acesso a respostas assistenciais (prevenção indicada, RRMD, tratamento, reinserção social) promovendo respostas adaptadas e integradas (digitais, presenciais, rede de referênciação), baseadas na evidência científica e nas melhores práticas, de acordo com as necessidades biopsicossociais dos utentes com CAD

Ação 26. Dinamização de serviços/respostas assistenciais menos estigmatizantes, apelativos e orientados para a prestação de cuidados na comunidade, que disponibilizem modelos e intervenções integradas para grupos populacionais com necessidades específicas

A **ARS Norte, I.P./DICAD** reportou que **manteve a sua rede de estruturas de resposta especializada em CAD**, designadamente o n.º de consultas descentralizadas e serviços de proximidade, as 15 Equipas de Tratamento, 1 Unidade de Alcoologia, 7 Consultas Descentralizadas, uma Comunidade Terapêutica e uma Unidade de Desabilitação.

Tabela Número de utentes em Tratamento nas Unidades de Intervenção Local por tipo de inscrição

Tipo de Inscrição	Novos 2021	Afivos 2021	Eventos 2021
Problemas Ligados ao Álcool	1.646	5.760	55.642
Consumo de Substâncias Ilícitas	1.211	9.117	111.655
Consultas de Cessaçã Tabágica	23	52	288
Outra Patologia Aditiva	16	35	455
Jogo	68	120	960
Parente/ Famílias	152	348	2.546
CJR	468	1115	7.250
Outras Tipologias sem relevância estatística	104	245	1.645
Total	3.688	16.792	180.441

No ano de 2021 estavam disponíveis **23 consultas descentralizadas e serviços de proximidade**.

Foram concretizadas 28.064 intervenções especializadas em CAD por via digital e criada **1 resposta dirigida a mulheres em diferentes contextos e nas diversas fases do ciclo de vida**. Foram abrangidas 7.229 pessoas.

A **ARS Centro, I.P./DICAD** mencionou que, **nos 10 Gabinetes consulta Prevenção Seletiva e Indicada (PSI) foram atendidos 354 utentes**, sendo 158 novos utentes. Foram realizadas 3.572 Consultas.

Nas 10 Equipas de Tratamento (ET) foram atendidos **5.062 utentes**, sendo 1.010 novos utentes. Foram realizadas **79.339 Consultas**.

Na **Unidade de Alcoologia (UA)** foram atendidos em consulta **1.568 utentes**, sendo 343 novos utentes. Foram realizadas **18.725 Consultas** e em **Internamento estiveram 267 utentes**.

Na **Unidade de Desabilitação (UD)** estiveram em internamento **143 utentes**.

Na **Comunidade Terapêutica (CT)** estiveram em Internamento **35 utentes**.

No ano 2021 a **ARS Centro, I.P./ DICAD** tinha disponibilizado **10 de consultas descentralizadas** e serviços de proximidade, tendo sido abrangidas 6.984 pessoas.

A **ARSLVT, I.P./DICAD** manteve a sua **rede de estruturas de resposta especializada**, prestando cuidados em CAD, nos espaços das suas ETET e em **consultas descentralizadas nos ACES**; e ainda em alguns casos, realizando intervenção em Estabelecimentos Prisionais.

A DICAD realiza em algumas das suas ETET, e em espaços de atendimento de jovens (Prevenção indicada) **apoio na patologia do jogo**.

A DICAD da ARSLVT integra um **Grupo de Trabalho sobre a temática/problemática do Jogo**, grupo esse, coordenado pelo SICAD.

Algumas UIL da DICAD realizaram intervenção especializada em CAD, através de teleconsulta e grupos terapêuticos via digital, no decurso da pandemia COVID 19. **Destacou ainda** uma intervenção integrada, no âmbito da parceria com a DGRSP e o Tribunal de Pequena Criminalidade de Lisboa, que envolve as várias áreas de intervenção (Prevenção, Reinserção, Tratamento e Redução de Danos), numa lógica de garantir maior acessibilidade e de centralidade junto das pessoas que usam CAD e têm consequências associadas ao consumo, enquadrada no apoio à implementação das injunções da Adição.sem, previstas na Diretiva 1/2014, de 15 de Janeiro, da Procuradoria-Geral da República. Esta intervenção envolve avaliação de processo e de resultados.

No âmbito da **Adição.sem**, que é uma atividade estruturada destinada a arguidos indiciados pela prática do crime de posse de substância estupefaciente ou psicotrópica para consumo que excede a quantidade necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias, a DICAD, com o envolvimento de 11 técnicos (9 técnicos de diferentes UIL/CRI e 2 da equipa de coordenação), aplica a seguinte componente:

- Entrevista/sessão individual de avaliação de saúde, pela ARSLVT/DICAD, nas instalações do MP-TPCL, visa avaliar o risco face aos comportamentos aditivos e dependências (partindo do instrumento ASSIST) e a necessidade de encaminhamento para consultas especializadas neste âmbito – em 2021, devido pandemia os arguidos eram encaminhados para as equipas de tratamento.

Na **ARS Algarve, I.P./DICAD** a ETEP integra 2 respostas de Prevenção Indicada, dirigidas a adolescentes/jovens, uma consulta funciona em Faro e um polo desta consulta em Portimão. Trata-se de uma consulta de apoio psicossocial para jovens dos 13 aos 21 anos, com comportamentos de risco na área dos CAD com e sem substância. É designada de Gabinete de Atendimento a Jovens e Envoltentes (GAJE), sendo uma das atividades da ETEP, no domínio da prevenção. Inclui, de forma complementar, a vertente de apoio/intervenção familiar.

Em 2021, realizaram-se 1558 consultas.

Foram efetuados 103 acolhimentos. De referir que a fonte de referenciação que apareceu em maior número, foi a família/próprio, seguido de Casa de Acolhimento, CPCJ, Centros de Saúde, Escolas e outras fontes com menor frequência.

Na área de Prevenção Indicada realizaram-se **410 consultas não presenciais no âmbito da psicologia** e **67 atos sociais não presenciais**, situação que decorreu dos constrangimentos provocados pela pandemia COVID-19.

Quanto à **RRMD**, em 2021, a equipa esteve sem atividade na maior parte do ano e só iniciou atividade depois da sua reestruturação. Como tal, estes resultados referem-se ao último trimestre de 2021.

Foi criada uma resposta para os **trabalhadores sexuais** que engloba a distribuição de material, rastreio, encaminhamento para tratamento de CAD, consulta da mulher e consulta de especialidade.

Em 2021 foram abrangidas **13 Trabalhadores sexuais**. Um encaminhado para tratamento de CAD, cinco para consulta da mulher e um para consulta de especialidade.

Para prossecução destas respostas, foram criadas parcerias com a ETET Barlavento e com o CHUA.

No âmbito do **Tratamento**:

- Nº consultas descentralizadas: 2 (VRSA, Quarteira); 1 Extensão (Tavira); 3 EP (Silves, Faro, Olhão); Nº de postos descentralizados de administração de metadona: 9 -Armação de Pêra, Silves, Lagos, Albufeira, Quarteira, Loulé, Faro, Tavira, Vila Real de Santo António (2)
- Nº consultas online nas ETET: 60
- Consulta da Mulher: 2 – ETET do Barlavento e ETET do Sotavento; Acesso Prioritário a Grávidas: 2 - ETET do Barlavento e ETET do Sotavento
- Consulta de Jogo: 2 – ETET do Barlavento e ETET do Sotavento
- N.º de respostas criadas/dinamizadas dirigidas a minorias étnicas, migrantes, refugiados: Acesso Prioritário à consulta nas ETET: 2, Acesso Prioritário Pedidos SEF (centro de Acolhimento): 1
- Articulação interinstitucional para a redução das situações de pobreza e exclusão social: 9 (NPISA; CLAS; E.P; CHUA (infeciologia; Ginecologia; Psiquiatria); DGRSP; CT; SEF; Seg. Social; CNAIM/CLAIM;

O **ISS, I.P.** referiu:

I. **Protocolos Inovadores**

No âmbito da ENIPSSA, e com o objetivo de promover a integração em habitação de pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA), em 2021, o ISS, IP. estabeleceu protocolos de cooperação, com entidades que manifestaram interesse em desenvolver projetos inovadores no âmbito do **Housing First** e **Apartamentos Partilhados**.

O *Housing First* possibilita a integração de uma pessoa por habitação, sendo permitida a ocupação por casal ou, excecionalmente, no máximo de duas pessoas em coabitação, mediante avaliação fundamentada da situação e das condições da habitação.

Nos **Apartamentos Partilhados**, a lotação poderá ser no mínimo de duas pessoas e não ultrapassar o máximo de cinco, considerando o número de quartos disponíveis. A ocupação deverá considerar uma pessoa por quarto. Excecionalmente, se as condições arquitetónicas permitirem a ocupação poderá ser, no máximo, duas pessoas por quarto, do mesmo agregado familiar

O ISS, IP. financia as equipas técnicas de suporte, que efetuam o acompanhamento dos utentes integrados nestas respostas habitacionais. Apesar de não ser uma resposta direcionada exclusivamente para pessoas com CAD, o *Housing First*, representa uma solução habitacional adequada a este público-alvo, na medida em que promove a separação entre a habitação e o tratamento, proporcionando o acesso imediato à habitação, não considerando como pré-requisito a participação prévia em programa de tratamento, reabilitação e outros.

De acordo com os dados nacionais apresentados, do Inquérito de caracterização das Pessoas e Situação de Sem-abrigo da ENIPSSA, a 31 de dezembro de 2021, das **9.604** pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal, **2.571** apresentava problemas de dependências de álcool e substâncias psicoativas.

II. Programa Operacional de Respostas Integradas (PORI)

Os Centros Distritais do ISS, IP. são, por diversas vezes, convidados a integrar na qualidade de parceiros candidaturas no âmbito do Programa Operacional de Respostas Integradas (PORI).

Em **2021, foi assinada nova parceria** com o Centro Comunitário de Esmoriz - Projeto "ABISPA-TE", no âmbito do PRI do Território de Ovar, para o período de 01/06/2021 a 31/05/2023. Este Projeto pretende responder às necessidades identificadas para a região Prioritária de Ovar e tem como objetivos gerais a divulgação do projeto, a sinalização e encaminhamento de indivíduos e a articulação interministerial nas situações em que se trate de utilizadores comuns, nomeadamente ao nível da reinserção, e que deverá abranger:

- Cerca de 250 crianças, adolescentes e jovens com comportamentos aditivos (com ou sem substância) e consequentemente os riscos associados de abandono, absentismo e insucesso escolar;
- Famílias desestruturadas com Comportamentos Aditivos e Dependências, défice de competências parentais e fracos recursos económicos.

N.º de protocolos estabelecidos – 1.

Ação 27. Consolidação e dinamização da articulação dos serviços de saúde com os serviços sociais e recursos das comunidades, definidas e reguladas pela Rede de Referenciação/Articulação em CAD

Na ARS Algarve, I.P./DICAD a ETEP participou como membro da Comissão Alargada, em representação da DICAD/ARS Algarve, no ano 2021, em 3 reuniões online da Comissão Alargada da CPCJ de Faro. Nesta Comissão teve um papel ativo como parceiro, na área dos comportamentos aditivos e das dependências, em matéria de Infância e Juventude, articulando sobretudo ao nível da consulta de prevenção indicada, em 2021.

Realizou, também, 12 contactos de articulação com a Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal (EMAT), do ISS, IP., Centro Distrital de Faro, no âmbito dos CAD, em matéria de Infância e Juventude, no que se refere a situações concretas de referenciações para Comunidade Terapêutica.

Articulou regularmente com a EMAT do Centro Distrital de Faro, do ISS, IP, no âmbito de reuniões (presenciais ou virtuais) /contactos telefónicos, elaboração de informações solicitadas, para análise de casos em acompanhamento por ambas as estruturas, no contexto dos CAD e em matéria de Infância e Juventude, com eventual implicação do Tribunal Família e Menores sempre que as circunstâncias o justificam.

Foram concretizadas 15 ações de articulação junto dos vários atores do Sistema de Promoção e Proteção à Infância e Juventude.

A **ARS Centro, I.P./DICAD** destacou a articulação com os diversos serviços de saúde, sociais e outros recursos da comunidade tem sido efetiva, mas continuam a ser sentidas **difficultades na implementação da Rede de Referenciação**, associadas, não só, à inexistência de contratualização nos cuidados primários de indicadores para esta área, mas também, pela falta de articulação das redes informáticas o que impossibilita o contacto direto e rápido entre os serviços, bem como a monitorização da atividade desenvolvida

A **ARSLVT, I.P./DICAD** integrou um Grupo de Trabalho, coordenado pelo SICAD, sobre Intervenção com Jovens com Programas de Promoção e Proteção de crianças e jovens em perigo e ao abrigo de medidas tutelares educativas e internamento em Comunidade Terapêutica.

Por outro lado, a DICAD realizou ações formativas com a DGRSP, visando o reforço da articulação entre estas duas estruturas, na intervenção em CAD.

Em 2021, o **SICAD** assegurou a resposta da Linha 1414.

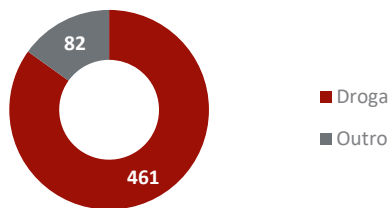
A Linha Vida é um Serviço de aconselhamento psicológico,



anónimo, gratuito e confidencial na área dos CAD, cujo objetivo é prestar suporte emocional em situações de crise, refletir sobre questões relacionadas com os comportamentos aditivos, dependências e temáticas associadas, assim como esclarecer dúvidas ou informar sobre os recursos existentes nesta área.

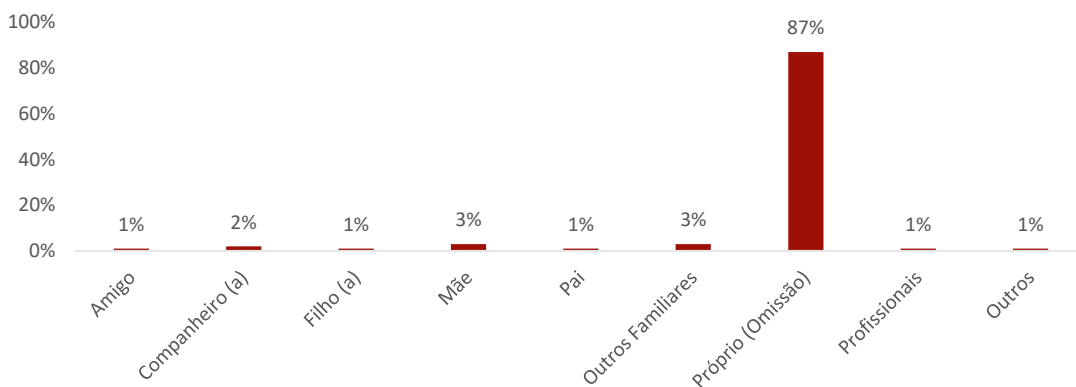
Em 2021, o serviço teve um reforço de profissionais, tendo-se mantido com quatro técnicos a tempo parcial, assegurando o serviço nos dias úteis entre as 10 às 20h. A Linha atendeu **3.190 chamadas no ano de 2021**.

Gráfico - Tipo de assunto que subjaz ao contacto estabelecido com a Linha Vida



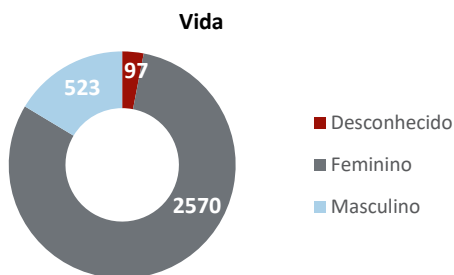
Verificou-se que a maior percentagem de contactos telefónicos estava relacionada com as **“Drogas” ou substâncias psicoativas**, seguindo de Outros, nos quais se inclui outros CAD como o jogo, sendo, no entanto, a maior percentagem de chamadas as **“Sem assunto”** (brancas e brincadeiras).

Gráfico 1 - Quem realiza o pedido linha Vida



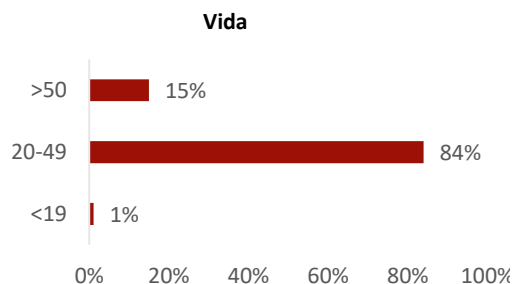
Verificou-se uma tendência para o serviço ser maioritariamente procurado **pelos próprios** indivíduos requerentes de apoio, seguido das mães e de outros familiares. Concluindo-se que a Linha Vida é procurada essencialmente por aqueles que detêm problemáticas relacionadas com os CAD.

Gráfico - Género das pessoas que recorrem à Linha



Relativamente ao género de quem procurou os serviços da Linha Vida, foi maioritariamente feminino.

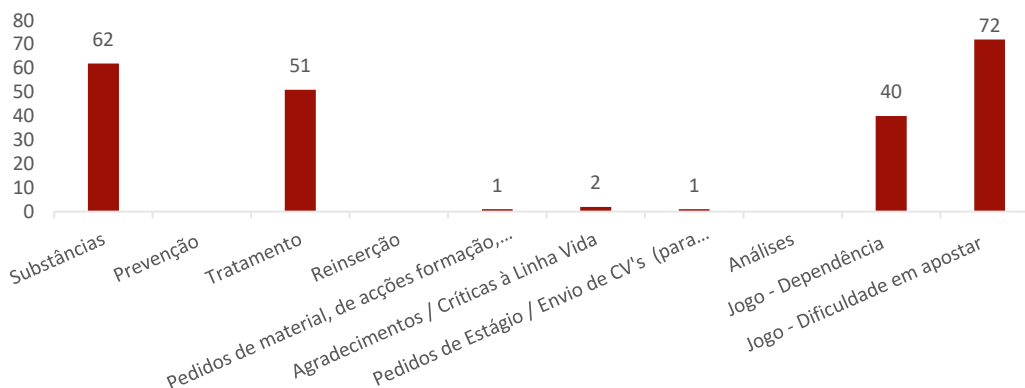
Gráfico - Faixas etárias dos utilizadores da Linha



Relativamente à idade dos utentes que procuraram o serviço, verificou-se que o peso maioritário dos pedidos de apoio se situa na faixa dos 20-49 anos, seguido da faixa de maiores de 50 anos.

No serviço de **e-mail counselling** - 1414@sicad.min-saude.pt foram recebidos no ano de 2021, um total de **234 e-mails**.

Gráfico - Tema do contacto dos utilizadores Linha Vida



Relativamente às temáticas dos pedidos formulados, a maioria refere-se a questões relacionadas com o jogo - dificuldades em apostar e dependência de jogo, seguindo-se problemas com o tratamento de dependência de substâncias. A utilização do serviço para questões relacionadas com apostas de jogo, decorre de informação equivocada de que se trata de um serviço de apoio para estas questões, pelo facto de estar anunciado nos sites de apostas.

Ação 28. Melhoria dos processos de sinalização de crianças e jovens com problemas associados aos CAD por parte das entidades com competência na área da infância e juventude, para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

A **ARS Norte, I.P. /DICAD** referiu que foram referenciados pelas CPCJ para as Consultas de Jovens da DICAD – 79 (novos) e 114 (ativos) crianças e jovens. Foram intervencionadas 484 crianças e jovens intervencionados. Dispõem também de 11 Consultas de Jovens, e Programa Integrado de Apoio à Comunidade (PIAC) que permitem a concretização de uma série de resposta.

Tabela - Fonte Referência das CJR em consulta nas Unidades da DICAD

Fonte de Referência das CJR intervencionadas	Ativo	Novo	Total
Autorreferenciado/ Inicialiva própria	110	69	179
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	114	79	193
Comissão Dissuasão da Toxicodependência	23	31	54
Desconhecido	6	8	14
Família/Amigos	79	74	153
Grupos de Autoajuda	2	1	3
Inst. do Emp. e Form. Profissional (IEFP)		1	1
Instituição de Saúde/outro profissional	26	17	43
Instituição Escolar	22	18	40
Instituição Judicial / Inst. Reinserção Social	126	118	244
Instituto de Segurança Social (ISS)	36	25	61
Médico de Família/Cuidados Saúde Primários	10	6	16
Outra unidade especializada (Adição)	1	3	4
Outros	49	26	75
Programa STOP		1	1
Unidade Especializada (IDT)	24	7	31
Total	628	484	1.112

Na **ARS Centro, I.P. /DICAD** foram referenciados pela CPCJ, para os Gabinetes de Prevenção da DICAD 46 Crianças e Jovens que foram intervencionados na Consulta de Prevenção Seletiva e Indicada 10 Gabinetes consulta Prevenção Seletiva e Indicada (PSI).

Na **ARSLVT, I.P./DICAD** as Equipas deram continuidade ao atendimento de jovens, referenciados pelas CPCJ e/ou tribunais, através das ETET e dos Espaços de Atendimento de Jovens.

Foram também emitidos TR para internamento de menores, em Comunidades Terapêuticas, referenciados por estas entidades.

Ação 29. Desenvolvimento/Adaptação das respostas aos problemas ligados aos CAD sem substância na rede de referência dos CAD, ajustadas ao ciclo de vida

Nada a reportar⁷

OE9. Garantir de forma igualitária o acesso voluntário e a continuidade da prestação de cuidados de saúde em meio prisional

Ação 30. Implementação de medidas baseadas na evidência nos Estabelecimentos Prisionais para prevenir e reduzir o consumo de substâncias psicoativas e os riscos e danos associados, incluindo respostas para combater a transmissão de vírus por via sanguínea e o risco de mortes relacionadas com substâncias psicoativas

⁷ Calendário previsto 2023-2024

Nada a reportar⁸

OE10. Assegurar a plena cidadania das pessoas com CAD, em respeito pelos Direitos Humanos

Ação 31. Disponibilização de intervenções preventivas de comportamentos de risco graves, na perspetiva de RRMD (prevenção e abordagem de overdoses) e garantindo a continuidade de cuidados após saída do Estabelecimento Prisional

Ação 32. Promoção de iniciativas anti estigma, de caráter multidisciplinar e multissetorial, que contribuam para a melhoria do acesso das pessoas com CAD, dos familiares, dos técnicos e da comunidade em geral aos recursos e serviços existentes

Ação 33. Desenvolvimento do paradigma da mediação social nos processos de reintegração dos cidadãos com CAD, com especial ênfase na mobilidade dos sistemas

Nada a reportar⁹

OE11. Assegurar o alinhamento e a equidade nas intervenções, promovendo abordagens/respostas direcionadas para a especificidade das necessidades dos consumidores

Ação 34. Reforço da harmonização e da equidade da intervenção em CAD

No âmbito do protocolo do **SICAD** com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE-UC) e as cinco Administrações Regionais de Saúde, IP. (ARS), foi desenvolvido o projeto de investigação: **A intervenção em reinserção de pessoas com comportamentos aditivos e dependências – Processos e resultados da aplicação do modelo de mediação social e comunitária.**



O seu objetivo principal era conhecer, em detalhe, como se desenvolve o modelo de Mediação Social e Comunitária no quotidiano profissional dos técnicos de reinserção que acompanham as pessoas com CAD nas Unidades de Intervenção Local das ARS e refletir sobre a eficácia deste modelo. Através de uma metodologia qualitativa baseada em estudo de casos, foram realizadas entrevistas a técnicos de reinserção, pessoas com CAD e familiares (51 entrevistas) e inquéritos a entidades parceiras.

No ano de 2021 foi feita a publicação, divulgação e disseminação deste estudo, de forma a devolver a todos os intervenientes, *stakeholders* e interessados, os resultados produzidos.

Foi publicado o **Relatório Final da investigação**, acompanhado de uma divulgação alargada junto de dirigentes, profissionais, investigadores e outros parceiros. Além da publicação do relatório na sua versão integral na página da internet do SICAD, foi ainda disponibilizado o **Sumário Executivo**, onde podem ser consultados os principais resultados do estudo, de forma mais sintética.

⁸ Calendário previsto 2023-2024

⁹ Calendário previsto 2023-2024

No sentido de alargar a divulgação, foi realizada uma videoconferência SICAD para a apresentação do estudo, que decorreu a 15 de abril de 2021, online.

Adicionalmente, foram ainda realizadas outras iniciativas de divulgação, através da participação nas seguintes conferências:

- ✓ VI Congresso *Comunicación y Pensamiento* (Universidade de Sevilha), a 30/04/2021;
- ✓ *Congresso Global Health 2021* (Escola Superior de Saúde de Coimbra), a 18/06/2021;
- ✓ 6.º Congresso Internacional de Serviço Social (Universidade Lusíada), a 22/04/2021.

Estas apresentações foram acompanhadas da elaboração de artigos científicos, cuja publicação se prevê para 2022.

No ano 2021 o **SICAD** deu continuidade ao **Grupo de Trabalho** criado com as cinco DICAD das ARS, I.P., para promover a articulação e facilitar a identificação de constrangimentos no acesso das pessoas em situação de sem-abrigo às respostas de tratamento, procurando implementar soluções que melhorem a acessibilidade aos cuidados especializados em CAD.

Foram realizadas duas reuniões que permitiram o planeamento e a organização de iniciativas de divulgação do **Guia de Acessibilidade das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo aos Cuidados de Saúde Especializados em Comportamentos Aditivos e Dependências**, instrumento elaborado em 2020 no âmbito deste grupo de trabalho.

No âmbito do **Programa E&O** foram assinados em 2021, **nove protocolos e acordos de parceria** com as seguintes entidades:



Foi, também, concretizada a renovação do Acordo de Parceria com a Direção Geral dos Recursos da Defesa Nacional / Ministério da Defesa Nacional – novembro 2021.

Há a destacar a intervenção desenvolvida com o **Centro Internet Segura integrado no Centro Nacional de Cibersegurança**, resultou em 2021, na revisão da narrativa dedicada às dependências sem substância no sentido de integrar novos conteúdos ligados à cibersegurança e ao uso problemático da internet, revisão esta que se traduziu na revisão do manual referente a esta narrativa.

Ao longo do ano foi feito um trabalho de acompanhamento da equipa técnica que desenvolveu uma nova narrativa digital interativa que acrescenta à versão anterior novas opções que resultam da interface entre o computador do aplicador e os smartphones dos jogadores. Este novo recurso proporciona a possibilidade um suporte à tomada de decisão, opções de pesquisa de conteúdos bem como a possibilidade de experienciar um conjunto de experiências com base em minijogos que passam a integrar a narrativa. O primeiro rascunho foi entregue em dezembro de 2021, iniciando-se nessa altura a criação de condições para a sua validação.

A consolidação da área da Dissuasão enquanto uma das cinco áreas de missão do modelo português implicou, nos últimos anos, uma aposta na harmonização das intervenções. Foi reforçada a concertação das respostas entre as 22 CDT, contemplando as inevitáveis diferenças geográficas e/ou dimensionais em termos de população intervencionada. Não obstante as particularidades de cada serviço, importa manter o foco numa perspetiva humanista e integradora, onde impera o cidadão como centro de toda a intervenção.

Ao nível da manutenção das iniciativas de harmonização e do alinhamento nacional entre 22 CDT, foram disseminadas orientações gerais de procedimento (7) e orientações específicas (5 relativas ao SGIP) procurando garantir a equidade das respostas destes serviços.

Ação 35. Consolidação da especificidade da abordagem e das respostas em Dissuasão

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido, prevê-se implementar em 2023 alguns protocolos de intervenção para indiciados que apresentem indicadores de risco acrescido (PIRA), e que por essa razão necessitam de uma intervenção específica e adequada às suas necessidades. Estes protocolos irão balizar a abordagem dos técnicos das CDT e permitirão simultaneamente harmonizar as práticas em temas nacionais, contribuindo para o incremento da qualidade e da equidade da intervenção em Dissuasão.

OG5. Garantir a disponibilidade e a qualidade na prestação de serviços relacionados com CAD (Metas 7, 9, 10, 11, 12, 13 e 16)

A política nacional em matéria de intervenção nos CAD, que converge com a política europeia e com outras estratégias internacionais, tem pugnado por uma cultura de qualidade nos serviços prestados pelas instituições públicas e privadas no âmbito dos CAD, com especial enfoque na centralidade do cidadão e reconhecimento dos seus direitos a receberem uma carteira diversificada de serviços.

A qualidade nos serviços prestados aos cidadãos com CAD implica a presença de competências dos profissionais que integram as equipas multidisciplinares, o recurso a metodologias válidas de avaliação de políticas e estratégias definidas, mecanismos de cooperação e convergência dos sh, bem como de referenciação e articulação entre as respostas existentes na administração pública e sociedade civil.

De entre os potenciais ganhos proporcionados pela integração das respostas diferenciadas, especializadas e adequadas ao nível de gravidade dos CAD pode destacar-se a melhoria contínua na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos em matéria de CAD, ao longo do ciclo de vida, com base em modelos e referenciais técnico-científicos válidos, na intersectorialidade das respostas e na maior focalização nas necessidades do cidadão.

A importância particular da evolução demográfica com o envelhecimento dos cidadãos com CAD, em situação de vulnerabilidade social e padecendo de múltiplas comorbilidades envolve aspetos específicos na prestação dos cuidados e especial atenção deve ser prestada aos determinantes da autonomia e independência, nesta etapa do ciclo de vida.

OE12. Garantir a qualidade na prestação de serviços e integração das respostas relacionados com CAD (especialização CAD)

Ação 36. Emissão de Linhas de Orientação Técnicas (LOT) para a Intervenção em CAD, adaptadas às novas realidades

O **SICAD** na sequência da aprovação em 2020 da versão preliminar do **Manual – Intervenção em Crianças e Jovens com Processos de Promoção e Proteção no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (CAD)**, no ano em análise, foi consolidado o documento em alguns dos seus capítulos.

Igualmente, o contexto pandémico acarretou inúmeras dificuldades à operação das **entidades privadas convencionadas**, detentoras de **unidades tratamento residencial dos CAD**,

em todas as fases da sua intervenção: na admissão de utentes, como também nos programas de tratamento e atividades de reinserção.

Foi, assim, necessário dar continuidade ao apoio aos profissionais nesta área; assim, em 2021, face à evolução da situação epidemiológica em Portugal, e em virtude de haver necessidade de constante **adaptação das orientações técnico-normativas emitidas pela DGS** à intervenção desenvolvida nas unidades mencionadas, o SICAD produziu **4 atualizações às Recomendações de 2020**.

Foram ainda realizadas **duas reuniões** entre o SICAD, DICAD das 5 ARS I.P. e **entidades privadas convencionadas**, no sentido de partilhar informações sobre o decurso da aplicação das Recomendações, procedendo-se ainda à clarificação de procedimentos e esclarecimento de dúvidas existentes.

Elemento imprescindível da garantia da qualidade, a monitorização da implementação das Linhas Orientadoras (LO) representa um imperativo neste âmbito. Em 2021, e para lá do trabalho conjunto com o **Plano Nacional da Tuberculose da Direção-Geral da Saúde relativamente à avaliação da Norma relativa ao Rastreio e Detecção Precoce da Tuberculose em cidadãos com CAD em tratamento ou em respostas de RRMD**, manteve-se a **monitorização da implementação do Modelo de Intervenção em Reinserção**, incidindo sobre a execução e acompanhamento dos Planos Individuais de Inserção das pessoas com CAD.

A **ARS Algarve, I.P./DICAD** referiu que na área do Tratamento: foram emanadas 3 orientações para acesso prioritário à consulta de ambulatório a PSSA; Migrantes e Encaminhamentos do SEF (centro de acolhimento).

A **ARS Norte, I.P. /DICAD** concretizou a elaboração do documento “Boas Práticas para a Intervenção nas Consultas de Jovens da DICAD/ARS Norte, I.P.”.

Ação 37. Monitorização da aplicação/implementação das Linhas de Orientação e avaliação da sua eficácia, através de instrumentos de medida

Ação 38. Desenvolvimento de um sistema de certificação de qualidade em prevenção

Ação 39. Desenvolvimento e diversificação de novas respostas, com vista a uma abordagem específica do fenómeno do envelhecimento da população com CAD, e das necessidades que lhe estão associadas

Nada a reportar¹⁰

¹⁰ Calendário previsto 2023-2024

OE13. Desenvolver Intervenções de Prevenção, Tratamento e RRMD e outras medidas dirigidas aos riscos associados aos consumos endovenosos, relações sexuais desprotegidas, ou/e outros comportamentos de risco, sob a influência de substâncias psicoativas (em colaboração com o Programa Nacional para as Infecções Sexualmente Transmissíveis e Infecção por VIH, Programa Nacional para as Hepatites Virais e Programa Nacional para a Tuberculose)

Ação 40. Desenvolvimento de Intervenções e outras medidas para proteger e apoiar os cidadãos consumidores de substâncias psicoativas

Na **ARS Centro, I.P./DICAD** dos 6.620 utentes ativos nas 10 Equipas de Tratamento UA e UD foram rastreados **4.306 utentes**. A Taxa de rastreio foi de 65%. Todos os casos positivos foram referenciados para o Hospital

Na **ARS Alentejo, I.P./DICAD** para análise dos resultados obtidos, há que ter em conta a peculiaridade do ano de 2021, pelas limitações da pandemia COVID 19.

Várias alterações ao desempenho diário, com muitas intervenções não presenciais, tiveram repercussão significativa, tanto no número de novos utentes admitidos na região Alentejo, como na retenção dos utentes ativos. Assistimos, não só a um maior ingresso em comunidades terapêuticas, como a uma permanência mais prolongada, o que também limita a intervenção direta das equipas de tratamento nos utentes adstritos. A nossa aposta em cuidados de proximidade, proporcionados pelas consultas descentralizadas, revelou-se infrutífera face aos vários constrangimentos que a pandemia desencadeou.

Foram realizadas consultas médica anual com análises laboratoriais e RX de tórax a pelo menos 80 % dos utentes ativos.

- N.º de intervenções específicas e integradas = 394; N.º de utentes ativos rastreados/N.º total de utentes atuais = 428/1779; N.º de utentes novos rastreados/N.º total de utentes novos = 111/394; N.º de referências = 2; N.º de utentes abrangidos por medidas de redução de novas infeções = 1779

A **ARS Algarve, I.P./DICAD** referiu:

Ao nível do Tratamento:

- N.º de intervenções específicas e integradas: 4
- Disponibilização de preservativos na sala de espera, gabinetes de consulta e locais de administração de metadona nas ETET = 7000;
- Vacinação utentes (HEP B) = 25 utentes
- Realização de sessões de educação para a saúde/prevenção de DST: 500 utentes
- Realização de Testes Rápidos VIH
- N.º de utentes ativos rastreados = 491 /N.º total de utentes atuais= 3541
- N.º de referências para Serviço de Gastro; Ginecologia e Medicina Interna: 79 - Referências AchCV+ = 72; HIV+ =5 (4 novos, 1 reentrada)
- N.º de utentes abrangidos por medidas de redução de novas infeções: (ações de educação para a saúde): 500
- N.º de intervenções específicas e integradas - 4; N.º de utentes ativos rastreados/N.º total de utentes atuais - 491/3541; N.º de referências - 79; N.º de utentes abrangidos por medidas de redução de novas infeções - 500.

No **SICAD**, no ano de 2021, com todos os condicionantes conhecidos, foi possível prosseguir uma intervenção de testagem sistemática dos utentes, nomeadamente aqueles que à partida seriam portadores de maior risco, no que se refere a infeções sexualmente transmissíveis (IST), quer

no que se refere à subpopulação em tratamento, quer aos novos casos, ou seja, os cidadãos que nunca tinham procurado ajuda nos serviços públicos de tratamentos dos CAD.

A taxa de cobertura alcançada, quer no que se refere ao tratamento, quer à RRMD, é significativa, uma vez que deverá ser tido em conta a existência de utentes que já teriam feito testes noutras entidades (nomeadamente aqueles que vieram por referência).

No ano 2021 houve continuidade do **Programa de Consumo Vigiado Móvel (PCVM)**. Trata-se de um programa que é desenvolvido por duas organizações – Médicos do Mundo (MM) e Grupo de Ativistas em Tratamentos (GAT) e financiado pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), sendo um programa de redução de riscos e minimização de danos (RRMD), tem atuado junto dos consumidores que estão em maior risco e procurou contribuir para a melhoria da saúde, segurança e qualidade de vida dos utilizadores de substâncias psicoativas em especial os consumidores de heroína por via endovenosa.

Por outro lado, é da maior importância salientar a criação, em 2021, da **resposta de Programa de Consumos Vigiado em instalações fixas**, na Cidade de Lisboa, enquanto constituição de uma resposta específica para populações de consumidores de SPA.

Assim, a nível nacional, registaram-se **398 intervenções específicas e integradas**, contemplado as **comorbilidades infecciosas mais associadas aos CAD**, com referência a uma percentagem de **utentes ativos testados no ano foi de 39,1%**, e de **utentes que procuraram pela primeira vez os serviços públicos, de 40,1%**.

A nível do **desenvolvimento de respostas de tratamento** surgiram **17 novas iniciativas** e em RRMD refere-se, em período experimental, um Programa de consumo Vigiado em Instalações fixas, em Lisboa, revelando desde o seu início, uma grade adesão por parte de consumidores de SPA.

Considerando os rastreios realizados, quer em utentes em tratamento quer sob Intervenção RRMD no ano, registaram-se **4755 rastreios para o HIV e 1496 para a TB**.

Em 2021 continuou-se a assegurar a **gestão dos contratos de convenção com entidades privadas** que operam no âmbito do tratamento dos CAD. A referida gestão implica não só dar resposta a pedidos de realização de novos contratos, como também de alteração de contratos já existentes, resposta a pedidos de esclarecimentos por parte de diversas entidades, realizando ainda os encaminhamentos de informações rececionadas no SICAD para as entidades competentes.

Em 2021, foram realizadas **8 alterações a Contratos de Convenção referentes a Comunidades Terapêuticas, tendo sido analisado um pedido para estabelecimento de Convenção para Centro de Dia**. Foram feitas **4 respostas a pedidos de informação/esclarecimentos realizados pelo Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde**, elaboradas respostas para **4 pedidos de informação enviados pela Inspeção Geral das Atividades em Saúde e Entidade Reguladora da Saúde**, realizados **3 pedidos de esclarecimentos a entidades privadas convencionadas e 2 pedidos de informações a duas ARS I.P.**

Adicionalmente, destaca-se o trabalho desenvolvido para a definição dos requisitos e das regras de negócio da Plataforma das Convenções em CAD, que entrou em produção no decurso do ano de 2021. Para assegurar o bom funcionamento desta estrutura, nomeadamente no que concerne ao acompanhamento realizados às entidades privadas convencionadas e às 5 DICAD das ARS I.P, o ano em apreço pautou-se por uma grande articulação, no sentido de esclarecimento de dúvidas e apoio técnico necessário, por forma a que a passagem para este novo modelo de funcionamento fosse o mais ajustada possível.

A **DGS** referiu que o Programa de Distribuição Gratuita de Materiais Preventivos e Informativos permitiu a distribuição de **3.917.395 preservativos externos** (masculinos) e internos (femininos) e de **412.920 embalagens de gel lubrificante**. Verificou-se assim, em 2021, um **aumento significativo de 31% no número de preservativos distribuídos**, comparativamente ao ano de 2020. Relativamente ao **gel lubrificante**, verificou-se tendência inversa, com uma **redução expressiva de cerca de 50% no número de embalagens distribuídas**.

A disponibilização da **Profilaxia Pré-Exposição ao VIH (PrEP)** para as pessoas com risco acrescido de aquisição de infeção VIH (de entre as quais, as pessoas que utilizam substâncias psicoativas por via injetável) está disponível em Portugal, desde fevereiro de 2018. Os dados disponíveis, indicam que no final de 2020, a PrEP era disponibilizada em **24 hospitais de Portugal Continental e já abrangia mais de 1 586 pessoas, registando-se um aumento de 27%, quando comparado com 2019 (1 252)**. Dessas, 2 pessoas abrangidas foram identificadas como utilizadoras de substâncias psicoativas por via injetável.

Na sequência da **criação da rede de prestação de cuidados de saúde hospitalares à população reclusa que vive com as infeções VIH, VHB e/ou VHC**, estabelecida através do Despacho n.º 283/2018, de 5 de janeiro, dos gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 4 de 5 de janeiro, foram estabelecidos protocolos entre **28 estabelecimentos de saúde e 44 estabelecimentos prisionais, em julho de 2018**. Em **31 de dezembro de 2021**, os protocolos encontravam-se implementados na sua grande maioria, com exceção do EP de Évora e o Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE e, entre o EP de Aveiro e o Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE.

No âmbito das estratégias de prevenção, foi dada continuidade ao **Programa de Troca de Seringas**, tendo-se registado **1 132 770 seringas distribuídas/trocadas em 2021** pelas estruturas participantes, verificando-se uma ligeira diminuição de 2%, quando comparado com o ano de 2020 (1 155 728).

As **equipas de rua foram responsáveis pela distribuição de 859.960 seringas**, o que corresponde a **76% do total das seringas distribuídas**. As **farmácias associadas da ANF e AFP distribuíram 23% do total das seringas (265.160)**, enquanto as **unidades de saúde dos Cuidados de Saúde Primários asseguraram a distribuição de 1% das seringas distribuídas em 2021 (7.650)**.

Encontravam-se registadas **1.693 farmácias aderentes ao PTS**, englobando associadas da Associação Nacional das Farmácias (ANF) e da Associação de Farmácias de Portugal (AFP).

As Equipas de Redução de Riscos e Minimização de Danos totalizaram 52.

Foram ainda distribuídos, no âmbito do PTS, **558.595 preservativos**, verificando-se assim uma **redução de 7% no número de preservativos distribuídos**, comparativamente ao ano anterior.

Das respostas de RRMD, **5 têm o financiamento da DGS, através do PNISTVIH (Associação Ser+, Associação Existências, Associação Novo Olhar II, Associação Médicos do Mundo, Associação para o Planeamento da Família – Algarve)**.

Os dados disponíveis à data, referentes ao número de **testes rápidos de VIH realizados em 2021** pelas diferentes estruturas – Centros de Aconselhamento e Detecção Precoce (CAD), Cuidados de Saúde Primários e Organizações não-Governamentais/Organizações de Base Comunitária financiadas pela DGS, **totalizaram 30.865 testes**, com uma **proporção de resultados reativos de 0,58%**. Verificou-se, comparativamente ao ano de 2020, **um aumento de 21% (25 471)**, contudo, este valor mantém-se ainda inferior ao número de testes realizados em 2019 (43.691). As organizações não-governamentais/organizações de base comunitária financiadas pela Direção-Geral da Saúde foram responsáveis pela realização de **45% dos testes, com uma taxa de**

reatividade de 1,07%. Destes, mais de metade (55%) foram realizados por pessoas que nunca tinham feito o teste. Do total dos casos reativos, 85% foram referenciados para os cuidados de saúde hospitalares para realização de teste confirmatório e ligação aos cuidados.

Através dos projetos desenvolvidos por organizações não governamentais/organizações de base comunitária financiadas pela DGS e no âmbito do Acordo entre o Grupo de Ativistas sobre Tratamentos (GAT) e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, tem-se verificado tendência crescente anual do número de testes rápidos realizados. Em 2021 atingiu-se o total de **17.573 testes de AgHBs e de 22.820 testes de anticorpo anti-VHC**, com uma **prevalência de 1,12% e de 1,09% de reatividade**, respetivamente. Os dados de 2021 mostram uma recuperação na tendência crescente do número de testes realizados nestes contextos, ultrapassando mesmo os dados de 2019.

Quando analisados os dados dos testes realizados por **organizações não governamentais/organizações de base comunitária** no que diz respeito às populações chave, verifica-se que **foram realizados 725 testes de VIH, 535 de AgHBs, 602 de anti-VHC e 738 de Sífilis, com percentagens de resultados reativos de 1,38%, 0%, 4,99% e 0,41%, respetivamente.**

Portugal mantém a estratégia de tratar todas as pessoas diagnosticadas com VIH, independentemente do valor de linfócitos T CD4+, de acordo com a evidência científica atualizada, contribuindo assim, certamente, para o alcance das metas da ONUSIDA, nomeadamente **95% de pessoas diagnosticadas com VIH se encontrarem em tratamento e destas, 95% apresentarem carga viral suprimida até 2030.**

O país estabeleceu ainda o objetivo de garantir que 100% dos doentes elegíveis para tratamento da hepatite C o iniciam e que o fazem de acordo com as Normas de Orientação Clínica. Os dados mais recentes informam que já **foram autorizados 30.086 tratamentos**, dos quais **28.844 já foram iniciados**. Quando se restringe a análise ao universo de indivíduos que já concluíram o tratamento e em que se pode avaliar a resposta virológica sustentada (n= 18.697) verifica-se que 18.697 estão curados (96,7%) contra 623 doentes não curados (3,3%).

Ação 41. Reforço da capacidade dos serviços de Tratamento e de RRMD na implementação de medidas que visem a sensibilização e a promoção da diminuição das infeções por VIH/SIDA, VHB e VHC e Tuberculose (em colaboração com o Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por VIH, Programa Nacional para as Hepatites Virais e Programa Nacional para a Tuberculose)

Na **ARS Centro, I.P./DICAD**, no âmbito das UIL, foram **rastreados 4.306 utentes**. No âmbito do PORI foram rastreados pelos Projetos de RRMD 222 utentes. Há realçar 10 respostas específicas criadas no domínio do tratamento, tendo sido 2 pessoas abrangidas por respostas específicas criadas no domínio da RRMD e 4.306 pessoas foram rastreadas para doenças infecciosas (VIH; VHB; VHC; Tuberculose).

A **ARS Alentejo, I.P./DICAD** concretizou a implementação da prática de realização de testes relativos a HB; HC; VDRL; VIH, a todos os novos utentes no dia do acolhimento, com maior incidência nas populações migrantes.

- N.º respostas específicas criadas no domínio do tratamento - 3 (Vídeoconsulta; contacto telefónico e envio SMS); N.º respostas específicas criadas no domínio da RRMD - 2 (Vídeoconsulta; contacto telefónico e envio SMS); N.º de pessoas rastreadas para doenças infecciosas (VIH; VHB; VHC; Tuberculose) – 428; N.º de pessoas em terapêutica Antirretroviral (TAR) - 93; N.º de pessoas em terapêutica Vírica - 23

A **ARS Algarve, I.P./DICAD**, no âmbito da RRMD, no ano de 2021, esteve sem atividade na maior parte do ano e só a reiniciou depois da sua reestruturação. Como tal, estes resultados referem-se ao último trimestre.

Neste ano foram criadas duas respostas específicas visando o diagnóstico e atuação ao nível da redução dos riscos de infeção VIH/ SIDA. No PTS onde foram abrangidos um total de 105 indivíduos, entregues 1091 kits, recolhidas 1.638 seringas usadas e realizados nove ações de educação para a injeção.

Rastreio de VIH/ SIDA - realizado nas diferentes respostas da Equipa, nomeadamente: PTS, trabalhadores sexuais, recreativos e comunidade geral.

Ao nível do Tratamento foram rastreadas 491 pessoas para doenças infecciosas (VIH; VHB; VHC). Desenvolveram-se 4 respostas específicas criadas no domínio do tratamento, Consulta da Mulher com intervenção focada na prevenção das DST (ETET do Barlavento e ETET Sotavento; Consulta de Educação para a Saúde (ETET do Barlavento e ETET do Sotavento). N.º de pessoas em terapêutica Vírica: 60

Em 2021 a **ARS Norte, I.P./DICAD** internalizou o teste rápido da Hepatite C em todas as UIL da DICAD e Equipas de Rua e foram abrangidas 71 pessoas em terapêutica Antirretroviral (TAR).

No domínio do tratamento, na Consulta de Saúde Sexual e Reprodutiva foram criadas as seguintes respostas:

- N.º de utentes ativos rastreados VIH/N.º total de utentes atuais – $6609/15186 = 44\%$
- N.º de utentes novos rastreados VIH/N.º total de utentes novos $1993/2919 = 68\%$
- N.º de utentes ativos rastreados HB/N.º total de utentes atuais – $6802/15186 = 45\%$
- N.º de utentes novos rastreados HB/N.º total de utentes novos $545/2919 = 19\%$
- N.º de utentes ativos rastreados HC/N.º total de utentes atuais – $5557/15186 = 37\%$
- N.º de utentes novos rastreados HC/N.º total de utentes novos $556/2919 = 19\%$
- N.º de utentes ativos rastreados VDRL/N.º total de utentes atuais – $1553/15186 = 10\%$
- N.º de utentes novos rastreados VIH/N.º total de utentes novos $413/2919 = 14\%$

No domínio da RRMD procederam à **implementação da metodologia ADR** nas 19 estruturas socio sanitárias; em termos de material assético distribuíram **126.985 kits** e **6025 cachimbos**; ao abrigo do **PTS** acompanharam **5904 indivíduos**, sendo que 616 foram novos utentes e foram rastreadas para doenças infecciosas 561 pessoas (VIH: 383, HCV: 66, Ag HBS: 24, Sífilis: 48, TP: 42)

A **ARS LVT, I.P./DICAD** manteve a integração na Comissão de Acompanhamento do Programa Nacional de Troca de Seringas, embora não tenha reportado dados específicos ao nível das respostas efetuadas.

O **SICAD**, no processo de monitorização pelo **Sistema de informação Multidisciplinar (SIM)** destaca que a avaliação de doenças crónicas não transmissíveis faz parte, desde sempre, das intervenções preconizadas pelo modelo português, cuja orientação básica assenta na multidisciplinidade. Nesse sentido, a abordagem holística e humanista impõe a visão e a análise das pessoas com CAD como um todo, e não só pelo prisma do seu problema aditivo. Assim, existe desde sempre uma visão global da saúde dos cidadãos com CAD, o que faz com que as medidas de diagnóstico, intervenção e referenciação sejam a marca distintiva desta abordagem, levando a que a globalidade dos novos utentes, sejam observados por médico, psicólogo e assistente social, desta forma permitindo um diagnóstico biopsicossocial completo, que permita a planificação adequada da intervenção.

OE14. Reduzir as comorbilidades associadas aos CAD

Ação 42. Reforço de respostas específicas nos diversos domínios de intervenção que promovam a identificação dos determinantes da saúde e sociais e deteção precoce dos fatores de risco, na perspetiva da prevenção e controlo das doenças crónicas não transmissíveis

A **ARS Norte, I.P./DICAD** mencionou que o envelhecimento da população toxicodependente, associada a comorbilidade(s), orgânicas e/ou psíquicas, deu origem a que as equipas multidisciplinares das UIL, na avaliação clínica, tentem procurar identificar fatores de risco e sintomatologia associada a várias patologias crónicas, nomeadamente hipertensão arterial, diabetes mellitus, DPOC, entre outras e, conseqüentemente, a sua referenciação para o nível de cuidados mais adequado.

A **ARS Alentejo, I.P./DICAD** referiu a consulta médica e pedido anual de análises laboratoriais que permitam identificar doenças crónicas não transmissíveis, nomeadamente HTA; Anemia; Diabetes; Síndrome plurimetabólico, entre outras, para posterior articulação e encaminhamento para o médico de família.

- N.º de utentes novos rastreados na perspetiva do controlo das doenças crónicas não transmissíveis /N.º total de utentes novos – 111/394.

Ação 43. Reforço das capacidades dos serviços para a implementação de estratégias de diagnóstico e intervenções terapêuticas e de referenciação, que visem diminuir a ocorrência de comorbilidades associadas aos CAD

A **ARS Alentejo, I.P./DICAD** concretiza, regularmente, a aplicação de escalas ou questionários, que permitam identificar fatores que possam contribuir ou indicar psicopatologia concomitante e nos casos suspeitos se proceder a avaliação psiquiátrica.

- N.º de utentes novos referenciados com comorbilidades/N.º total de utentes com comorbilidades identificadas – 71/268.

A **ARS Algarve, I.P./DICAD** destacou que concretizam o reforço da articulação e referenciação para os CSP e CHUA- Obstetrícia/Ginecologia. Promovem a realização de rastreios bioquímicos e de doenças infectocontagiosas a novos utentes, bem como rastreio periódico aos utentes em seguimento em ambulatório.

Ação 44. Consolidação e alargamento de uma rede de cuidados integrados, específica e adequada ao envelhecimento e suas múltiplas dimensões dos cidadãos com CAD.

Nada a reportar¹¹

¹¹ Calendário previsto 2023-2024

OE15. Promover uma intervenção específica direcionada para a problemática do consumo de risco moderado e alto risco, facilitando o contacto com os sistemas de saúde e a respetiva adesão ao processo terapêutico, contribuindo para a redução/abstinência dos consumos e para o restabelecimento psicossocial dos consumidores dependentes de SPA

Ação 45. Intervenção nas situações que não sendo de dependência, carecem de uma intervenção específica, motivacional e dissuasora, recorrendo à eventual referenciação para estruturas de apoio na comunidade

A maioria dos indiciados que comparecem anualmente nas **CDT** apresentam risco moderado relativamente ao consumo de SPA. O rastreio efetuado pela Comissão permite isolar diferentes situações: nuns casos, os indiciados apresentam requisitos de referenciação, mas não existem entidades locais para dar resposta; noutras situações os indiciados não aceitam o encaminhamento para estruturas externas à CDT; outras ainda, em que os indiciados mostram resistência ao encaminhamento externo proposto, mas aceitam e aderem ao encaminhamento interno na própria CDT. Nestas situações, a CDT desenvolve uma intervenção motivacional, dissuasora e de curta duração, procurando travar, reduzir e eliminar o consumo de SPA e os riscos que lhe estão associados.

- Em 2021 foram alvo de intervenções breves (IB) e motivacionais desenvolvidas nas CDT, cerca de **496 indiciados**, na sua maioria jovens (20% entre os 16 e 19 anos e 38% entre os 20 e 24 anos) e jovens adultos (16% entre os 25 e 29 anos e 12% entre os 30 e 34 anos).

Para além destas situações específicas em que a CDT desenvolve uma intervenção mais estruturada, de acompanhamento ao consumidor não dependente, todas as outras situações de risco moderado, especialmente as de uso nocivo, são encaminhadas para as estruturas na comunidade com as quais as CDT articulam.

- Do total de indiciados avaliados como estando em situação de risco moderado face aos consumos (1.356), a maioria (71%; 968) foi encaminhada para estruturas de apoio, maioritariamente para respostas ao nível dos consumos de SPA. Entre estas entidades, destacam-se as consultas de prevenção indicada dos CRI (DICAD, ARS), os centros de emprego e formação profissional (IEFP), as estruturas da rede Segurança Social, as IPSS, o apoio escolar e o apoio médico (p. ex. consultas de cessação tabágica, ou situações relacionadas com doenças infecciosas, entre outros).
- De salientar que entre os indiciados com risco moderado referenciados para estruturas externas, cerca de 60% integravam o escalão etário dos 16-24 anos.

Ação 46. Identificar situações alto risco/dependência entre os consumidores de SPA, desenvolvendo uma intervenção específica, agilizando o trabalho de mediação e referenciação para as entidades especializadas no tratamento desta problemática

Todas as situações de alto risco identificadas pelas **CDT** são alvo de proposta de referenciação para integração em programa de tratamento adequado à problemática apresentada. Algumas destas situações, requerem da parte das equipas técnicas das CDT um trabalho motivacional acrescido, por forma a melhor aderirem ao encaminhamento proposto.

- Em 2021 foram identificados pelas CDT **361 indiciados em situação de alto risco** (14% do universo avaliado). Contrariamente ao ocorrido com o risco moderado e baixo risco,

verifica-se uma maior percentagem de pessoas entre os 45 e 49 anos (20%) e os 40 e 44 anos (17%), seguindo-se, com valores percentuais inferiores, as pessoas entre os 50 e 54 e os 35 e 39 anos (12% cada).

- Entre os indiciados rastreados com alto risco, cerca de 9% (32) foram sujeitos a intervenções breves e/ou a sessões de intervenção motivacional nas CDT, tendo em vista a adesão ao processo de tratamento, na sua maioria jovens adultos nas faixas etárias dos 25 aos 29 anos (22%) e dos 30 aos 34 anos (19%).
- Cerca de **98% (352) dos indiciados em situação de alto risco foram referenciados** para tratamento, maioritariamente para as Equipas de Tratamento dos CRI (71%; 251), mas também para outras respostas (20%; 72), tais como serviços clínicos dos estabelecimentos prisionais, centros de abrigo, consultas privadas e ainda para os centros de saúde e hospitais (29%; 8%). Tinham na sua maioria idade compreendida entre os 35 e 54 anos (22% entre os 45 e 49 anos, 18% entre os 40 e 44 anos e, com valores inferiores, 14% entre os 50 e 54 anos e 12% entre os 35 e 39 anos).

OE16. Reduzir as consequências tardias e o impacto dos CAD com e sem substâncias e a mortalidade associada ao consumo de substâncias psicoativas

Ação 47. Dinamização de Grupos Técnicos de reflexão e aprofundamento das matérias relacionadas com os desafios na promoção e sustentabilidade da saúde mental das crianças, adolescentes e jovens na abordagem dos CAD sem substância.

Ação 48. Desenvolvimento de iniciativas que promovam a mudança de comportamentos nos cidadãos, incentivando-os a ter uma participação proativa na gestão da sua saúde, por forma a mitigar o impacto dos efeitos tardios dos CAD, das (co)morbilidades e prevenir a mortalidade associada.

Nada a reportar¹²

Ação 49. Reforço das intervenções diferenciadas e das respostas específicas que promovam a prevenção das mortes por overdoses e relacionadas com as substâncias psicoativas, assim como a redução das mortes prematuras por doenças não transmissíveis, nos diversos contextos

A **ARS Norte, I.P./DICAD** referencia que 100% das estruturas sócio sanitárias foram dotadas de Naloxona spray nasal para distribuição junto dos Utilizadores de SPA.

A **ARS LVT, I.P./DICAD**, no âmbito da monitorização do uso direto e comunitário efetuou a distribuição de Naloxona spray nasal aos vários projetos de RRMD.

A **ARS Centro, I.P./DICAD** manteve a estreita articulação com os diversos Hospitais da Região Centro e respetivos serviços hospitalares, designadamente infecciosas, medicina interna e gastroenterologia, para tratamento e prevenção de doenças dos utentes com CAD. A nível da prevenção de mortes por overdose existem na Região Centro 5 Equipas de Rua, assinalando-se assim 5 respostas específicas implementadas para redução da mortalidade.

A **ARS Alentejo I.P./DICAD** referiu não haver naquela região registos de mortes por overdose, que justificassem intervenções diferenciadas e relacionadas com substâncias psicoativas.

¹² Calendário previsto 2023-2024

A **ARS Algarve I.P./DICAD** Manutenção da modalidade de intervenção “Ação de sensibilização sobre consumo de SPA”, com vista a responder a pedidos específicos do sistema judicial (DGRSP), nos casos de suspensão provisória de processo. 8 sessões realizadas em 2021 (grupos suspensos por plano de contingência COVID)

A **ARS Norte, I.P./DICAD** referencia que 100% das estruturas socio sanitárias foram dotadas de Naloxona spray nasal para distribuição junto dos UDS.

A **ARS LVT, I.P./DICAD**, no âmbito da monitorização do uso direto e comunitário efetuou a distribuição de naloxona spray nasal aos vários projetos de RRMD.

OE17. Dar resposta aos novos desafios, novas substâncias, os CAD sem substância

Ação 50. Desenvolvimento de medidas e estratégias de intervenção que respondam às necessidades identificadas e que assuma os desafios no âmbito do uso nocivo de internet e do ecrã, do jogo e apostas online, do jogo de base territorial (gambling)

Ação 51. Desenvolvimento de medidas e estratégias de intervenção que respondam às necessidades identificadas e que assuma os desafios no domínio da perturbação de videojogos pela internet (gaming)

Ação 52. Desenvolvimento de suporte de supervisão visando a harmonização de práticas nas respostas da saúde aos problemas ligados aos CAD sem substância

Nada a reportar¹³

OE18. Garantir condições de logística adequada à prestação dos cuidados (recursos logísticos e humanos) nos diferentes níveis de intervenção

Ação 53. Promoção de medidas multisectoriais que assegurem as capacidades / infraestruturas necessárias e concertadas à execução das intervenções eficazes.

Nada a reportar¹⁴

Ação 54. Reforço da capacidade de referenciação para serviços especializados, pela melhoria da interoperabilidade de sistemas e integração de serviços.

Em 2020 foi ministrada formação de formadores a três ACES da ARS Centro sendo estes responsáveis pela disseminação da formação nos restantes ACES / Centros de Saúde da Região. Além da formação, foi efetuado a referenciação de um utente em produção pela ARS Norte no Tâmega II - ACES Vale do Sousa Sul.

Em 2021 foi operacionalizado em toda a ARS Norte a possibilidade de efetuar a referenciação de utentes com comportamentos aditivos e dependências (CAD) do SCLINICO para o SIM. Sendo administrada formação e ativada a referenciação em todos os ACES/ Centros de Saúde.

¹³ Calendário previsto 2023-2024

¹⁴ Idem

PROTEGER

Numa comunidade saudável, as instâncias com poder simbólico e operacional assumem a sua parte de responsabilidade na proteção do cidadão face a problemas ligados à oferta e utilização de produtos ou atividades potencialmente aditivas.

OG6. Reduzir e gerir os riscos de exposição ao consumo de substâncias psicoativas e a outras praticas potencialmente aditivas, inclusive através de regulação e fiscalização adequadas, mas também através de medidas de proteção social a grupos mais vulneráveis a essa exposição (Metas 9, 14, 15, 16, 17 e 18)

A existência de medidas, de natureza fiscal ou de proibição e limitação da produção, colocação no mercado, publicidade e uso, não tem contribuído de forma sustentada para diminuir significativamente a perceção do risco ou a facilidade percebida quanto à acessibilidade de substâncias ou de práticas potencialmente aditivas.

A regulação e fiscalização do mercado de substâncias lícitas visa garantir a proteção dos cidadãos, através de medidas legislativas, regulatórias, de autorregulação dos operadores económicos e de aplicação da lei. No entanto, a falta de recursos das entidades envolvidas, nomeadamente no que se refere à fiscalização, tem impedido cumprir alguns dos compromissos assumidos nesta área.

A articulação entre entidades e parceiros da sociedade civil envolvidos, relativamente às diferentes praticas de consumo, através de plataformas de partilha, reflexão sobre os temas, à semelhança do que tem sido a experiência do Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS), com compromisso de reforço das ações necessárias para prevenir e reduzir danos, poderá contribuir para reduzir as consequências dos consumos/usos nocivos de substâncias ou de práticas potencialmente a aditivas.

Por outro lado, a implementação de estratégias e intervenções preventivas de carácter ambiental no âmbito dos CAD visa limitar a exposição a oportunidades comportamentais pouco saudáveis e de risco, focando-se na alteração dos comportamentos e das práticas pessoais e sociais, no sentido da promoção da saúde individual e coletiva. Estas intervenções de prevenção ambiental contribuirão para a transformação dos ambientes que interferem com as escolhas individuais, nomeadamente por parte dos jovens, no domínio das práticas de jogo e do consumo de substâncias psicoativas. São igualmente fulcrais para a promoção da literacia em CAD dos agentes decisores e políticos, contribuindo para a sua maior responsabilização e envolvimento na construção de ambientes mais saudáveis e seguros para o cidadão.

OE19. Garantir que a disponibilização, venda, acesso e consumo de álcool no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo de risco e nocivo, através de regulação, regulamentação e fiscalização adequadas.

Ação 55. Monitorização da aplicação da regulamentação existente. (DL nº 50/2013)

O **Decreto-Lei n.º 50/2013 de 16 de abril**, na sua redação atual, estabelece o regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público. A fiscalização do seu cumprimento é da competência da Autoridade de Segurança

Alimentar e Económica (ASAE), da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP).

A instrução dos processos compete à **ASAE**, a quem as demais entidades fiscalizadoras remetem os respetivos autos e demais elementos, designadamente probatórios. Compete ao Inspetor-Geral da ASAE a aplicação das coimas e das sanções acessórias.

Durante o ano de 2021, procedeu-se à tomada de decisão, relativamente a 333 processos contraordenacionais por incumprimento do disposto neste Decreto-Lei, face a infrações associadas à afixação de avisos, e a 93 processos contraordenacionais por incumprimento das restrições à disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas.

Ação 56. Ação integrada de fiscalização para monitorização da introdução ilícita de bebidas alcoólicas no mercado

A **AT** participou na operação internacional OPSON X TEA, tendo como âmbito vinhos e bebidas alcoólicas contrafeitos. Relativamente à ação integrada de fiscalização para monitorização da introdução ilícita de bebidas alcoólicas no mercado, foram efetuadas pela AT **587 ações de fiscalização e ações inspetivas**.

A **ASAE** reportou a apreensão de 6.716 litros de bebidas introduzidas de forma ilícita no mercado, em processos registados em 2021.

Ação 57. Controlo e monitorização de conformidade de bebidas no retalho

O Plano Nacional de Colheita de Amostras (**PNCA**), dá cumprimento, em termos de controlo oficial, ao estabelecido no Regulamento (EU) nº 2017/625 de 15 de março. Tem como objetivo assegurar e verificar que os géneros alimentícios colocados no mercado são seguros, não põem em risco a segurança e saúde humana, bem como assegurar os interesses do consumidor ao nível da correta e adequada informação de rotulagem e práticas fraudulentas.

No sentido de garantir o cumprimento dos seus objetivos, o PNCA assegura a monitorização e controlo na vertente de controlo da segurança dos géneros alimentícios (risco) e na vertente de controlo da informação ao consumidor (requisitos específicos).

No âmbito do PNCA em 2021, foram colhidas e analisadas 255 amostras pertencentes ao grupo das bebidas alcoólicas. Após exame pericial, constataram-se 40 não conformidades, cerca de 16%, relacionadas com falta de requisitos específicos. As principais causas das não conformidades detetadas, ao nível dos requisitos legais específicos, estavam relacionadas com o não cumprimento dos requisitos analíticos legais, erros e omissões na rotulagem correlacionados com os parâmetros analíticos e análise sensorial defeituosa.

Ação 58. Divulgação de recursos destinados a docentes para o uso em contexto de sala de aula, subordinados à temática CAD

No âmbito desta ação a **DGE** reporta a divulgação de dois recursos.

Ação 59. Quantificação e qualificação das questões e repostas dadas aos operadores sobre enquadramento legal para colocação no mercado de bebidas espirituosas de origem não vínica

Nada a reportar¹⁵

OE20. Contribuir para o uso e consumo racional dos medicamentos, anabolizantes e substâncias psicoativas lícitas através da regulamentação e da fiscalização adequadas

Ação 60. Monitorização da regulamentação existente (DL n.º 39/2012)

A ADoP coopera com outros organismos quanto à prevenção e repressão de utilização de substâncias dopantes que integrem a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos em vigor.

Essa realidade ocorre por exemplo com os Ginásios e Academias em Portugal, onde a ADoP não possui legalidade para a realização de controlos de dopagem aos seus utilizadores, pois são pessoas sem qualquer vínculo a uma Federação Desportiva, ou seja, atuam a título privado.

Em Portugal os Ginásios e Academias estão sobre a alçada da Lei n.º 39/2012, de 28 de agosto, que aprova o regime da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades desportivas desenvolvidas nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física (fitness), designadamente aos ginásios, academias ou clubes de saúde (healthclubs).

Contudo, é estabelecido no seu artigo 18.º, a proibição de recomendar ou comercializar nesses estabelecimentos quaisquer substâncias ou métodos que integrem a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos em vigor.

Em muitas situações quando existem apreensões por parte dos órgãos de polícia criminal de substâncias dopantes, a ADoP é solicitada a dar parecer.

Nos últimos anos, a ADoP tem realizado inúmeras ações de sensibilização e educação ao abrigo de um protocolo celebrado juntos dos diretores e utilizadores de ginásios e academias, com vista a sensibilizar os seus frequentadores para os riscos do uso de substâncias proibidas para a sua saúde das pessoas.

Ação 61. Ação integrada de fiscalização para monitorização da introdução ilícita de medicamentos e substâncias anabolizantes no mercado

A **AT** reportou a **Operação PANGEA XIV**, organizada pela Interpol, em cooperação com a OMA (Muito abrangente: medicamentos contrafeitos e/ou falsificados, dispositivos médicos ilícitos e falsificados, substâncias e produtos médicos relacionados com o COVID-19, falsificados ou de qualidade inferior ao padrão, como desinfetantes, equipamentos de proteção individual (EPI), máscaras, vacinas e testes falsificados e também benzodiazepinas e outros hipnóticos e sedativos e ainda esteroides anabolizantes).

Ainda no âmbito desta ação a **AT** reportou a **Operação SHIELD II**, organizada pela Europol em coordenação com o OLAF: Medicamentos falsificados/contrafeitos e "doping substances", incluindo a TEA (Target Enforcement Action) do OLAF, direcionada para alguns medicamentos específicos (disfunção erétil), suplementos alimentares e substâncias hormonais.

¹⁵ Calendário previsto 2023-2024

A **AT** reportou ainda a **Operação STOP II**, organizada pela OMA – Contrafação e/ou falsificação de medicamentos, vacinas, equipamentos de proteção individual e outros equipamentos e dispositivos médicos.

Ação 62. Quantificação e qualificação das questões e repostas dadas aos operadores sobre enquadramento legal para colocação no mercado de produtos alimentares em utiliza a canábis (incluindo suplementos alimentares) - o canabidiol (CBD)

Nada a reportar¹⁶

OE21. Proporcionar oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo, através de legislação, regulamentação e fiscalização adequadas, bem como do uso seguro da Internet

Ação 63. Ação integrada de fiscalização para monitorização da oferta de jogo ilegal

Foram fiscalizados no âmbito do jogo ilícito, em 2021, um total de 219 operadores económicos e instaurados 99 processos-crime e 44 processos contraordenacionais. Neste âmbito, como medida cautelar, foram apreendidas 156 máquinas de jogo, dispensadores de bolas, quiosques Internet e tablets.

OE22. Garantir a adequação da legislação existente às políticas públicas relacionadas com os comportamentos aditivos e dependências e disponibilizar ferramentas/instrumentos que promovam a partilha de conhecimento e o trabalho em rede

Ação 64. Desenvolvimento e implementação de ferramentas de partilha de conhecimento e de boas práticas no que toca à oferta

A generalidade das ações realizadas prende-se com a divulgação da estratégia *Wine in Moderation*. (mais informação na ação 139).

OE23. Garantir estratégias e intervenções de prevenção ambiental, baseadas na evidência, dimensionando-as e orientando-as para as características dos grupos-alvo e contextos onde se inserem

Ação 65. Produção e implementação de regras e orientações relativas a ambientes não indutores de CAD nos diferentes serviços e contextos

Nada a reportar¹⁷

¹⁶ Calendário previsto 2023-2024

¹⁷ Calendário previsto 2023-2024

Ação 66. Promoção de medidas conducentes à mitigação do problema da condução sob efeito de substâncias psicoativas

Com base nos dados disponibilizados pela PSP e GNR, durante 2021, foram fiscalizados 1.581.779 condutores, dos quais 34.586 tinha uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,50 g/l.

Ação 67. Consolidação e alargamento da articulação no âmbito da intervenção em sede de Processos de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, crianças e jovens em risco, jovens ao abrigo de Medidas Tutelares Educativas.

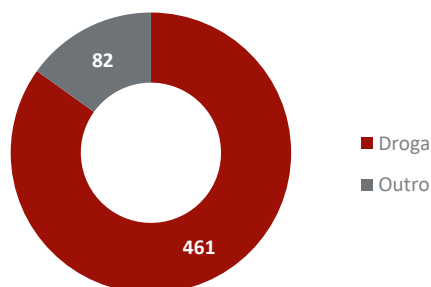
*Nada a reportar*¹⁸

Ação 68. Promoção de medidas de carácter comunitário visando o jogo responsável

O **SICAD** deu continuidade às atividades iniciadas em 2020, em matéria de jogo. No âmbito do Grupo de Trabalho, em 2021, foram concretizadas duas reuniões com os membros que integram este grupo de trabalho – 23.2 e 29.11 – complementadas por 8 reuniões temáticas, que versaram a (1) investigação (2) a prevenção, (3) a redução de riscos e minimização de danos (4) e a comunicação sobre o jogo. Estas reuniões tiveram por objetivo estruturar 4 seminários, um sobre cada um dos temas referidos.

Assim, no ano de 2021 foram concretizados: um a 20 de outubro e o outro a 23 de novembro. A videoconferência “Investigação e Jogo” contou com 228 participantes e a videoconferência “Prevenção e Jogo” com 186 participantes.

Gráfico 2 - Tipo de assunto que subjaz ao contacto estabelecido com a Linha Vida



No âmbito da resposta da Linha VIDA 1414, ao longo de 2021 verificou-se que a maior percentagem de contactos telefónicos está relacionada com as “Drogas” ou substâncias psicoativas, seguindo de Outros, nos quais se inclui outros CAD como o jogo.

A **ARSLVT, I.P./DICAD** referiu que 2 medidas específicas foram dinamizadas. **Ao longo do ano 2021**, na zona de Vale de Alcântara foram diagnosticadas **33 pessoas idosas sofrendo de gambling**.

Foram também criados dois programas, “**WhatsUp Tu Decides**” para crianças/jovens e “**WhatsUP Neteducando**” para pais/educadores com o objetivo de trabalhar a área do *gaming* e do *gambling*.

A **ARS Alentejo, I.P./DICAD** referiu não terem existido medidas específicas neste âmbito, não obstante muitas ações de informação/sensibilização abordarem esta temática de uma forma transversal.

¹⁸ Calendário previsto 2023-2024

OG7. Aumentar a segurança e diminuir a criminalidade relacionada com o consumo e a oferta ilegal de substâncias psicoativas e com outras práticas potencialmente aditivas. (Metas 14, 15, 18, 19, 20 e 21)

Pretende-se com este objetivo contribuir para a melhoria dos índices de segurança, diminuindo a criminalidade relacionada com o consumo e a oferta ilegais de substâncias psicoativas assim como a criminalidade relacionada com outras práticas potencialmente aditivas.

No que respeita especificamente à oferta de substâncias ilícitas, pretende-se reforçar significativamente a capacidade de atuação das diversas entidades com responsabilidades no domínio da fiscalização, prevenção e da investigação criminal dentro do quadro das competências legalmente definidas.

Pretende-se igualmente reforçar a capacidade das autoridades no domínio da prevenção e repressão do branqueamento de capitais associado ao tráfico ilícito de estupefacientes bem como de outra criminalidade também associada ao tráfico de drogas, como é o caso da criminalidade violenta e da corrupção.

Os objetivos específicos e ações concretas a inserir neste plano nacional deverão ainda contribuir para o aumento significativo dos níveis de recuperação de ativos patrimoniais gerados pelo tráfico ilícito de drogas.

OE24. Reforçar a cooperação e coordenação interinstitucional no domínio do combate ao tráfico ilícito de estupefacientes e ao branqueamento de capitais associado

Ação 69. Incremento da troca regular de informação entre as entidades com responsabilidades no domínio da prevenção, fiscalização e investigação do tráfico ilícito de estupefacientes e do branqueamento de capitais associado.

A **PJ** recebeu, analisou e tratou 3.538 pedidos de informação prévia no âmbito da coordenação UCIC, oriundos da PSP (2.351) e da GNR (1.181). Foi também elaborado e partilhado um relatório.

A **PJ/UIF** recebeu e respondeu a oito pedidos de cooperação da UNCTE, recebeu oito pedidos de informação da UNCTE ao Grupo Permanente de Ligação. Produziu também um relatório de informação enviado à UNCTE e ao DCIAP. Ainda neste âmbito produziu um relatório de informação enviado à UNCTE e encaminhou para a UNCTE informação proveniente de congéneres UIF.

No âmbito desta ação a **AT** colabora de modo ativo na troca e informações com as diversas Entidades responsáveis pela Investigação Criminal, mediante solicitação concreta ou comunicando casos de movimentos de mercadorias que apresentam contornos suspeitos.

O **SIS/SIED** reportou o reforço da troca documental no âmbito do combate ao tráfico internacional de drogas e à criminalidade organizada transnacional.

Foi também elaborado pela **PGR** um relatório no âmbito desta ação.

Ação 70. Realização de reuniões regulares visando delinear e coordenar intervenções conjuntas no domínio do combate ao tráfico de estupefacientes.

Foi reportado pela **PJ** a realização de quatro Reuniões da Unidade de Coordenação e Intervenção Conjunta de nível nacional com a presença de representantes de todas as entidades parceiras.

Ação 71. Desenvolvimento de projetos conjuntos no domínio do combate ao tráfico de estupefacientes.

A **PJ** reportou a continuação e desenvolvimento dos projetos existentes.

O **SIS/SIED** reportou a manutenção dos projetos existentes e a dinamização de novos eixos de ação operacional conjunta.

Ação 72. Realização de ações/operações conjuntas no domínio do combate ao tráfico de estupefacientes.

A **PJ** reportou a realização de um número não quantificável de operações que contaram com o apoio de outras forças e serviços de segurança, bem como de outras entidades.

Ainda neste âmbito a **AT** reportou a participação em duas operações conjuntas.

Ação 73. Realização de seminário sobre cooperação e coordenação interinstitucional no domínio do combate ao tráfico de estupefacientes.

Nada a reportar¹⁹

OE25. Reforçar a cooperação policial e judiciária internacional no domínio do combate ao tráfico ilícito de estupefacientes e branqueamento de capitais associado

Ação 74. Aumento da capacidade de partilha de informação no âmbito estratégico e operacional

A **PJ** reportou a receção e o envio de 465 de pedidos de informação, a troca de um número não quantificável de relatórios e a participação num número elevado de reuniões.

A **PGR** reportou a participação em oito reuniões.

Ação 75. Participação em projetos e iniciativas diversas

A **PJ** reportou a continuação da participação nos projetos já existentes.

Ação 76. Desenvolvimento de investigações coordenadas e participação em equipas de investigação conjuntas

A **PJ** desenvolveu um número não quantificável de investigações em coordenação com autoridades policiais de outros países.

¹⁹ Calendário previsto 2023-2024

A **PGR** participou em duas Equipas de Investigação Conjunta.

Ação 77. Recurso mais intensivo às decisões europeias de investigação

A **PGR** reportou a receção de 37 Decisões Europeias de Investigação e a emissão de 70.

Ainda neste âmbito a **PGR** recebeu 58 Cartas Rogatórias e emitiu 55.

Ação 78. Recurso mais intensivo às entregas controladas

A **PGR/PJ** reportaram que foram requeridas três entregas controladas e cumpridas três entregas controladas.

Ação 79. Participação em projetos conjuntamente com outros países e/ou organizações internacionais.

A **PJ** participou em oito projetos EUROPOL.

Ação 80. Participação nas atividades e ações dos planos operacionais anuais da prioridade EMPACT Drogas.

A **PJ** participou em sete atividades no âmbito das prioridades EMPACT.

A **SIS/SIED** reportou a participação/apoio, em linha com a missão específica de cada um destes Serviços, na implementação a nível nacional dos Planos de Ação Operacionais, nomeadamente por via da produção de informações para apoio à atividade das entidades (OPC) que asseguram a representação nacional em cada prioridade EMPACT.

No âmbito desta ação a AT participou de modo ativo na Prioridade EMPACT Cannabis, Cocaine and Heroin nas atividades para as quais foi chamada a intervir e ainda na Joint Action Day – STOPOVER.

Ação 81. Manutenção e reforço da comunicação e articulação com a EUROJUST.

Ação 82. Desenvolvimento de projeto de coordenação com as autoridades de Espanha, designadamente com a Fiscalía Especial Antidroga.

Nada a reportar²⁰

Ação 83. Participação em seminários, reuniões internacionais e grupos de trabalho no domínio da prevenção e combate ao branqueamento de capitais.

A **PJ (UIF)** reportou a participação em 14 reuniões sobre branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BC/FT) internacionais, designadamente no âmbito do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA), Conselho da Europa e com outras congéneres. Reportou ainda no âmbito desta ação a participação em sete ações de formação / esclarecimento sobre BC/FT.

²⁰ Calendário previsto 2023-2024

A **PGR** participou em uma reunião no âmbito desta ação.

Ação 84. Assegurar a representação nacional nas reuniões do Grupo Egmont

Nada a reportar²¹

OE26. Reforçar a prevenção e investigação do tráfico de estupefacientes, do branqueamento de capitais e intensificar a recuperação de ativos

Ação 85. Aumento o número de ações visando prevenir o tráfico ilícito de estupefacientes.

A **PJ** levou a efeito um número não quantificável de ações de prevenção, incluindo a denominada "Operação Azul".

A **PSP** reportou a realização de 45 ações programadas visando prevenir o tráfico.

No âmbito das suas competências e nas diversas vertentes do seu trabalho, a **AT** realiza diariamente várias ações de controlo específicos na fronteira externa da EU visando prevenir e combater o tráfico ilícito de estupefacientes. De forma concertada com a Polícia Judiciária e com outros países da UE, e em coordenação com outras entidades nacionais, a AT participou em quatro operações internacionais previamente programadas.

Ação 86. Aumento o número de investigações por tráfico ilícito de estupefacientes e a eficácia das mesmas.

A nível nacional, em 2021, em Portugal foram apreendidos 10.077,07 kg de cocaína, em 1.804 apreensões, 15.538,28 kg. de haxixe, em 3.761 apreensões, 73,62 kg. de heroína em 1.150 apreensões, e 9.561 unidade de ecstasy em 227 apreensões. O número total de detidos é 4.192.

A **PJ** reportou que foram iniciados 1.317 inquéritos.

A **PSP** reportou que houve um aumento de 81 investigações e foram iniciados 1.212 inquéritos.

No âmbito desta ação a **PGR** reportou que foram iniciados 4.593 inquéritos.

Ação 87. Aumento o número de investigações por branqueamento de capitais em que o crime precedente seja o tráfico de drogas.

A **PGR/PJ** reportaram que foram iniciados 27 inquéritos.

Ação 88. Aumento o número de investigações patrimoniais no âmbito dos inquéritos por tráfico de estupefacientes tendo em vista aumentar a recuperação de ativos com origem ilícita.

A **PJ/PGR** reportaram que foram iniciadas 41 investigações a nível nacional.

Ação 89. Aumento dos bens e valores apreendidos

Foram apreendidas 430 viaturas, quatro embarcações, duas aeronaves, 406 armas, 2622 telemóveis, 709 balanças e 3.713.491,81€, aos quais acrescem 8.702,54€ em moeda estrangeira (câmbio de 19/01/2022).

²¹ Calendário previsto 2023-2024

Ação 90. Reforço das ações visando detetar movimentos de cash flow de origem criminosa com repercussão interna e externa, designadamente com destinos de alto risco fora da UE, incluindo o controlo de movimento de dinheiro líquido na fronteira.

A **AT** reportou a realização de uma ação e a elaboração de um relatório de análise.

Concomitantemente, a **AT**, com recurso ao CIS CASH (gerido pelo OLAF – Organismo de Luta Antifraude da União Europeia), remete periodicamente à UIF/PJ, no âmbito das suas competências em matéria de prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, informação relativa às declarações de transporte de dinheiro líquido nas fronteiras.

Ação 91. Reforço da recolha e análise de informação, que permita a referenciação de ligações transnacionais e a caracterização dos métodos de colocação, circulação e integração de capitais dos fundos provenientes do tráfico ilícito de estupefacientes.

O **SIS/SIED** reportou o reforço da cooperação internacional de nível bilateral e multilateral em matéria de combate ao branqueamento de capitais, com reflexos no incremento na produção de informações sobre esta matéria.

Ação 92. Implementação de um novo sistema de declaração de movimentos de dinheiro líquido na fronteira, incrementando o número de declarações bem como dos montantes declarados.

A **AT** reportou a implementação de dois projetos informáticos e a informação relativa às declarações de transporte de dinheiro líquido nas fronteiras. No ano de 2021 recebeu:

- Declarações = 418
 - Declarações Oficiosas = 110
 - Montante total = 82.704.232€
 - Montante total Declarações Oficiosas* = 1.566.898€
- *inclui moeda falsa

OE27. Prevenir o desvio de percursos e pré-percursos de drogas ilícitas

Ação 93. Implementação de mecanismos de ligação e reporte permanente entre as entidades de controlo e fiscalização, e o comércio e a indústria, em matéria de produção, comercialização, importação, exportação e licenciamento de precursores.

Nada a reportar²²

Ação 94. Intensificação do controlo e da fiscalização do comércio de precursores, nomeadamente através do desenvolvimento e participação em atividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros, ao nível do controlo da importação, trânsito e exportação.

No âmbito desta ação a **AT** desenvolveu duas ações nacionais decorrentes de duas comunicações do Organismo de Luta Antifraude (OLAF) da Comissão Europeia (COM).

²² Calendário previsto 2023-2024

Ação 95. Ações de recolha de informação junto de entidades públicas e privadas.

A **PJ** realizou durante o ano de 2021 um número não quantificável de ações de recolha de informação, junto de entidades públicas e privadas, destinadas a apoiar a investigação e a fiscalização do tráfico ilícito de estupefacientes

OE28. Reforçar as ações de prevenção e fiscalização direcionadas a contextos específicos

Ação 96. Aumento do número de buscas e revistas em ambiente prisional, designadamente através da realização de buscas gerais e parciais bem como a intensificação de ações com recurso a meios cinotécnicos.

A **DGRSP** realizou 1292 buscas e 153 revistas em ambiente prisional. Observação: apenas foram contabilizadas as intervenções com resultados positivos.

Ação 97. Aumento da atividade de deteção de substâncias ilícitas em ambiente prisional, intensificando o controlo à entrada das visitas de reclusos, com intervenção de meios cinotécnicos.

A **DGRSP** efetuou 11 controlos à entrada das vistas de reclusos com a intervenção de meios cinotécnicos.

Ação 98. Aumento da realização de revistas aos reclusos que regressam de saídas jurisdicionais ou de licenças de curta duração, bem como revistas aos jovens internados nos termos previstos na lei.

A **DGRSP** reportou a realização de 12 revistas. Observação: apenas foram contabilizadas as **intervenções com resultados positivos.**

Ação 99. Aumento do número de ações de prevenção e fiscalização em geral nos E.P. visando impedir a entrada de produtos proibidos.

Nada a reportar²³

Ação 100. Aumento do número de ações de prevenção e fiscalização realizadas em locais onde reiteradamente se trafiquem e consuma estupefacientes

A **PSP** reportou a realização de 60 ações de prevenção e fiscalização.

Ação 101. Aumento do número de ações de prevenção e fiscalização realizadas junto a estabelecimentos escolares e nas suas imediações.

A **PSP** reportou a realização de 1050 ações de prevenção e fiscalização.

²³ Calendário previsto 2023-2024

Ação 102. Aumento do número de ações de prevenção, fiscalização e investigação criminal realizadas em festivais de música relativamente aos quais exista informação de que ali se irão traficar e consumir drogas ilícitas e NSP.

Ação 103. Aumento do número de ações de fiscalização em estabelecimentos de venda de produtos derivados da canábis.

Nada a reportar²⁴

OE29. Assegurar um grau de controlo elevado ao nível da fronteira externa da União Europeia.

Ação 104 e 105. Aumento do número de ações de fiscalização ao longo da costa.

Nada a reportar²⁵

Ação 106. Aumento do número de ações de fiscalização nos aeroportos internacionais dirigidas a voos com origem em países de risco.

A **PJ** realizou um número não quantificável de ações de fiscalização nos aeroportos internacionais dirigidas a voos com origem em países de risco, com especial incidência em voos com origem em países da América latina, Caraíbas e África Ocidental.

A **AT** efetua regulares ações de controlo sobre viajantes e mercadorias, classificados como de risco na área dos tráficos ilícitos, de modo sistemático e regular no âmbito do controlo da fronteira externa comunitária e do território nacional.

Com o reforço das capacidades do Centro Nacional de Análise de risco passou a ser possível uma prontidão 24/7 na análise do risco inerente a cada voo comunicado a estes Serviços.

Sempre que solicitado, a **AT** colaborou ativamente em controlos com outras Entidades, no âmbito das competências próprias de cada uma.

Ação 107. Resposta a todas as situações suspeitas assinaladas pelo Gabinete de Informação de Passageiros no quadro da informação transmitida pelas companhias aéreas ao abrigo da legislação PNR.

Ação 108. Reforço e melhoria das capacidades técnicas da vigilância da costa.

NADA A REPORTAR²⁶

Ação 109. Reforço da capacidade de articulação e interação entre as várias entidades com competências em meio marítimo.

A **PJ** realizou diversas reuniões com a **Marinha, Autoridade Marítima Nacional Polícia Marítima, GNR/UCC, AT** e outras entidades com competências em meio marítimo. Ainda neste âmbito participou em diversas operações que contaram com a colaboração destas entidades.

²⁴ Calendário previsto 2023-2024

²⁵ Calendário previsto 2023-2024

²⁶ Calendário previsto 2022-2024

Ação 110. Aumento das capacidades de deteção de mercadorias ilícitas em carregamentos contentorizados com recurso a sistemas de inspeção não intrusiva incrementando o número de controlos em carregamentos de alto risco

A **AT** realizou 3.740 controlos de contentores por equipamento de inspeção não intrusivo.

Ação 111. Incremento das capacidades de análise de risco visando uma maior eficácia na seleção e controlo aduaneiro de carregamentos que representem um risco potencialmente elevado de dissimularem produtos estupefacientes.

Em 2021 e de acordo com os dados reportados pela **AT** procedeu-se à apreensão das seguintes quantidades de drogas:

Anfetaminas – 1 apreensão – 142 gramas
Cocaína – 38 apreensões – 1.488.093,97 gramas
DMT – 6 apreensões – 12.971,35 gramas
Haxixe – 18 apreensões – 16.168,08 gramas
Heroína – 2 apreensões – 11.000,3 gramas
Khat – 4 apreensões – 217.850,00 gramas
Erva Cannabis – 8 apreensões – 1.443,19 gramas
Metanfetaminas – 1 apreensão – 59,60 gramas

Ação 112. Continuação do desenvolvimento do projeto das Alfândegas eletrónicas, designadamente, a ligação do Sistema de Seleção Automática a Sistemas declarativos já existentes ou a criar.

A **AT** reportou a conclusão de **quatro** projetos informáticos, nomeadamente:

- Sistema declarativo Cash relativo ao movimento de dinheiro líquido;
- Sistema de Seleção Automática aplicado ao novo sistema declarativo de dinheiro líquido
- Sistema Declarativo relativo às Importações de Remessas de Baixo Valor
- Sistema de Seleção Automática aplicado ao Sistema Declarativo relativo às Importações de Remessas de Baixo Valor.

Ação 113. Aumento das capacidades de deteção de mercadorias ilícitas na fronteira externa comunitária através da aquisição e operacionalização de novos equipamentos bem como a capacitação dos recursos humanos para a sua operação.

Nada a reportar²⁷

OE30. Aumentar o número de investigações visando grupos criminosos de alto risco

Ação 114. Aumento do número de investigações criminais dirigidas às atividades ilícitas de grupos criminosos de alto risco, considerando-se como tal os grupos altamente organizados que se dedicam com carácter de regularidades ao tráfico de grandes quantidades de estupefacientes.

No âmbito desta ação foram iniciados pela **PJ/PGR** 49 inquéritos.

²⁷ Calendário previsto 2022-2024

OE31. Reforçar os mecanismos de centralização, análise e partilha de informação

Ação 115. Reforço do funcionamento, no seio das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC), dos mecanismos de centralização e partilha de informação, incluindo informação estatística, ao abrigo do disposto no Decreto-lei n.º 81/95, de 22 de abril.

No ano de 2021 foram recebidos e tratados pela **PJ/UNCTE** um total de 3.538 pedidos de informação prévia provenientes da GNR e PSP.

No âmbito desta ação foram ainda assinaladas 131 coincidências entre investigações, recebidos e tratados 4.814 Autos de Notícia e 807 Relatórios Finais, 2.076 formulários TCD e elaborado e difundido o Relatório Anual 2020 – Estatística TCD.

Ação 116. Aumento das capacidades de recolha e análise de informação.

A **PJ** reportou o destacamento de um funcionário para a Europol tendo em vista o aumento da capacidade de recolha de informação.

Foram produzidos pela **PSP** e **AT** respetivamente 40 e 56 relatórios de análise operacional e estratégica.

A **SIS/SIED** reportou o aumento da recolha de informações e a produção de informações e ainda o aumento da produção de informações com vista à partilha com os parceiros nacionais.

Ação 117. Desenvolvimento de projetos específicos vocacionados para o reforço da partilha de informação

A **PJ** deu continuidade ao projeto para a transmissão dos formulários TCD por via eletrónica.

OG8. Reforçar a monitorização dos mercados internos e globais e a capacidade para a deteção e o alerta precoces, e acelerar os processos de adaptação da regulação a novas necessidades diagnosticadas. (Metas 18 e 19).

Os circuitos que vão da produção à distribuição não conhecem fronteiras e beneficiam da progressiva eliminação de controlos fronteiriços ou barreiras alfandegárias, quer no que se refere à promoção do comércio internacional, quer no quadro do processo de integração económica em certas regiões, como na Europa. A dimensão dos negócios ilícitos e a sua penetração obscura na economia legal ameaçam a estabilidade das economias e dos mercados financeiros.

Pretende-se, neste âmbito, reforçar a monitorização dos mercados ilícitos internos e globais assim como a capacidade para a deteção e o alerta precoces, através da cooperação entre os diversos órgãos de polícia criminal e demais entidades, bem como com o estabelecimento de novas parcerias ou reforço das já existentes com países terceiros e organizações internacionais. Face a novas necessidades diagnosticadas, pretende-se ainda acelerar, dentro do que se mostre necessário, os processos de adaptação da regulação existente.

OE32. Aumentar o conhecimento sobre os mercados ilícitos de drogas e das NSP

Ação 118. Aumento do número de ações e iniciativas visando recolher informação atualizada sobre os mercados ilícitos de drogas e NSP

Foi mantida pela **PSP** uma constante atividade de recolha de informação sobre mercados ilícitos de drogas e NSP, incluindo em cooperação com a Interpol, Europol e autoridades policiais de outros países, mantendo-se, a este propósito, uma regular troca de informações.

A **PSP** realizou oito ações e iniciativas visando recolher informação atualizada sobre os mercados ilícitos de drogas e NSP.

Ação 119. Participação em reuniões, seminários e projetos nacionais e internacionais sobre mercados ilícitos de drogas e NSP.

A **PJ** realizou uma formação sobre NPS para 62 formandos.

Ação 120. Análise, tratamento e difusão de toda a informação recolhida sobre mercados ilícitos de drogas e NSP.

Foi mantida pela **PJ** uma constante atividade de análise e tratamento da informação recolhida sobre mercados ilícitos de drogas e NSP, não sendo possível quantificar o número de relatórios produzidos.

No âmbito desta ação foram produzidos pela **PSP** seis relatórios.

O **SIS/SIED** reportou o incremento da partilha de informações sobre operações, agentes de ameaça e mercados criminais, nomeadamente relacionados ao tráfico transnacional de droga com os parceiros institucionais.

OE33. Aumentar o conhecimento sobre os novos “*modi operandi*” de tráfico de droga, designadamente através da Internet e redes sociais

Ação 121. Aumento do número de ações e iniciativas visando recolher informação atualizada sobre novos modi operandi.

Foi desenvolvido pela **PJ** um número não quantificável de ações e iniciativas visando a recolha de informação.

No âmbito desta ação foram desenvolvidas pela **PSP** seis ações e iniciativas.

O **SIS/SIED** reportou a priorização da recolha de informação operacional e da cooperação nacional e internacional em matéria de estruturas de criminalidade organizada, rotas de tráfico de drogas e *modi operandi*.

Ação 122. Participação em reuniões, seminários e projetos internacionais sobre novos modi operandi.

A **AT** reportou a participação em seis seminários, reuniões e projetos internacionais.

Ação 123. Análise, tratamento e difusão de toda a informação recolhida sobre novos modi operandi.

Foi analisada, tratada e difundida pela **PJ**, toda a informação recolhida por iniciativa própria ou recebida de parceiros nacionais e internacionais sobre novos *modi operandi*.

Áreas Transversais

OG9. Aprofundar e gerir o conhecimento, promover capacitação dos interventores, divulgar informação e garantir os compromissos internacionais, a representação nacional e desenvolver relações de cooperação em matéria de CAD.

Para que a implementação do Plano se possa concretizar com vista a atingir as metas, é fundamental assegurar um conjunto de objetivos transversais, para os quais concorrem também todas as entidades que nele participam. Estes objetivos transversais focam-se no conhecimento, na capacitação dos profissionais dos serviços, no desenvolvimento de estratégias e produtos comunicacionais, na garantia do cumprimento dos compromissos internacionais, e na cooperação e representação nacional.

Informação e Investigação

Em 2021, diversos serviços com responsabilidades na implementação das políticas e intervenções desenvolveram várias iniciativas com a finalidade de melhorar o conhecimento sobre os CAD e potenciar a sua aplicação efetiva pelos decisores, interventores e cidadãos em geral.

Apresentam-se, de seguida, as enquadradas nas ações definidas como prioritárias para este ciclo de ação no que se refere aos três objetivos específicos desta área transversal, refletindo a informação disponibilizada pelos vários serviços/entidades.

OE34. Consolidar o Sistema Nacional de Informação sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências, através do reforço dos SI dos seus serviços fonte e do desenvolvimento de ferramentas de observação capazes de disponibilizar dados normalizados e atuais

Ação 124. Alargamento e dinamização da rede de serviços fonte do Sistema Nacional de Informação sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências (SNISPACAD)

Em sede do PARCAD Horizonte 2024, não foi calendarizada para 2021 qualquer iniciativa relativa aos dois indicadores definidos para esta Ação: **n.º de novos serviços na rede** e **n.º de projetos desenvolvidos entre vários parceiros da rede**.

No entanto, importa referir que em 2021 foi atualizada a informação nacional recolhida através deste Sistema Nacional de Informação, proveniente de estudos e de dados de monitorização de uma ampla rede de Serviços Fonte, em estreita articulação com o SICAD.

Tal permitiu a elaboração e partilha de informação caracterizadora da situação nacional a diversos níveis e para diferentes fins, dos quais se destacam:

- o Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicodependências – 2020 e o Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Álcool – 2020 (ver Ação 129) ;
- o *Enquadramento epidemiológico nacional* no âmbito do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2021-2030 (caracterização destas práticas, tendo em conta grupos diferenciados, as motivações, atitudes e perceções de risco, os problemas relacionados, bem com os dados dos mercados e os principais desafios) ;
- a partilha de informação com organismos nacionais e internacionais no âmbito de compromissos já estabelecidos (com o OEDT, a OMS, o UNODC, por exemplo), mas também, a disponibilização específica mediante solicitação.

Ação 125. Promoção da capacidade dos SI em assegurarem a disponibilização dos dados/informação necessários para efeitos de reporte nacional, europeu e internacional

Para esta ação foram definidos dois indicadores – **n.º de novos SI e de SI intervencionados /reestruturados e Relatório sobre a melhoria da capacidade dos SI na disponibilização de dados/informação no período 2021-2024** –, sendo que a concretização do segundo, por razões óbvias, só decorrerá em 2024.

Em relação aos novos SI e SI intervencionados /reestruturados, em 2021 foram reportadas iniciativas relativas a três SI.

- Plataforma das convenções em CAD – P.CAD

Esta plataforma entrou em produção em 2021, permitindo a desmaterialização dos contratos de convenção, assim como a sua exploração, ou seja, a gestão dos utentes internados de acordo com o contrato e licenciamento inserido para cada local. Esta plataforma está interligada com o SIM (Sistema de Informação Multidisciplinar) que permite a prescrição do internamento do utente para a P.CAD, sendo associado ao utente a informação necessária (Informação pessoal, consumos, resultados de MCDT, etc.) que permitirá uma avaliação pela entidade convencionada para posterior internamento e o ciclo de vida deste até à alta. Caso o utente que seja internado por via judicial, a plataforma permite o seu registo direto na plataforma e a gestão do seu internamento, caso que também se aplica aos utentes privados não necessitando estes de ter uma vaga para cama convencionada (**SICAD, ARS, I.P. / DICAD e entidades privadas convencionadas**).

Também em 2021 a **ANSR** iniciou a conceção de dois novos sistemas de informação, o SIUAV e o SIGAV, que se encontram em fase de desenvolvimento e aperfeiçoamento e que visam a melhoria dos SI.

- Sistema de Informação Único de Acidentes de Viação – SIUAV

Prevê, entre outras funcionalidades, a integração com uma ferramenta de Business Intelligence (BI) para dinamização de diversas análises estatísticas com o cruzamento de dados de sinistralidade, emissão de relatórios, dashboards, acesso a indicadores e análises dinâmicas, bem como um portal destinando a entidades envolvidas, que permite disponibilizar informação selecionada a utilizadores externos específicos (Câmaras, organismos públicos, entre outros) e ainda um portal público para os utilizadores em geral.

- Sistema de Informação Geográfica de Acidentes Rodoviários – SIGAV

Trata-se de um sistema de informação geográfica orientado para a análise espacial e temporal dos acidentes rodoviários, determinante para melhor conhecer o fenómeno e, conseqüentemente, melhor adequar as medidas de prevenção da sinistralidade a realidades locais. Constituirá a plataforma base do SIG da ANSR. A base de dados geográfica constitui o

suporte imprescindível à integração de dados e análises espaciais previstas para os restantes projetos em curso, nomeadamente o SIUAV, SiVig, Sinistralidade Rodoviária Online.

OE35. Aumentar o valor, a capacidade e a complementaridade dos esforços de investigação

Ação 126. Fomento do trabalho em rede e criação de sinergias na comunidade científica nacional

Em relação ao primeiro indicador desta ação – **n.º de novos investigadores na Rede Nacional de Investigadores em CAD** –, em 2021 foram identificados 15 novos investigadores em CAD passando esta rede a integrar um total de 162 investigadores a 31/12/ 2021 (**SICAD**).

Durante o ano foi assegurada a partilha regular de informação e de conhecimento entre os membros da Rede, nomeadamente referente a encontros científicos, projetos de investigação, concursos nacionais e internacionais, bem como oportunidades de financiamento.

No que respeita ao segundo indicador desta Ação – **n.º de projetos desenvolvidos entre vários investigadores da Rede Nacional de Investigadores em CAD** –, em 2021, no âmbito da dinamização desta Rede e por ser o ano de início de um novo ciclo estratégico com a construção de um novo Plano Nacional, o SICAD lançou um repto junto dos **investigadores** para a elaboração de textos com um breve balanço do passado e a antevisão dos desafios do presente e do futuro, de modo a contribuir para a definição e fundamentação de políticas públicas e intervenções futuras em matéria dos CAD, resultando a coletânea *Comportamentos Aditivos. Perspetivas e Desafios* (ver informação mais detalhada na Ação 130).

Em 2021 o SICAD participou ainda em dois projetos de investigação desenvolvidos por vários investigadores desta Rede: *ES+Saúde – Saúde e Estilos de Vida no Ensino Superior em Portugal e Redução de Riscos com Pessoas que Usam Drogas: Desafios Inerentes à Diversidade*.

O projeto *ES+Saúde – Saúde e Estilos de Vida no Ensino Superior em Portugal* pretende caracterizar o estado de saúde e de bem-estar, as práticas de promoção da saúde e de prevenção da doença, o acesso a cuidados de saúde, as prevalências e padrões de consumo de substâncias psicoativas e práticas de jogo dos estudantes do ensino superior em Portugal. Trata-se de um projeto coordenado pelo **ICS-Ulisboa** – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e que também conta com a participação do **SICAD**- Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, **IPDJ** – Instituto Português do Desporto e da Juventude, **FP-Ulisboa** – Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, **ESTeSL-IPL** – Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa-Instituto Politécnico de Lisboa, **Nova Medical School-Ulisboa** (ver Ação 128).

O projeto *Redução de Riscos com Pessoas que Usam Drogas: Desafios Inerentes à Diversidade* foi concebido com o propósito de identificar necessidades e obstáculos sentidos por profissionais de serviços especializados de redução de riscos e minimização de danos (RRMD) e pelas pessoas que usam os serviços, tendo em conta determinados universos sociais. Em 2021 foi elaborada a sinopse *Respostas à diversidade*, com alguns resultados da componente quantitativa do estudo. O projeto foi liderado pela **FPCEUP** - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e contou com a participação dos seguintes parceiros: **FMUP** - Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, **CINTESIS** - Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde, **ARS Norte I.P. / UIC** - Unidade de Investigação Clínica da Administração Regional de Saúde do Norte, **FEP-UCP** - Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, **Kosmicare**, **CEDH** - Centro de Investigação para o Desenvolvimento

Humano, **InED** - Centro de Investigação e Inovação em Educação e **SICAD** - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

Quanto ao terceiro indicador desta Ação – **n.º de novos registos sobre produtos de investigação na base disponível no site do SICAD** –, em 2021 deu-se início a uma nova listagem referente ao período 2021-24, contando já com 107 títulos relativos a 2021 (**SICAD**).

A listagem anterior dos trabalhos científicos (artigos, relatórios científicos, teses de doutoramento, dissertações de mestrado e teses de licenciatura) desenvolvidos por portugueses ou em instituições portuguesas relativa aos anos de 2013 a 2020 contava com um total de cerca de 765 títulos em 2020.

Ação 127. Promoção da participação em redes, grupos e projetos de investigação europeus e internacionais

No que respeita ao primeiro indicador desta ação – **n.º de redes e grupos europeus e internacionais de investigadores com representação nacional** –, várias entidades reportaram a sua participação neste tipo de redes/grupos.

Em 2021 o **SICAD** continuou a assegurar a representação nacional em diversas redes e grupos europeus e internacionais de investigadores, nomeadamente no âmbito do European School Survey Project on Alcohol and other Drugs (ESPAD, OEDT), do Mediterranean School Survey Project on Alcohol and other Drugs (MedSPAD, Grupo Pompidou/ Conselho da Europa), do Problem Drug Use (PDU, OEDT) e do European Web Survey on Drugs (EWSD, OEDT).

A **ARS Norte I.P. / DICAD** deu continuidade aos trabalhos no âmbito do Grupo Luso Galaico de Investigação em Adições (GLIA), cujo principal objetivo é garantir a promoção e o desenvolvimento de estudos e investigações em adições na população do Norte de Portugal e da Galiza.

Por sua vez, o **INMLCF, I.P.** e a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (**FF/UL**) continuam a participar no projeto SCORE (Sewage Analysis Core Group Europe) que envolve uma rede de laboratórios na Europa.

Quanto ao segundo indicador desta ação – **n.º de projetos de investigação europeus e internacionais com participação nacional** – houve menção à participação em três projetos.

Em 2021 realizou-se a 3ª edição do *European Web Survey on Drugs* (EWSD), com cerca de 30 países participantes, entre os quais Portugal, através do **SICAD**. O EWSD é um inquérito da iniciativa e coordenação europeia do OEDT, em colaboração com os Pontos Focais Nacionais. Tem como objetivo caracterizar os padrões de consumo e formas de obtenção de algumas substâncias ilícitas e NSP, no contexto europeu. Ainda em 2021 o SICAD disponibilizou um primeiro produto com resultados nacionais, *Comportamentos Aditivos em tempos de COVID: alterações no consumo de drogas ilícitas. Resultados do Inquérito Online Europeu sobre Drogas – Padrões de Consumo Portugal 2021*, disponível em <http://www.sicad.pt>.

O **SICAD** integrou um consórcio europeu (Holanda, Bélgica, Irlanda, Finlândia, Portugal e República Checa) em 2021, que propôs para financiamento um projeto na área do *foresight* no que se refere às drogas ilícitas. O projeto **Strengthening PREParedness of DRUG information systems and drug policy capacities to respond to emerging drug trends and challenges** foi aprovado e terá início em 2022, com a duração de 24 meses. Este projeto europeu visa aumentar, através da antecipação, resposta dos sistemas de informação e das políticas face a novas tendências e fenómenos emergentes na área das drogas ilícitas.

No âmbito do projeto **SCORE** (*Sewage Analysis Core Group Europe*) manteve-se a participação do **INMLCF**, **IP** e da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (**FF/UL**) na monitorização do consumo de drogas ilícitas através da análise de águas residuais de acordo com protocolo normalizado. Em 2021 foram realizadas em Portugal análises em Lisboa (ETAR de Alcântara), Almada (ETAR da Mutela) e também no Porto, estando os resultados disponíveis em https://www.emcdda.europa.eu/publications/html/pods/waste-water-analysis_en

Ação 128. Reforço da investigação em CAD em áreas prioritárias

Em relação ao primeiro indicador desta ação – **n.º de estudos nacionais desenvolvidos na população geral, na população reclusa e na população escolar/universitária** – foram reportadas várias iniciativas desenvolvidas em 2021.

Deu-se início ao trabalho de campo do V Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, inquérito de referência quanto a indicadores de consumos e outras práticas potencialmente aditivas em Portugal, proporcionando também indicadores para caracterização do quadro europeu e internacional (**SICAD e CICS. Nova /FCSH/UNL**).

Foi também realizada a 6.ª edição do inquérito anual *Comportamentos Aditivos aos 18 anos: inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional*. Em 2021, entre os 74 232 jovens que participaram no Dia da Defesa Nacional, foram recolhidos 70 374 questionários válidos relativos a este inquérito (**MDN, SICAD, ARS/DICAD, SRS dos Açores/ SRS da Madeira**). Os primeiros resultados nacionais já se encontram disponíveis em <http://www.sicad.pt>.

Também em 2021 a SCML iniciou um estudo qualitativo online sobre jogo responsável, que será concluído em 2022.

Neste ano deu-se início ao projeto *ES+Saúde – Saúde e Estilos de Vida no Ensino Superior em Portugal* com a construção do questionário e planificação da sua aplicação. Este estudo pretende caracterizar o estado de saúde e de bem-estar, as práticas de promoção da saúde e de prevenção da doença, o acesso a cuidados de saúde, as prevalências e padrões de consumo de substâncias psicoativas e práticas de jogo dos estudantes do ensino superior em Portugal (**ICS-ULisboa, SICAD, IPDJ, FP-ULisboa, ESTeSL-IPL, Nova Medical School-Ulisboa**).

É ainda de mencionar que em 2021 foram elaborados pelo SICAD vários produtos com resultados do *Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Droga e outros Comportamentos Aditivos e Dependências, 2019*, disponíveis em <http://www.sicad.pt>.

Quanto ao segundo indicador desta ação – **n.º de estudos regionais desenvolvidos em grupos populacionais específicos** – os reportes evidenciam que a nível regional e local tem havido um investimento na dinamização científica.

No seguimento da criação do Observatório de Consumos no Alentejo «ALEMrisco» (**ARS Alentejo, I.P. / DICAD**), em 2021 deu-se continuidade à sua dinamização, com as limitações inerentes à situação da pandemia. A aplicação de um questionário nas escolas do Alentejo, abrangendo vários ciclos de vida (12 aos 24 anos) não teve continuidade em 2021. Trata-se de uma parceria entre a Universidade de Évora, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares do Alentejo e ARS Alentejo (CRI – AC). O projeto é dinamizado também pelos restantes CRI do Alentejo e futuramente pretende-se envolver os Institutos Politécnicos de Beja e Portalegre. O objetivo deste projeto passa pelo lema “Conhecer Global. Atuar Local”.

No âmbito da **ARS Algarve, I.P./DICAD** estiveram em curso em 2021 dois estudos de doutoramento: *Função paterna em dependências de substâncias em tratamento de manutenção opióide* e *Psicopatologia e Comportamentos aditivos*.

Quanto à **ARS Norte I.P./DICAD**, em 2021 foi publicitada 1 investigação em CAD na Revista da Associação Portuguesa de Adictologia(n.6, março): *Estudo do processamento emocional e da empatia de utentes com perturbações relacionadas com substâncias*. Foram ainda preparadas 5 investigações submetidas no primeiro semestre 2022.

A nível da **ARSLVT, I.P./DICAD**, em 2021 a Comissão de Ética para a Saúde emitiu pareceres favoráveis a quatro projetos de investigação de âmbito local, que foram apresentados para avaliação e parecer prévio por pretenderem decorrer em Equipas da DICAD da ARSLVT, IP.

Ainda no que toca a grupos populacionais específicos, a Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicod dependências e Alcoolismo do Hospital das Forças Armadas (**UTITA / MDN**), manteve a continuidade do estudo de seguimento clínico, iniciado em novembro de 2013, com o objetivo de avaliar os resultados do Programa Residencial Intensivo e identificar fatores associados à abstinência. No decurso de 2021 foram realizadas 94 entrevistas clínicas telefónicas (de um universo possível de 126) de seguimento a utentes que terminaram o programa de reabilitação há 6 meses, 1, 3 e 5 anos.

Merecem uma última referência, pois embora não se enquadrem no âmbito dos indicadores definidos para esta ação contribuem para esta enquanto reforço da investigação em CAD numa área considerada prioritária, algumas iniciativas desenvolvidas em 2021 pelo **LPC-PJ** no âmbito de investigação e recolha de informação de NSP: 1) a coorientação, com o IST, na tese de dissertação para obtenção do grau de mestre em Engenharia Química, *Catinonas Psicoativas – Identificação de Possíveis Biomarcadores de Exposição por Espetrometria de Massa de Alta Resolução*; 2) duas publicações no âmbito do protocolo de colaboração entre o LPC/PJ e a academia (disponíveis em [frontiersin.org/articles/10.3389/fchem.2020.609251](https://doi.org/10.3389/fchem.2020.609251) e pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33673683/).

OE36. Fomentar uma maior ligação entre ciência, decisão, ação e cidadania

Ação 129. Elaboração de Relatórios Anuais sobre a situação do país em matéria de CAD e assegurar a sua apresentação na AR

Em 2021 procedeu-se à elaboração dos relatórios que sintetizam a informação de cariz nacional em matéria de drogas e de álcool: *Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicod dependências – 2020* e *Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Álcool – 2020*. Estes documentos reúnem informação nacional recolhida através do Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências, proveniente de estudos e de dados de monitorização de uma ampla rede de Serviços Fonte, em estreita articulação com o SICAD.

Em 2021 procedeu-se à atualização destes dois relatórios de caracterização e evolução da situação do país com os mais recentes dados de monitorização (2020) e de estudos epidemiológicos – este ano com particular enfoque, no caso do *Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicod dependências – 2020*, nalguns resultados nacionais do *European Web Survey on Drugs - Portugal 2021* (nomeadamente sobre o impacto da pandemia COVID-19 nos consumos de substância ilícitas e NSP e sobre a aquisição das substâncias ilícitas e NSP através da Internet) e, no caso do *Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Álcool – 2020*, nos resultados do *Inquérito online sobre os Comportamentos Aditivos em Tempo de COVID-19* (relativos ao impacto no consumo de álcool das medidas de confinamento aplicadas no âmbito da pandemia) e de informação mais detalhada proveniente do Inquérito Nacional de Saúde, nomeadamente em termos de consumos e padrões de consumo por etapas do ciclo de

vida. É também de referir a evolução quanto à apresentação de informação em termos infográficos nestes Relatórios.

Foi também elaborado, em 2021, o *Relatório Anual 2020 – Descritivo de Respostas e Intervenções do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências – Horizonte 2020*, onde são apresentados alguns dos aspetos mais relevantes das respostas e intervenções implementadas em 2020 e enquadradas no PARCAD - Horizonte 2020, com base na informação proveniente dos **vários Serviços** e congregada pelos Coordenadores das Subcomissões da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool.

À semelhança dos anos anteriores estes documentos foram enviados à Comissão Parlamentar da Saúde, embora a habitual apresentação na Assembleia da República tenha sido adiada por situação alheia ao SICAD (proximidade temporal das eleições legislativas).

Ação 130. Lançamento de desafios aos investigadores para elaboração de recomendações para a decisão e a ação

Na perspetiva de aproximação entre ciência e decisão/ação, em 2019 o **SICAD** tomou a iniciativa, no contexto da dinamização da **rede nacional de investigadores em CAD**, de começar a desafiar os investigadores para a elaboração de textos dedicados a determinadas temáticas que contribuam para o conhecimento dos fenómenos em questão e para a definição e fundamentação de políticas públicas e intervenções futuras.

Em 2021, por ser o ano de início de um novo ciclo estratégico com a construção de um novo Plano Nacional, o SICAD lançou o desafio para a elaboração de textos com um breve balanço do passado e a antevisão dos desafios do presente e do futuro. Foi grande a adesão manifestada pelos autores convidados em colaborar com o SICAD, mesmo num contexto tão exigente como o que se viveu em plena pandemia do SARS-Cov2.

Deste desafio resultou a coletânea *Comportamentos Aditivos. Perspetivas e Desafios*, mais dirigida para a reflexão crítica e para propostas de intervenção, dando origem a uma sessão estruturada no âmbito da *Lisbon Addictions 2022*, subordinada ao tema «Portuguese Drug Policy Model. Achievements and Challenges».

É de notar que com vista a fomentar uma maior ligação entre a ciência e a decisão/ação, em 2021 deu-se continuidade a várias outras iniciativas, nomeadamente a elaboração de recomendações para a ação com base nos resultados dos estudos, bem como no seu reporte proativo à Tutela.

Ação 131. Elaboração de produtos com resultados da investigação e observação direcionados para os/as cidadãos/ãs

Em relação ao indicador desta ação – **n.º de sinopses e brochuras** – foram elaborados e disponibilizados vários destes produtos em 2021.

O **SICAD** tem vindo a apostar na disponibilização de diversos produtos da investigação e monitorização considerados como mais eficazes na promoção da literacia em CAD, onde se incluem as sinopses e brochuras de estudos ou de determinados temas identificados como particularmente relevantes.

Em 2021, o **SICAD** elaborou e disponibilizou (em <http://www.sicad.pt>) as seguintes brochuras e sinopses:

✓ *O Consumo de álcool entre os mais velhos • 65 ou mais anos*: um conjunto de dimensões relativas ao consumo de álcool nos indivíduos com 65 ou + anos;

✓ *ECATD Regiões (7 brochuras, uma por região): informação relativa a comportamentos aditivos entre os alunos do ensino público (13-18 anos) numa perspetiva regional*;

✓ *Jogadores de Raspadinha – Portugal: caracterização do perfil de jogadores da raspadinha com base nos dados do Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral Portugal 2016/17*;

✓ *Drogas? Como é o consumo de canábis em Portugal?*: caracterização do padrão de consumo de canábis em consumidores portugueses, participantes no European Web Survey on Drugs – Portugal 2021 (português e inglês);

✓ *Comportamentos aditivos em tempos de COVID: alterações ao consumo devido à pandemia SARS-CoV-2*: caracterização de alterações no consumo de drogas ilícitas em consumidores portugueses, participantes no European Web Survey on Drugs – Portugal 2021 (português e inglês);

✓ *Respostas à diversidade*: as apreciações de equipas de redução de riscos e minimização de danos quanto às respostas disponíveis na comunidade para determinados grupos populacionais, com base nos resultados do projeto Redução de Riscos com Pessoas que Usam Drogas: Desafios Inerentes à Diversidade;

✓ 4 sinopses estatísticas temáticas *Substâncias ilícitas, Álcool, Medicamentos, Jogo e Internet*: com o retrato da situação nacional (português e inglês).

Para além das brochuras e sinopses, em 2021 o SICAD deu continuidade à divulgação da informação e conhecimento através de comunicados para os *media* enquanto canal privilegiado de acesso aos cidadãos em geral, sendo de assinalar também a crescente importância do universo digital na disseminação da informação e do conhecimento junto a este público-alvo.

A nível da **ARSLVT, I.P./ DICAD**, em 2021 foram também elaboradas e disponibilizadas as seguintes brochuras/folhetos com vista à promoção da literacia em CAD:

- *WhatsUp_Tudecides*: relacionada com a Prevenção da Utilização Problemática da Internet (UPI), foi criada como complemento das ações de sensibilização no âmbito de um Programa Estruturados sobre Utilização Problemática da Internet, junto de crianças e adolescentes (2º e 3º ciclo), sendo a brochura distribuída pelas crianças e adolescentes e também aos agentes socioeducativos, após estas sessões;
- *Álcool em tempos COVID*: conteúdo informativo evidence-based contendo estratégias de redução de riscos e minimização dos danos para o álcool e destinado aos utilizadores de álcool em geral (equipa de RRMD da UA de Lisboa).

Formação

Na estratégia de atuação transversal ao ciclo 2021-30 definiram-se dois objetivos específicos, que serão operacionalizados em ações prioritárias em cada um dos três ciclos de ação, verificáveis nos instrumentos de gestão de cada entidade, nos websites ou redes sociais institucionais.

Considerando o conhecimento disponível, a situação epidemiológica nacional e a avaliação externa do Plano Nacional 2013-2020, as prioridades para ciclo estratégico 2021-2024, são: Sistemas sociais, comunidades e espaços urbanos facilitadores de estilos de vida saudáveis; Serviços a nível nacional com resposta aos problemas ligados ao ecrã, internet, gaming e gambling; Especificidades de intervenção junto de grupos específicos, em situação de maior vulnerabilidade; Novos formatos de formação – e-learning e b-learning.

Apresentam-se de seguida as enquadradas nas ações definidas como prioritárias para este ciclo de ação no que se refere aos dois objetivos específicos desta área transversal, refletindo a informação disponibilizada pelos vários serviços/entidades.

OE37. Promover e dinamizar processos de formação tendo em consideração as necessidades identificadas e os problemas emergentes e prioritários

Ação 132. Implementação de Ações de Formação²⁸ na área dos CAD

O **SICAD**, as **DICAD**, a **DGE** e **DGRDN** continuam a apostar na promoção de atividade formativa especializada, que responda às necessidades das respostas e intervenções, considerando a mobilidade do fenómeno

Em 2021 promoveram-se **111 ações de formação** (cerca de 30% online), no total aproximado de **1.709 horas**, que abrangeram **2.086 formandos**.

Três Centros de Formação de Agrupamentos de Escolas disponibilizam formação nas áreas dos CAD.

Da monitorização da dinamização da formação certificada do **Programa Eu e os Outros** foi possível apurar que foram finalizadas²⁹ 14 ações de formação base e quatro ações de formação de aprofundamento, que abrangeram 181 formandos.

O **SICAD** promoveu a dinamização de **oito ações de formação** num total **212 horas, 195 formandos**, com um **volume global de formação de 5.373 horas**. Uma das ações foi sobre o **“Curriculum Europeu de Prevenção” (OEDT) dirigida a decisores e influenciados**. Destacamos igualmente duas ações sobre **“Estratégias de Intervenção em dependências sem substância – online, ecrã, videojogos”, 48horas/cada dirigidas aos profissionais dos serviços especializados em CAD**. Quanto à formação sobre a intervenção em **grupos específicos, em situação de maior vulnerabilidade**, foram dinamizadas ações no âmbito da intervenção em **contextos familiar, género e orientação sexual, consumos injetados e fumados**.

Foram atingidos os objetivos de satisfação das necessidades formativas dos destinatários. Todas as ações de formação do SICAD decorreram na modalidade online, através da plataforma *webex meetings*.

²⁸ Ações com mais de 4 horas/ação

²⁹ Considera-se neste reporte as formações terminadas no ano

Foi dinamizada **uma ação de formação** para os profissionais da dissuasão e **(18 horas, 15 formandos)**.

Procedeu-se à avaliação das ações de formação dinamizadas, cujos relatórios podem ser consultados no SITE do SICAD, verificando-se uma avaliação bastante positiva, com uma classificação global de **“Muito Bom” em oito das oito ações de formações do Plano de Formação em vigor**.

A nível nacional foram finalizadas **14 ações de formação base e quatro ações de formação de aprofundamento do Programa Eu e os Outros**, das quais nove da responsabilidade da DICAD/ARS Norte, seis da DICAD/ ARS LVT e duas do SICAD/DPI.

Referência do Plano de Atividades	N.º Total de Formandos	N.º Total de Ações de Formação Base	N.º Total de Ações de Formação de Aprofundamento	Total de Horas de Formação Base	Total de Horas de Formação de Aprofundamento	Volume Global de Horas Realizadas
Programa Eu e os outros						
DICAD/ ARS Norte	109	7	3	378:00:00	90:00:00	5282:00:00
DICAD/ARSLVT	56	6	—	270:00:00	—	3267:00:00
SICAD/DPI	16	1	1	54:00:00	30:00:00	696:00:00
TOTAIS	181	14	4	702:00:00	120:00:00	9225:00:00

A **ARS Algarve, IP/DICAD** reporta um **Curso curricular para Médicos Internos do Internato em MGF**, que se insere no âmbito da articulação existente entre a DICAD e a Coordenação do Internato de MGF e tem como principais objetivos dotar os médicos internos de conhecimentos específicos sobre CAD, nomeadamente ao nível diagnóstico, tratamento e referência para os cuidados de saúde especializados em CAD; a dinamização de uma ação conjunta com o SICAD de divulgação do **Guia ENIPSSA** online (única ação em regime de b-learning); e nove ações realizadas em **meio laboral**. Em 2021 foram realizadas 11 ações de formação, uma delas em regime e-learning, num total de 378 horas, dirigidas a 195 formandos.

A **ARS Alentejo, IP/DICAD** reporta a realização de 33 ações de formação, que abrangeram 683 formandos, a maioria em formato virtual (cerca de 20).

A **ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP/DICAD** no âmbito do **“Modelo colaborativo de formação em RRMD”** reporta a realização de seis ações de formação que abrangeram 86 formandos, num total de 36h de formação. Na área da prevenção, foram realizadas seis ações de formação sobre o **Guião de procedimentos para lidar com CAD em meio escolar**, num total de cerca de 54 horas, que abrangeram 81 formandos. Realizaram ainda duas ações curta duração do **Programa Eu e os Outros** sobre **“Eu enfrento a COVID com os outros”** com 21 formandos, 12 horas/cada, duas oficinas de **formação base do E&O**, com 54 horas cada, que abrangeram 35 formandos. A formação do programa **Pistas/Trilhos**, realizou uma ação online e outra presencial, com 50h/cada e 22 formandos. Realizaram-se ainda duas ações de formação articuladas entre **prevenção e RRMD no contexto comunitário** de 12 horas cada – 46 formandos e uma ação para **pedopsiquiatria** com 17 horas e 10 formandos.

De realçar que a formação acima referida no âmbito do “Modelo colaborativo de formação em RRMD” é dirigida a **equipas que trabalham com Pessoas que utilizam drogas e/ou álcool**. O objetivo fundamental desta ação, é uniformizar estratégias de olhar e intervir em RRMD relativamente ao uso de SPA, dentro de cada equipa de trabalho, envolvendo os diversos elementos da equipa num modelo de reflexão e aprendizagem colaborativa, que permita consolidar a intervenção em RRMD. Foram envolvidos nesta ação 3 centros de acolhimento em Lisboa.

A **ARS Centro, IP/DICAD** reporta três ações de formação do **Programa Gerações**, num total de 21h, dirigido a oito formandos; duas ações de formação do **Programa Eu e os Outros**³⁰, num total de 108h, dirigida a 32 formandos; três ações de formação em **meio laboral**, num total de 18 h, dirigida a 30 colaboradores; duas ações de formação no Projeto Like Saúde, num total de 20h, dirigida a 40 formandos.

A **ARS Norte, IP/DICAD** dinamizou 22 ações de formação, internas, destinaram-se a profissionais de saúde dos **CSP e dos CAD** perfazendo um total de 271 formandos, e externas, dirigidas a públicos específicos (estudantes; profissionais da educação, entre outros) perfazendo um total de 144 participantes. Neste ano realizaram-se seis edições de formação sobre a **Rede de Referência** destinada a profissionais da Rede de Referência, especialmente dos Cuidados de Saúde primários. Apenas uma ação foi dinamizada em regime presencial.

A **DGE** desenvolveu seis ações de formação (7 turmas) no total de 95 horas e de 134 horas de volume formativo, abrangeu 125 professores, onde se inclui a **promoção de competências socio emocionais como preventivas dos CAD**. Das ações dinamizadas apenas uma foi dinamizada em formato e-learning, realizada por três Centros de Formação de Agrupamentos de Escolas e pela Direção-Geral da Educação.

A **DGRDN** reportou a realização de uma edição do Curso de Operadores de Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências (COPCAD). Este curso destina-se a militares das Forças Armadas, a elementos das Forças de Segurança (GNR e PSP) e a elementos civis, nomeadamente com funções de comando/chefia/direção e/ou com funções nas áreas da segurança, saúde e ação social. O principal objetivo deste curso é o de formar Operadores de Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências (OPCAD) dotando-os de conhecimentos multidisciplinares sobre o fenómeno dos CAD, bem como de um conjunto de competências específicas que lhes permitam identificar e orientar elementos de proximidade com comportamentos de risco, nocivos ou mesmo em fase de dependência. Este curso realiza-se na Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar (UEFISM), sob coordenação pedagógica da Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo (UTITA) do Hospital das Forças Armadas (HFAR), em colaboração com a Divisão de Saúde Militar (DSM), da Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais (DSSMAS) da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) do Ministério da Defesa (MDN) e tem uma duração de 60 horas. Três dos formandos pertenciam ao Estado-Maior General das Forças Armadas, cinco à Marinha, seis ao Exército, 15 à Força Aérea, cinco à GNR, seis à PSP, um à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, um formando da Cruz Vermelha Portuguesa e oito militares das FFAA de Estados Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), provenientes de Moçambique (5), São Tomé e Príncipe (1), Cabo Verde (1) e Timor-Leste (1).

A **DGRDN** reportou ainda, a continuidade ao projeto de intervenção preventiva em matéria de CAD, que teve início em 2018, junto do universo de alunos dos Estabelecimentos Militares de Ensino não-Superior (EMES), designadamente, o Colégio Militar e o Instituto dos Pupilos do Exército. O projeto consiste na aplicação do **programa Eu e os Outros**, desenvolvido pelo Ministério da Saúde/SICAD. A aplicação deste programa é feita por professores, habitualmente na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, e requer para o efeito, uma formação que decorre de acordo com a modalidade Oficina de Formação, com 54 horas para a formação de base (para os docentes que iniciam o programa) e 30 horas para a formação de aprofundamento (dirigida aos docentes que continuam a aplicação do programa nos anos subsequentes). Nesta formação

³⁰ As ações formação do "Eu e os outros" são contabilizadas pelo SICAD a nível nacional no ano em que terminam.

participaram a 12 professores, que, por sua vez, efetivaram a aplicação do programa a um total de 154 alunos, com idades entre os 12 e 18 anos, provenientes de diversos níveis de escolaridade (7º, 10º e 11º anos). A formação esteve a cargo de um técnico do SICAD, contando com o apoio técnico e logístico de duas técnicas da DSM, da DGRDN. Relativamente ao volume formativo, este foi de 378 horas para a formação de base e de 150 horas para a formação de aprofundamento.

Ação 133. Acolhimento de Estágios (formação em contexto real de trabalho)

Relativamente aos estágios, em 2021 foram acolhidos pelo SICAD/CDT, ARS/DICAD e DGRDN **17 estágios de observação, 274 estágios académicos/curriculares e 142 estágios de internato.**

Assistimos este ano a um crescente número de estágios, considerando que os receios que a pandemia trouxe estão mais controlados. Foram acolhidos três estágios de observação nas **CDT/SICAD** (CDT de Coimbra, CDT de Aveiro e CDT de Viseu Castelo Branco) e seis estágios académico/curricular realizados em várias CDT: CDT do Porto; CDT de Évora; CDT de Santarém ao abrigo do Protocolo estabelecido com a Escola Superior de Educação e CDT de Castelo Branco ao abrigo do Protocolo estabelecido com a Universidade da Beira Interior. Foi ainda realizado um estágio administrativo na **SICAD/EMCAD.**

A **ARS Algarve, IP/DICAD** reporta o acolhimento de três estágios académicos na área da Psicologia Clínica e da Saúde (400h/cada), dois estágios do Internato Médico da especialidade de Psiquiatria (3 meses/cada), três estágios de curta duração do Internato Médico especialidade MGF (7 dias/cada) e dez estágios de Enfermagem saúde mental- ensino clínico (32horas cada).

A **ARS Alentejo, IP/DICAD** reporta o acolhimento de dois Estágios de Observação (CRI do Litoral Alentejano), seis Estágios académicos, quatro de Ensino Clínico de enfermagem (3 CRI do Baixo Alentejo e 1 CRI Norte Alentejano) e dois de Serviço Social (CRI do Norte Alentejano).

A **ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP/DICAD** acolheu 55 Estágios académicos/ curriculares (40 de Enfermagem, 4 Serviço Social, 4 Psicologia e 7 Fisioterapia) e 86 Estágios de internato médico que incluem: 39 de Psiquiatra, 1 de Pedopsiquiatria e 46 Estágios Curtos de MGF.

A **ARS Centro, IP/DICAD** recebeu 172 estágios, dos quais 157 foram estágios curriculares de alunos de várias Universidades e Estabelecimentos de Ensino do país (125 de Enfermagem; 24 de Psicologia; 6 de Serviço Social; 1 de Educação Social; 1 Psicossocial) e 15 foram estágios de Internato Médico (12 de Psiquiatria; 2 de Medicina Geral e Familiar; 1 de Saúde Pública).

A **ARS do Norte, IP/DICAD** reportou o acolhimento de estágios de internato: 15 estágios longos de 3 meses; 21 estágios curtos de 15 dias. 74 estágios curriculares de Enfermagem; 11677 horas; 1º estágios curriculares de Psicologia; 4000 horas; dois estágios curriculares de Serviço Social; 800 horas; três estágios curriculares de Terapia Ocupacional; 400h; 12 estágios de observação; 84 horas.

A **Direção Geral dos Recursos de Defesa Nacional** reportou que a UTITA iniciou em novembro de 2021 um estágio em Aconselhamento em Adição e providenciou formação a médicos no âmbito do Estágio Técnico Militar da Força Aérea e do Estágio do Ano Comum, no HFAR. A Marinha deu continuidade à sua habitual parceria científica com diversas Universidades civis, que em 2021, resultou no acompanhamento de um estágio curricular de um aluno do 4º do Curso de Patologia e Análises Clínicas da Escola Superior das Tecnologias da Saúde.

OE38. Dinamizar ações de disseminação de informação e conhecimento junto de grupos-alvo estratégicos

Ação 134. Implementação de Ações de sensibilização e disseminação de informação e conhecimento³¹

Para além atividade formativa formal, certificada e com enquadramento técnico e específico, muitos outros formatos para a disseminação de conhecimento são desenvolvidos pelas entidades que integram a dinamização desta área no Plano de Ação.

As ações de sensibilização/informação³² e outros eventos formativos dirigidos a diferentes grupos-alvo, a pedido ou enquadrados em projetos desenvolvidos com sh, internos e externos, fazem parte das estratégias que adotamos neste domínio.

A nível nacional foram dinamizadas **191 ações de sensibilização**, cerca de **97** em formato virtual, que abrangeram **10.615** pessoas, 2.312 das quais no contexto de formação profissional da SCML, sobre jogo responsável.

O **SICAD** promoveu e coordenou a realização de 13 **Videoconferências**, num total de 24h30 e que contaram com 2285 participantes. Realizaram-se na plataforma *webex events*, com uma duração média de 1h30 cada, e mantiveram o propósito de fazer chegar o conhecimento a quem precisa e deseja.

No âmbito da apresentação de estudos destacam-se as videoconferências ligadas ao álcool: "Nutrição e Problemas Ligados ao Álcool", 145 participantes, "Consumo de álcool e outras drogas. Comportamentos de saúde e bem-estar dos estudantes do Ensino Superior Politécnico", 154 participantes; "Problemas Ligados ao Álcool e Contexto Laboral", 285 participantes; "Interfaces entre Álcool e Justiça", 200 participantes; "Álcool e Sinistralidade Rodoviária em Portugal", 158 participantes e "Lançamento do livro -Consumos de Álcool e outras Drogas pela População Laboral", 113 participantes.

Com relevância para os profissionais da área dos CAD e outros, destacam-se: "O Cérebro Humano e os Comportamentos Aditivos e Dependências: o cérebro (in)feliz na saúde e nas dependências", 300 participantes; "A Reinserção de pessoas com comportamentos aditivos e dependências: Refletindo sobre o Modelo de Mediação Social e Comunitária", 322 participantes; e "Políticas de droga e o seu impacto económico-social: uma análise comparativa internacional e temporal", 157 participantes; "Investigação e Jogo", 252 participantes e "Jogo e Prevenção", 199 participantes.

Com relevância política para os profissionais da área dos CAD, destacam-se a "Apresentação pública do Relatório da Avaliação Externa do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020" e a "Apresentação da Base da Estrutura do Novo plano nacional dos CAD".

Numa escala de "Muito Bom" até "Muito Mau", **85%** dos participantes avaliou os temas abordados com "**Muito Bom**" e 14% com "Bom". Todas as Videoconferências podem ser revistas no SITE do SICAD, através do canal youtube.

Foram realizadas duas ações Ação de Sensibilização/Formação "Plataforma das Convenções em CAD", dirigida aos técnicos superiores das ARS/DICAD (17 formandos) e 67 técnicos superiores das Comunidades Terapêuticas.

³¹ Dirigidas a grupos-alvo estratégicos

³² Consideram-se ações de sensibilização as ações com duração até 4 horas.

A **ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP/DICAD** realizou 10 ações de sensibilização sobre o **Guião de procedimentos para lidar com CAD em meio escolar** que abrangeram 155 formandos (professores, assistentes operacionais e técnicos das escolas).

A **ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP/DICAD** reportou a realização de cinco *webinars* que abrangeram 600 participantes:

- "Consumo de Substâncias na População Transgénero", 22 de julho de 2021, organizada pela Equipa Técnica Especializada de Tratamento (ETET) de Oeiras/ Carcavelos, do Centro de Respostas Integradas (CRI) de Lisboa Ocidental, em parceria com a Equipa de Coordenação da DICAD – Área da Reinserção.
- "Prevenção dos Comportamentos Aditivos - A prática na DICAD da ARSLVT, IP", organizado pela DICAD – Área da Prevenção, no dia 5 de julho de 2021, com a duração total de 3h00.
- "Comportamentos Aditivos e Dependências em minorias étnicas, migrantes e refugiados – Que Respostas" – Parte I Necessidades e Respostas em CAS, a partir do terreno (7 de junho 2021) e Parte II Perspetivas Globais (14 de junho 2021). Organizado DICAD – Área da Prevenção, e teve a duração total de 6h00.
- "Empatia e Novas Tecnologias", 28 de setembro de 2021, com a duração total de 3h00. Este Webinar constituiu a 1.º Sessão Temática do ciclo de Webinars da Equipa Técnica Especializada de Tratamento de Almada, do Centro de Respostas Integradas da Península de Setúbal.
- "Luces y Sombras de la pornografía: Urgencia de una educación sexual", 23 de novembro de 2021, com a duração total de 2h00. Este Webinar constituiu a 2.º Sessão Temática do ciclo de Webinars da Equipa Técnica Especializada de Tratamento de Almada.

Realizaram-se três ações de sensibilização em e-learning, no âmbito das **videoconferências ARS Norte, IP/DICAD** que abrangeram 140 participantes.

A **ARS Centro, IP/DICAD** reportou a realização e/ou participação ativa nos seguintes eventos:

- Webinar "Comportamentos Aditivos: Intervenção em Rede – O Hoje e o Amanhã do CRI de Viseu, no dia 10/02/2021;
- Curso de Saúde Mental para 35 MGF, que decorreu online no dia 14/04/2021;
- Evento #Edu Cultura", organizado pela associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Viseu do Instituto Politécnico de Viseu, que decorreu online no dia 05/05/2021;
- Webinar "O regresso à Noite: Problemas e Soluções – Noites Saudáveis "que decorreu no dia 11/05/2021
- "Impactos da COVID-19 nos Contextos Recreativos", no âmbito do Seminário Be Safe, organizado pelo Projeto de RRMD Be Safe, que decorreu no dia 18/11/2021, no Campus de Viseu do Instituto Piaget.

A **ARS Algarve, IP/DICAD** reportou que, na área da Prevenção, foi dinamizada uma ação virtual de apresentação/divulgação da narrativa "Eu enfrento o COVID-19 com os Outros - Não sejas tu o vírus" para a equipa técnica de uma Casa de Acolhimento, dadas as dificuldades identificadas face a informações de saúde sobre a pandemia, no grupo de jovens institucionalizados. A equipa referiu, posteriormente, não ter sido possível o desenvolvimento da narrativa.

A **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** reporta a dinamização de ações de sensibilização que abrangeram 2.312 colaboradores. A execução indicada corresponde aos participantes de ações de sensibilização/formação sobre jogo responsável, seja de mediadores, seja de colaboradores da SCML com intervenção na atividade de exploração dos jogos sociais do Estado (Jogos Santa Casa). Inclui a formação inicial de novos mediadores (e de novos colaboradores de mediadores) e de novos colaboradores da SCML, bem como as formações nacionais a mediadores, que incluem módulos de jogo responsável, e as formações específicas

de colaboradores da SCML cujas funções implicam um contacto direto com apostadores, como o atendimento presencial e telefónico, ou que intervêm na ação comercial, na definição das características dos jogos ou no seu marketing e publicidade.

Em 2021, todas as ações de formação sobre jogo responsável decorreram no formato virtual. Adicionalmente, salienta-se que, para os colaboradores da SCML, foi criada uma página, na intranet institucional, que contém, de forma permanente, toda a informação relevante sobre jogo responsável, incluindo as medidas, práticas e ferramentas disponibilizadas aos apostadores pelos Jogos Santa Casa.

A **Direção Geral dos Recursos da Defesa Nacional** refere que uma vez que o reporte de informação dentro das Forças Armadas está dependente de diversos intervenientes em diversas Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos, os dados obtidos tendem a assumir alguma heterogeneidade, o que não nos permite fazer a distinção entre palestras presenciais e virtuais, sendo que o número apresentado diz respeito aos dois formatos. Assim, realizaram-se 121 ações de sensibilização, que abrangeram 2.867 participantes. Todas estas ações de sensibilização decorrem do Programa para Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas, pelo que devem ser inscritas no contexto laboral.

Comunicação

Na estratégia de atuação transversal ao ciclo 2021-30 foi definido um objetivo específico, que será operacionalizado em ações prioritárias em cada um dos três ciclos de ação, verificáveis nos instrumentos de gestão de cada entidade, nos websites ou redes sociais institucionais.

Um conjunto de prioridades para ciclo estratégico 2021-2024 foram identificadas, considerando o conhecimento disponível, a situação epidemiológica nacional e a avaliação externa do Plano Nacional 2013-2020: Comunicação digital de forma alargada; Campanhas de informação.

Apresentam-se de seguida as enquadradas nas ações definidas como prioritárias para este ciclo de ação no que se refere ao objetivo específico desta área transversal, refletindo a informação disponibilizada pelos vários serviços/entidades.

OE39. Desenvolver estratégias e produtos comunicacionais com informação necessária e útil que contribua para comunidades mais informadas e mais saudáveis

Ação 135. Realização de eventos Presenciais/Virtuais

Na área dos CAD a realização de eventos de e para especialistas é uma prática frequente, porém ao abrigo das normas de confinamento, os eventos presenciais continuaram suspensos.

Assim, para além das videoconferências SICAD, promoveram-se quatro eventos online: a Apresentação dos Relatórios da Situação do País, a Apresentação Pública da Avaliação Externa do Plano Nacional 2013-2020, a Apresentação do Plano Nacional 2021-2030 e a Comemoração do Dia Internacional Contra o Abuso e Tráfico Ilícito de Drogas – 26 de junho.

Ação 136. Dinamização do Website oficial

O website SICAD carece de atualização para um design mais amigável e que melhor sirva o Cidadão, o que está previsto para 2022. Em 2021 destacamos um maior profissionalismo na

redação de notícias próprias, com acompanhamento, sempre que possível, *in loco*, dos eventos. Destacamos a elaboração e edição de 166 notícias.

O website é também atualizado quase diariamente com informações emanadas por todas as áreas do **SICAD** que não contemplamos neste relatório por não serem produção própria.

Em 2021 a **ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP/DICAD** publicou no seu site oficial, relativamente à área de intervenção em CAD, quatro concursos DICAD e cinco notícias.

A **ARS Norte, IP/DICAD** fez 120 atualizações de conteúdos no site oficial na área da DICAD.

A **ARS Algarve, IP/DICAD** reportou a atualização das informações/dados institucionais na secção do site da ARS. (<https://www.arsalgarve.min-saude.pt/comportamentos-aditivos-e-dependencia-estrutura-organicadicad-content/>)

A **SCML** reportou sete publicações que correspondem ao número de atualizações de conteúdos permanentemente disponibilizados sobre jogo responsável no Microsite de jogo responsável e no Microsite do Placard (acessíveis a partir da homepage do website dos Jogos Santa Casa).

Ação 137. Dinamização das Redes Sociais Facebook/Instagram/Twitter/Linkedin/Youtube ou outras

Em 2021 o **SICAD** redigiu, produziu e concebeu 1.320 produtos comunicacionais, com base em conteúdos de evidência científica e técnicos, acessíveis ao comum dos cidadãos e veiculado sobretudo nas várias plataformas digitais, com predominância nas redes sociais. Os conteúdos implicam a pesquisa, redação, fotografia e tratamento de imagem ou a captação vídeo e respetiva edição. Facilitou-se deste modo o acesso a informação e conhecimento, de forma clara e objetiva, a vários públicos-alvo tradicionais do SICAD e outros que foram captados. Destacamos, nomeadamente, 18 vídeos colocados no Youtube, 365 publicações no Facebook e 273 no Instagram. É de referir também que na rede Twitter foram feitas 193 publicações.

A **ARS Alentejo, IP/DICAD** reportou que todos os CRI têm uma página no Facebook, não indicando, contudo, o número de publicações produzidas.

A **ARS Norte, IP/DICAD** reportou que foram iniciadas as reuniões de trabalho para criação de uma página de Facebook da DICAD.

A **ARS Algarve, IP/DICAD** reportou a publicação de 5 notícias no site da ARS e Redes Sociais:

- Equipa Técnica Especializada de Tratamento do Barlavento da DICAD da ARS Algarve celebra 25 anos - <https://www.arsalgarve.min-saude.pt/noticias/equipa-tecnica-especializada-de-tratamento-do-barlavento-da-dicad-da-ars-algarve-celebra-25-anos/>
- INA dinamiza Oficina de Cocriação na ARS Algarve – projeto-piloto “RIITA” – Respostas Integradas e Inovadoras para Travar Agressões - <https://www.arsalgarve.min-saude.pt/noticias/ina-dinamiza-oficina-de-cocriacao-na-ars-algarve-projeto-piloto-riita-respostas-integradas-e-inovadoras-para-travar-agressoes/>
- Equipa Técnica Especializada de Redução de Riscos e Minimização de Danos da DICAD da ARS Algarve promove ações de sensibilização em eventos recreativos - <https://www.arsalgarve.min-saude.pt/noticias/equipa-tecnica-especializada-de-reducao-de-riscos-e-minimizacao-de-danos-da-dicad-da-ars-algarve-promove-aco-es-de-sensibilizacao-em-eventos-recreativos/>
- SICAD lança versão 4.0 do Programa “Eu e os Outros” – Eu enfrento a COVID-19 com os Outros. Não sejas tu o vírus! - <https://www.arsalgarve.min-saude.pt/noticias/sicad-lanca->

[versao-4-0-do-programa-eu-e-os-outros-eu-enfrento-a-covid-19-com-os-outros-nao-sejas-tu-o-virus/](#)

- Mensagem de pesar pelo falecimento do Enfermeiro António Malta – uma vida dedicada à prevenção e tratamento das dependências - <https://www.arsalgarve.min-saude.pt/noticias/mensagem-de-pesar-pelo-falecimento-do-enfermeiro-antonio-malta-uma-vida-dedicada-a-prevencao-e-tratamento-das-dependencias/>

A **ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP/DICAD** reportou que foram feitas cinco publicações no Facebook da ARSLVT; ao longo de 2021 foram realizadas reuniões de trabalho e construídos conteúdos para a seção da DICAD no novo Portal da ARSLVT, posteriormente lançado em junho 2022; foram publicados no Youtube da ARSLVT oito vídeos relativos a webinars realizados pela DICAD nesse ano. Registou-se ainda seis das Newsletters de 2021 do Centro de Divulgação e Informação da ARSLVT, divulgaram conteúdos relativos à intervenção da DICAD.

A **SCML** reportou oito publicações efetuadas/replicadas em duas das páginas de redes sociais dos Jogos Santa Casa, nomeadamente, Facebook Placard e Instagram Placard, incidindo sobre recomendações diversas de jogo responsável.

Ação 138. Iniciativas de Comunicação Pessoal (1to1) Newsletters/ Email /Produção de materiais (desdobráveis, virtuais e em papel)

Em 2021 a Newsletter do Centro de Documentação do **SICAD** alterou a periodicidade, deixando de ser diária, passando a partir do mês de abril a ser bissemanal. Usando as listas de correio eletrónico prosseguiu-se a divulgação de informação sobre eventos científicos, notícias de imprensa, artigos de investigação e legislação – todos relacionados com os CAD. Foram produzidas 132 newsletters.

Deu-se também continuidade à Newsletter de Comunicação Interna (semanal) com o objetivo claro de alinhar colaboradores na visão e valores do SICAD, procurando robustecer a identidade institucional. Porque as circunstâncias nos obrigaram a exercer funções maioritariamente em regime de teletrabalho, a newsletter continuou a ser essencial na coesão de todos os trabalhadores, difundindo artigos de informação sobre a COVID 19 e estratégias para lidar com este desafio. Foram elaboradas 48 Newsletters. Mantivemos a rúbrica específica, criada em 2020, que apelava à participação dos trabalhadores, com desafios semanais de partilha de recordações e/ou reflexões sobre áreas positivas do quotidiano de cada um.

O **SICAD** garantiu ainda a edição e disseminação Newsletter Externa do SICAD, através da redação dos conteúdos e o seu envio. Foram editados 12 números (de janeiro a dezembro). Com esta newsletter pretende-se sistematizar e divulgar, de forma mais particularizada, os momentos mensais com relevância protagonizados pelo SICAD; divulgar a “marca” SICAD e o trabalho realizado; chegar aos públicos-alvo de forma fácil, numa periodicidade fixa. Incluímos uma rúbrica referente à divulgação do espólio do Centro de Documentação e outra relacionada com as áreas que o SICAD contempla. A distribuição é feita através de email para uma lista onde constam técnicos da área, mas também cidadãos sem relação direta com os CAD, que se inscreveram e escolheram receber a newsletter (883 endereços).

De referir ainda a elaboração de materiais informativos específicos, adaptados à disseminação nas redes sociais. Sobre alguns dos estudos produzidos pelo SICAD, foram criadas **20 infografias e 30 publicações** relativas a Dias Comemorativos. Este trabalho exige a leitura dos documentos fonte, seleção da informação mais relevante e posterior *design*. Trata-se de um produto simplificado, mas com muita eficácia em termos de promoção da literacia em CAD.

A **SCML** remeteu um e-mail a todos os apostadores registados no Portal Jogos Santa Casa sobre aspetos relacionados com jogo responsável.

A **ARS Alentejo, IP/DICAD** reportou os envios mensais para a newsletter da ARS Alentejo.

A **ARS Centro, IP/DICAD** reportou a elaboração e disseminação pelos serviços internos à ARS e pelos parceiros da área da Saúde e da área Social, do Boletim Trimestral do CRI de Coimbra.

A **DGRDN** refere que criou em 2020, por via do Serviço de Ação Social da Força Aérea, a Newsletter "Dependências", com o intuito de divulgar informação e recursos de apoio neste âmbito. Ao longo do ano de 2021 foi elaborada uma edição deste documento, tendo sido difundido via e-mail, portal da intranet e através da sua afixação em alguns pontos chave de algumas Unidades. Foram realizadas nas várias Unidades deste Ramo, ações que, pela sua natureza diversificada, não permitiram a obtenção de indicadores quantitativos com significado estatístico, designadamente, distribuição de folhetos e divulgação de informação, no âmbito dos CAD, na Rádio Lages.

Ação 139. Articulação com os OCS/Campanhas /Ações de Assessoria de Imprensa

O **SICAD** no âmbito desta ação produziu e compilou dados, informação e conhecimento para responder a **53** pedidos com questões, colocados pela imprensa nacional e internacional. Durante o primeiro semestre de 2021 foram elaborados guiões para cada um dos treze episódios da série "Risco e Prevenção", da responsabilidade do SICAD, para a RTP3 e a Antena1 a ser apresentados no ano de 2022.

A **Entidade Reguladora para a Comunicação Social - ERC** realizou um estudo sobre o panorama nacional dos fornecedores de partilha de vídeo e serviços audiovisuais a pedido, rastrear as mensagens comerciais que poderiam violar o disposto nos articulados sobre bebidas alcoólicas, e promover acordos de correlação sobre o conteúdo e exposição a mensagens comerciais, patrocínio, colocação de produto ou ajudas à produção, que tenham como objeto bebidas alcoólicas.

A **ERC** publicou também o «Guia para Fiscalização dos Serviços Audiovisuais a Pedido» visando esclarecer os operadores de serviços audiovisuais a pedido sobre as regras e o modo como a **ERC** as aplica - relativamente a bebidas alcoólicas, destaca-se a Regras 9 do Guia.

O (IVV) **Instituto da Vinha e do Vinho reportou que a** Associação de Vinhos e Espirituosas de Portugal (ACIBEV), lançou a campanha "Vinho com Moderação 2021". O filme de responsabilidade social da ACIBEV foi exibido na SIC, SIC Notícias Hollywood, AXN, AXN White, AXN Movies e Sport TV +, entre as 22h30 e a 01h00, num total de 316 inserções. A ACIBEV combinou a exibição do spot nos canais televisivos com um novo meio publicitário: o Playce, cujo objetivo seria segmentar o público-alvo para direcionar de forma mais precisa a mensagem de consumo moderado. O filme de responsabilidade social foi apresentado em *full screen*, sem possibilidade de saltar, num intervalo exclusivo antes da visualização de uma gravação selecionada pelo utilizador dos canais Hollywood, AXN, AXN White, AXN Movies e Sport TV +.

A campanha fez parte do compromisso da ACIBEV que, enquanto coordenadora nacional do Programa "Vinho com Moderação", desenvolveu ações em Portugal para promover o consumo responsável como uma norma cultural e social, de modo a prevenir e reduzir o abuso e os malefícios relacionados com o álcool. O principal objetivo da ACIBEV foi e é educar e sensibilizar jovens e adultos, ajudando-os a tomar decisões responsáveis acerca do consumo e ao mesmo tempo preservar o lugar cultural, ambiental e económico do vinho na sociedade portuguesa e europeia.

No âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2021-2030 – **Visão Zero 2030**, alinhada com a política de segurança rodoviária da Comissão Europeia 2021, a **ANSR** desenvolveu inúmeras ações de sensibilização ao longo de 2021 muitas delas em parceria com as entidades fiscalizadoras e destinadas ao álcool e drogas:

- Campanha “Taxa Zero ao Volante” - julho
- “Sécur'été 2021 – Verão em Portugal”
- Campanha “Taxa Zero ao Volante” – outubro
- Campanha “Taxa Zero ao Volante” – dezembro
- Campanhas de Natal e Ano Novo “O Melhor Presente é Estar presente”

Relações Internacionais e Cooperação

Nesta área transversal, para o ciclo estratégico 2021-2024, definiram-se um conjunto de ações com a finalidade de garantir que Portugal continue a assumir um papel ativo e relevante na definição e concretização das estratégias e iniciativas da comunidade internacional e da União Europeia, garantindo o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional nos fora com intervenção nestas matérias, bem como desenvolvendo relações de cooperação e promovendo a divulgação das políticas públicas portuguesas em matéria de comportamentos aditivos e dependências.

Apresentam-se de seguida as enquadradas nas ações definidas como prioritárias para este ciclo de ação no que se refere aos três objetivos específicos desta área transversal, refletindo a informação disponibilizada pelos vários serviços/entidades.

OE40. Garantir o cumprimento dos compromissos internacionais e promover a concertação da posição nacional nos fora internacionais

Ação 140. Articulação de posições entre os diferentes Ministérios/Serviços com competências em matéria de CAD

O Diretor Geral do SICAD é, por inerência de funções, o Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool e, nesta qualidade, procura potenciar a intervenção nacional nos diversos fora internacionais que abordam a temática dos comportamentos aditivos e das dependências.

Neste sentido, no decorrer de 2021, o SICAD assegurou, a coordenação com os vários Ministérios/Serviços envolvidos na matéria, promovendo a eficaz colaboração e articulação. Este exercício revestiu-se de particular importância, no exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE), que se iniciou a 1 de janeiro de 2021 e durante a qual o SICAD assegurou a Presidência do Grupo Horizontal “Drogas”, juntamente com o MNE.

A coordenação com os vários Ministérios/Serviços, nomeadamente DGS, INFARMED, I.P., Ministério da Justiça (DGPJ e PJ/UNCTE) e Autoridade Tributária, permitiu articular a tomada de posições não só no seio da UE, mas também das Nações Unidas, do Conselho da Europa e da OSCE. Estes contactos estenderam-se igualmente ao Secretariado-Geral do Conselho, ao Serviço Europeu de Ação Externa, à Comissão Europeia, bem como às duas agências europeias com atribuições em matéria de drogas, a saber, o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência e a Europol.

Igualmente lesta e prolífica, foi a articulação de posições entre o SICAD e o MNE, bem como os serviços periféricos externos sob a superintendência do MNE, sobretudo a Embaixada de

Portugal em Viena, a Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, a Missão junto das Nações Unidas em Nova Iorque e em Genebra e as Embaixadas portuguesas.

Ação 141. Resposta aos compromissos assumidos internacionalmente

Uma das atribuições do **SICAD** consiste em garantir o cumprimento das obrigações do Estado Português, decorrentes de instrumentos internacionais, no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências. Em 2021, o SICAD continuou a assegurar, à semelhança dos anos anteriores, a coordenação das respostas às solicitações que são dirigidas a Portugal por organismos internacionais. Quando são solicitadas matérias específicas de uma única área de competência a resposta é assegurada diretamente pelos Ministério/Serviços em causa. Para este exercício de coordenação, o SICAD diligencia um conjunto de iniciativas tais como a recolha, a análise e a disseminação da informação, a elaboração de relatórios de implementação, a resposta a questionários e a participação nas reuniões regulares e grupos de trabalho sobre temas específicos, por forma a assegurar o cumprimento das obrigações do Estado Português junto dos diversos organismos internacionais.

O **MNE** garantiu a transmissão da informação relevante no sentido de assegurar uma resposta cabal e atempada às solicitações recebidas de organismos internacionais.

No âmbito das Nações Unidas, o **SICAD é o ponto focal junto do UNODC e do OICE** para a recolha de informação sobre a situação em matéria de drogas. Em 2021, decorreu o primeiro exercício de submissão do *Annual Report Questionnaire*³³ sob o novo formato, com estrutura revista e inclusão de novos temas, o que obrigou a reorganizar os procedimentos de recolha, análise e compilação de dados, constituindo um enorme desafio, para o SICAD e para todos os parceiros envolvidos (INFARMED, I.P., DGPJ, PJ/UNCTE, LPC, AT, DGAE, ASAE e BP).

Ainda no quadro dos compromissos internacionais, o **SICAD em conjunto com o INFARMED, I.P. e a DGPJ promove as diligências necessárias para a inclusão de novas substâncias psicoativas na legislação nacional**, na sequência de decisões adotadas quer pela UE, quer pelas Nações Unidas. Em termos práticos, a transposição das decisões para o direito nacional traduz-se na introdução de novas substâncias nas Tabelas anexas ao Decreto-Lei 15/93, cuja alteração é aprovada pela Assembleia da República. Em 2021, esta transposição concretizou-se pela **publicação de duas alterações ao Decreto-Lei 15/93**:

- A vigésima sétima alteração, através da Lei nº25/2021 de 11 de maio, a qual aditou novas substâncias às Tabelas anexas ao referido Decreto-Lei, em transposição da Diretiva Delegada (UE) 2020/1687 da Comissão, de 2 de setembro de 2020, bem como das decisões adotadas pela 63ª Sessão da Comissão dos Estupefacientes das Nações Unidas, de março de 2020.
- A vigésima oitava alteração, através da Lei nº49/2021 de 23 de julho, a qual aditou novas substâncias às Tabelas anexas ao referido Decreto-Lei, em transposição da Diretiva Delegada (UE) 2021/802, da Comissão, de 12 de março de 2021.

A **DGPJ**, na sequência de comunicação da Secção de Prevenção, Tratamento e Reabilitação do UNODC, forneceu informações e designou peritos, a propósito de mecanismos existentes a nível nacional para alternativas às medidas de condenação ou punição de pessoas com distúrbios de saúde mental, incluindo perturbações relacionadas com uso de drogas.

³³ O *Annual Report Questionnaire* é o instrumento basilar de recolha de informação sobre drogas do UNODC, que visa recolher dados harmonizados sobre a situação nacional de cada país em matéria de redução da oferta e de redução da procura e principais desenvolvimentos legislativos, permitindo a caracterização anual da situação mundial em matéria de drogas.

A **PJ/UNCTE**, colaborou e participou ativamente em diversas reuniões, nomeadamente com o MNE e SICAD, assim como com as diferentes forças e serviços de segurança com competências em matéria de CAD, com vista a contribuir para o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos por Portugal e promover a concertação da posição nacional nos diversos *fora* internacionais. Manteve constantes contactos bilaterais respondendo às mais diversas solicitações e troca de informações, tendo assegurado também o cumprimento de diversas Cartas Rogatórias e Decisões Europeias de Investigação em matéria penal.

A Autoridade Tributária e Aduaneira (**AT**), no âmbito das suas competências, deu resposta em 2021 aos compromissos de cooperação e partilha de informação, com os seguintes números de pedidos concretos:

- Assistência Mútua Administrativa (Regulamento 515/97; Regulamento 389/2012; Convenção Nápoles II e Acordos Internacionais): 123 pedidos.
- 107 pedidos no âmbito da cooperação policial internacional e 8 operações internacionais realizadas.

OE41. Garantir a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas instâncias da UE, bem como noutros fora internacionais

Ação 142. Participação nacional nas atividades das diversas instâncias da UE, do Conselho da Europa e das Nações Unidas, demais organismos e fora internacionais

Apesar do cenário pandémico que vivemos, Portugal logrou manter um elevado nível de participação e de envolvimento nas instâncias internacionais mais relevantes, nomeadamente na União Europeia (UE), no Conselho da Europa e nas Nações Unidas.

No primeiro semestre de 2021, o principal foco de atividade internacional do SICAD esteve relacionado com a condução da Presidência Portuguesa do Conselho da UE, em concreto com a Presidência das reuniões do Grupo Horizontal Drogas (GHD)³⁴.

Em virtude das limitações impostas pela pandemia todas as reuniões e demais eventos deste Grupo decorreram em formato virtual. A Presidência Portuguesa do GHD realizou (i) seis videoconferências informais do Grupo Horizontal Drogas e os diálogos com países terceiros que tinha planeado: (ii) China e (iv) EUA, (v) duas reuniões do Comité Técnico do Mecanismo de Coordenação e Cooperação sobre Drogas entre a União Europeia, a América Latina e as Caraíbas, (vi) a reunião de peritos com o Brasil, (vii) bem como duas reuniões virtuais com o Fórum da Sociedade Civil sobre Drogas. Realizaram-se ainda os dois outros eventos previstos, ou seja, a Reunião de Coordenadores Nacionais "Drogas" da União Europeia (detalhada mais a frente) e a 22ª Reunião de Alto Nível do Mecanismo de Coordenação e Cooperação sobre Drogas entre a União Europeia, a América Latina e as Caraíbas³⁵, que se realizou por videoconferência, copresidida por Portugal e México.

A principal prioridade da presidência portuguesa, na sequência da aprovação da Estratégia da UE em matéria de drogas 2021-2025, em dezembro de 2020, sob Presidência alemã, foi elaborar e negociar o Plano de Ação subsequente que foi adotado pelo Conselho, no dia 21 de

³⁴ Grupo de trabalho do Conselho da UE é responsável pela coordenação das políticas e estratégias da UE em matéria de drogas, bem como pelo intercâmbio de informações entre os Estados Membros e com países terceiros e pela coordenação das medidas adotadas na UE e fora dela.

³⁵ O Mecanismo é um espaço de diálogo entre as regiões da América Latina, das Caraíbas e da União Europeia, que identifica prioridades comuns e coordena as políticas para enfrentar os desafios em matéria de drogas.

junho. O Plano de Ação em matéria de drogas 2021-2025 estabelece ações concretas que serão implementadas para atingir as prioridades para a política da UE em matéria de drogas para os próximos 5 anos, identificadas na Estratégia. O documento é baseado em dados científicos, realista, mensurável e com uma clara relevância e valor acrescentado para a UE., alinhando prioridades e ações estratégicas, com um calendário específico a ser desenvolvido, uma lista de responsáveis e um conjunto de indicadores.

No segundo semestre, a Presidência foi assegurada pela Eslovénia, continuando os trabalhos do Grupo a decorrer em formato virtual. A prioridade das ordens de trabalho do GHD consistiu na implementação da Estratégia e do Plano de Ação da União Europeia em matéria de drogas 2021-2025, tendo a Presidência Eslovena promovido debates temáticos com o intuito de apoiar os Estados Membros nesta implementação. O principal tema abordado foi a prevenção de overdoses e de mortes relacionadas com droga. De realçar igualmente as discussões conducentes ao lançamento do diálogo UE-Colômbia previsto para 2022.

A reunião semestral dos Coordenadores Nacionais "Drogas"³⁶, organizada pela Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, realizou-se igualmente em contexto virtual a 20 de maio, subordinada ao tema da promoção de estratégias em matéria de drogas que se baseiem nos Direitos Humanos. De realçar a mensagem de António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, enviada à reunião dos coordenadores nacionais, onde fez um apelo ao reforço da cooperação internacional.

A reunião semestral de Coordenadores Nacionais "Drogas" organizada pela Presidência Eslovena, realizou-se também de forma virtual, a 22 de setembro e centrou-se no reforço da prevenção precoce no domínio das drogas ilícitas, na qual a Associação Arisco apresentou as linhas de intervenção precoce que desenvolve em Portugal, no pré-escolar e no 1º ciclo.

A PJ/UNCTE participou, no âmbito das suas competências de prevenção e investigação do tráfico internacional de drogas, em várias reuniões internacionais, Conferências e grupos de trabalho de projetos internacionais, designadamente no âmbito do UNODC, da Europol e das prioridades da EMPACT (*European multidisciplinary platform against criminal threats*) da UE. Manteve também em permanência dois oficiais de ligação junto da Europol em Haia, assegurando também o funcionamento da Unidade Nacional Europol e do Gabinete Nacional da Interpol. Respondeu às diversas solicitações do MAOC-N e do UNODC e manteve uma ativa troca de informações com a Unidade Nacional Europol e com a Interpol, tendo em vista satisfazer as solicitações das mais diversas congéneres internacionais.

Com a apresentação do novo Relatório de Avaliação da ameaça (SOCTA) por parte da Europol, a DGPJ participou no processo de definição das prioridades criminais para o quadriénio 2022 – 2025, consubstanciado na EMPACT, que inclui matérias referentes a drogas.

A AT participou nas Reuniões do Grupo e Especialistas de Precursores de Droga da Comissão Europeia; no *Enforcement Committee* da Organização Mundial das Alfândegas e em reuniões no âmbito do tráfico e contrabando de mercadorias sujeitas a proibições ou restrições, designadamente drogas, cigarros e outras mercadorias relacionadas com a segurança e a proteção (MARINFO).

Em matéria de política de álcool, importa referir que no âmbito do Terceiro Programa de Ação no domínio da Saúde (2014-2020), a Comissão Europeia lançou, no decorrer de 2018, um conjunto de iniciativas (*Tenders*) relativas à prevenção de danos associados ao consumo nocivo

³⁶ As Reuniões Semestrais dos Coordenadores Nacionais "Droga" são organizadas pelas Presidências rotativas do Conselho da União Europeia e constituem um importante fórum de diálogo e debate entre os responsáveis nacionais pelas políticas de droga.

de álcool. Assim, atendendo à necessidade de se assegurar a continuidade dos esforços realizados ao nível nacional e da UE e ainda, considerando os resultados alcançados com a Ação Comum RARHA – *Reducing Alcohol Related Harm*, terminada em 2016 e coordenada por Portugal, o SICAD continuou a participar como parceiro nos projetos "UE Dimension of Alcohol Related Harm – Piloting Brief Interventions to Reduce the Risk – DEEP SEAS Project" e "Projeto FAR SEAS (Fetal Alcohol Syndrome/Fetal Alcohol Spectrum Disorders)", cuja implementação teve início em 2019 e decorrerá até 2022.

Em fevereiro de 2020, o SICAD apresentou a candidatura para outro projeto na sequência dos anteriores e obteve a aprovação de novo financiamento, constituindo-se como coordenador deste novo Projeto designado ALHAMBRA (*Alcohol Harm Measuring and Building Capacity for Policy Response and Action*), que teve o seu início em setembro de 2020 e decorrerá até 2022.

Assim, como principais desenvolvimentos ocorridos em 2021, importa referir que o ALHAMBRA Project desenvolveu a sua atividade na prevenção de danos relacionados com o consumo nocivo de álcool, apoiando os Estados Membros na recolha de boas práticas e no empoderamento da política do álcool pela concretização de um workshop subordinado ao tema *Illicit / unrecorded alcohol* e encontra-se a ultimar os background documents para a realização, em 2022, de mais dois workshops, um dedicado ao tema *Alcohol & Workplace* e um outro sobre *e-Health*.

No contexto das Nações Unidas, a preparação da sessão ordinária da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas³⁷ (CND), foi discutida como habitualmente, em sede do Grupo Horizontal Drogas, pelo que coube a Portugal, no exercício da Presidência Portuguesa, conduzir estes trabalhos. A delegação nacional à CND integrou representantes do SICAD, MNE, INFARMED, I.P. e Ministério da Justiça (DGPJ e PJ/UNCTE).

A Presidência Portuguesa preparou seis declarações a serem proferidas em nome da UE, centradas nos vários pontos da ordem do dia, as quais foram aprovadas no GHD. A declaração no debate geral foi efetuada pela Ministra da Saúde de Portugal, em nome da UE, numa mensagem vídeo.

A Presidência Portuguesa organizou, em nome da UE, um evento paralelo à CND dedicado à Estratégia da UE em matéria de Drogas 2021-2025, o qual reuniu mais de 170 pessoas em formato virtual, que abordaram o novo quadro político e as prioridades da política da UE em matéria de drogas para os próximos 5 anos.

Especial destaque para a elaboração e negociação de uma resolução apresentada por Portugal em nome da UE e dos seus Estados-Membros, intitulada "Promoting scientific evidence-based, quality, affordable and comprehensive drug prevention, treatment, sustained recovery and related support services". A resolução centra-se nos temas da qualidade e "affordability" no contexto dos serviços de prevenção e tratamento. A resolução colheu o copatrocinio de um total de 46 países de todos os continentes e de todos os Grupos Regionais.

A Presidência Portuguesa liderou ainda o processo de negociação conducente à Decisão do Conselho relativa à posição a tomar, em nome da União Europeia, na 64ª sessão da Comissão dos Estupefacientes, sobre as substâncias a incluir nas listas das Convenções das Nações Unidas, que veio a ser adotada pelo Conselho.

³⁷ Estrutura que no âmbito das Nações Unidas é responsável por todas as questões relativas à luta contra a droga e a toxicod dependência.

Relativamente às matérias relacionadas com o consumo nocivo do álcool, no quadro da Organização Mundial da Saúde (OMS), importa referir a participação do SICAD na consulta técnica regional online com os Estados Membros, sobre o documento de trabalho para o desenvolvimento do Plano de Ação (2022-2030) para implementar efetivamente a Estratégia Global de Redução do Uso Nocivo de Álcool como prioridade de saúde pública.

No âmbito do Grupo Pompidou do Conselho da Europa³⁸, o principal destaque no decorrer do ano em apreço, prende-se com o fato de o SICAD ter presidido às reuniões de Correspondentes Permanentes e do Bureau, na sequência de Portugal ter assumido a 1 de janeiro de 2019 a Presidência do Grupo para o quadriénio 2019-2022. O SICAD continuou também a assumir a representação nacional enquanto Correspondente Permanente de Portugal.

As prioridades da presidência portuguesa centraram-se, em 2021, na implementação do Programa de Trabalho "Sustainable Drug Policies Respectful of Human Rights", na finalização do processo de adoção da Resolução Estatutária do Grupo e nas celebrações do 50º aniversário do Grupo Pompidou.

A 88ª reunião dos Correspondentes Permanentes decorreu em Estrasburgo, em formato híbrido, nos dias 29 e 30 junho e esta foi a primeira reunião dos Correspondentes Permanentes sob a nova denominação do Grupo Pompidou: "Council of Europe International Cooperation Group on Drugs and Addictions", depois da adoção da nova resolução estatutária pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa a 16 de junho.

A revisão da resolução estatutária foi um importante sucesso da presidência portuguesa. Após dois anos de consultas e debates com peritos, organizações internacionais, organizações da sociedade civil, os diferentes órgãos do Conselho de Europa, representantes dos antigos e potenciais novos Estados membros, o novo mandato reafirma o foco na proteção dos Direitos Humanos, na saúde pública e na segurança e a evolução do Grupo no sentido de uma abordagem multidisciplinar do fenómeno das drogas, baseada na evidência científica e nas melhores práticas. O seu foco foi alargado para incluir as adições ou comportamentos aditivos associados a substâncias lícitas (como o álcool e o tabaco) e novas formas de adição (como o jogo e o jogo online) e por forma a melhor promover sinergias entre o Grupo e os seus parceiros, seja na esfera do Conselho da Europa, seja com outras organizações internacionais e com organizações da sociedade civil.

A 89ª reunião dos Correspondentes Permanentes teve lugar em Paris, na véspera do evento de celebração do Cinquentenário do Grupo Pompidou, o qual foi assinalado ao longo de 2021 por iniciativas diversas:

- Declaração da Presidência Portuguesa do Grupo Pompidou sob o lema "Os Direitos Humanos no centro das políticas de drogas";
- Acordo de Cooperação, complementando o Memorando de Entendimento de 2011 entre o Conselho da Europa e a Organização dos Estados Americanos, a ser implementado conjuntamente pelo Grupo Pompidou e a Comissão Interamericana para o Controlo do Abuso de Drogas (CICAD);
- Lançamento da publicação "COVID 19 and people who use drugs", preparada pelo Grupo Pompidou e pela *Correlation- European Harm Reduction Network*;
- Adoção pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa da revisão da Resolução Constitutiva a 16 de junho de 2021;
- Realização do segundo Seminário sobre *Drug Consumption Rooms*;

³⁸ O Grupo Pompidou é uma instância do Conselho da Europa, criada em 1971, que conta atualmente com 41 membros e cujo objetivo é o desenvolvimento da cooperação multidisciplinar no âmbito da luta contra o abuso e o tráfico ilícito de drogas no espaço europeu.

- Lançamento do *Drug Policy Executive Course*, curso avançado dirigido a decisores políticos e peritos em políticas de drogas e adições organizado pelo Grupo Pompidou e pela *International Drug Policy Academy*;
- Lançamento da publicação "Human rights at the heart of drug policies- 50th Anniversary of the Pompidou Group".

O evento de celebração realizado no Centro Georges Pompidou, em Paris, no dia 28 de outubro, foi o ponto alto das comemorações com cerca de 100 pessoas presentes e mais de 300 participantes online.

O Simpósio *Evolution of cannabis policies: experiences and lessons learned*, organizado em formato híbrido, decorreu a 15 de dezembro em Lisboa, tendo sido o evento de encerramento das atividades comemorativas do cinquentenário do Grupo, o qual contou com mais de 150 participantes. O Simpósio permitiu debater os diferentes modelos de regulação da canábis e as políticas/medidas para o uso medicinal e não medicinal desta substância, que estão a ser implementadas em diferentes partes do globo.

De entre as atividades desenvolvidas no âmbito da implementação do programa de trabalho 2019-2022 é de salientar o grupo de peritos em políticas de drogas e Direitos Humanos, criado por iniciativa e liderado por Portugal. Este grupo desenvolveu indicadores e metodologia de autoavaliação sobre o respeito dos direitos humanos na implementação de políticas em matéria de drogas. O grupo elaborou um instrumento de autoavaliação baseado em padrões de Direitos Humanos que possam contribuir para a análise das práticas existentes nos países participantes. O objetivo do instrumento não é fornecer uma análise comparativa dos países, mas antes permitir aos Estados avaliar a conformidade das suas políticas com Direitos Humanos.

Representantes da PJ/UNCTE e da AT participaram na Reunião Anual do Grupo de Cooperação dos Serviços de Combate ao Tráfico de Estupefacientes nos Aeroportos Europeus, importante fórum de intercâmbio de informação operacional, tendo em vista o desenvolvimento e a harmonização de instrumentos para melhorar a deteção de droga nos aeroportos, bem como na Reunião Anual da Rede Internacional sobre o Controlo do Desvio de Precusores, plataforma multidisciplinar que visa aprofundar a cooperação entre todos os *stakeholders* envolvidos na prevenção do desvio de precusores para fins ilícitos.

A PJ/UNCTE participou ainda na Reunião Anual sobre Aviação Geral, que se dedica às questões relativas ao controlo e investigação do tráfico ilícito de drogas e da criminalidade organizada associada à aviação geral, bem como na Reunião Anual do Grupo de Peritos "drugs online", que promove a cooperação no combate ao aumento do fenómeno da cibercriminalidade relacionada com a droga na Internet.

Ainda no âmbito do Grupo Pompidou, o SICAD participou em 2021 nas atividades da Rede MedNET – *Mediterranean network for cooperation on drugs and addictions*³⁹. Em 2021, devido às restrições impostas pela pandemia COVID-19, realizou-se apenas uma reunião do *Steering Committee* e em formato virtual, na qual o SICAD participou. 2021 marcou 15 anos da criação da Rede MedNET e o SICAD participou no exercício de avaliação externa "MedNET Swot Impact Evaluation" para analisar o impacto da RedeMedNET e para determinar possíveis novas áreas de trabalho.

³⁹ A Rede Med-NET visa promover a cooperação, intercâmbio de experiências e a transferência de conhecimento entre a Argélia, Chipre, Croácia, Egito, Espanha, França, Grécia, Itália, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Palestina, Portugal, Suíça, Turquia e Tunísia.

Ação 143. Cumprimento das obrigações enquanto Ponto Focal Nacional da rede de Informação sobre a Droga e a Toxicodependência (REITOX) do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT)

No que diz respeito ao cumprimento das obrigações do Estado português junto do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), no período em avaliação, o SICAD enquanto Ponto Focal Nacional da REITOX junto do OEDT assegurou a execução das tarefas definidas no Acordo de Subvenção, designadamente a submissão de informação atualizada, estatística e qualitativa, sobre a situação nacional em matéria de droga nas suas diferentes dimensões.

Das atividades executadas em 2021 é de salientar, enquanto contribuição nacional para o "European Drug Report", a elaboração de dez *Workbooks* sobre os seguintes temas: políticas de droga, legislação, investigação, mercados de droga e crime, prisões, drogas, prevenção, tratamento, boas práticas, redução de riscos e de danos. Estes *Workbooks* contêm informação atualizada sobre a situação nacional em matéria de drogas e CAD e a sua elaboração resulta de uma estreita colaboração com todos os parceiros relevantes que recolhem, produzem ou analisam dados na área da droga, bem como do contributo das diferentes unidades orgânicas do SICAD.

Importa ainda referir que, fruto desta colaboração com parceiros internos e externos, em 2021, foram preenchidas e submetidas as tabelas estandardizadas sobre os diferentes indicadores relacionados com esta área na aplicação FONTE do OEDT.

O SICAD assegurou a representação nacional nas reuniões semestrais do Conselho de Administração do OEDT, em junho e dezembro, principal órgão de decisão e gestão desta agência europeia.

A participação portuguesa na reunião de 24 de junho foi marcada pela apresentação das conclusões da Presidência do Conselho da UE desenvolvida no âmbito do Grupo Horizontal Drogas (GHD)

Na reunião de dezembro, no âmbito do debate sobre "Exchange of views on new trends in the drugs situation in the EU during the COVID-19 pandemic", o SICAD informou os parceiros sobre as medidas implementadas em Portugal desde o início da pandemia. Foi ainda apresentado o ponto de situação relativo à preparação da Conferência *Lisbon Addictions 2022*.

O SICAD assegurou a representação nacional nas duas reuniões (maio e novembro) de Chefes dos Pontos Focais Nacionais junto do OEDT, nas quais se debatem temas relacionados com as obrigações contratuais dos Pontos Focais, nomeadamente com os instrumentos de recolha de dados e requisitos de reporte de informação. Na reunião de maio o SICAD mencionou a conclusão da avaliação externa do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências Drogas 2013-2020 e na reunião de novembro, informou que estava em curso a elaboração do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências Drogas 2021-2030.

Enquanto Ponto Focal, o SICAD é ainda responsável pela implementação nacional da Decisão do Conselho relativa ao intercâmbio de informações, avaliação de riscos e controlo de novas substâncias psicoativas, coordenando para o efeito o Mecanismo Nacional de Alerta Rápido, no âmbito do qual se procede ao intercâmbio de informações sobre novas substâncias psicoativas ou novas tendências de utilização, que possam representar um risco potencial para a saúde pública. Para o efeito, o SICAD é responsável pela divulgação dos alertas emitidos pelo OEDT a todos os parceiros que integram a rede do Mecanismo Nacional de Alerta Rápido e no ano em apreço foram incluídos novos parceiros relevantes para o melhoramento do mesmo.

OE42. Desenvolver e consolidar relações de cooperação internacional e promover o intercâmbio de experiências junto de entidades de outros países e de organizações internacionais

Ação 144. Realização de ações de cooperação internacional e de intercâmbio de experiências

O desenvolvimento de relações de cooperação assume um papel relevante na atuação do SICAD ao nível internacional. Em 2021, não obstante a crise pandémica o **SICAD** organizou e dinamizou, em formato virtual, a formação "Intervenção comunitária na abordagem dos problemas ligados ao álcool" no âmbito do projeto "Grávida sem álcool, Bebé com saúde", em São Tomé e Príncipe.

Este projeto resulta de um trabalho conjunto entre a Associação Helpo e o Instituto de Droga e Toxicoddependência, órgão do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, de São Tomé e Príncipe, sendo financiado pelo Instituto Camões, pela Direção Geral da Saúde e pela Associação Helpo.

Os objetivos gerais do projeto visam criar um modelo de intervenção comunitário para reduzir o consumo de bebidas alcoólicas e melhorar o estado nutricional das mulheres grávidas, tendo em conta as medidas de mitigação da pandemia.

Por outro lado, foi dada continuidade à colaboração iniciada com Cabo Verde em 2015, relativa ao Programa "Eu e os Outros" - Programa de prevenção universal dos problemas ligados ao consumo de substâncias.

No âmbito da cooperação transfronteiriça, há que mencionar a manutenção da colaboração entre a **ARS Norte, IP/DICAD** e a Galiza no quadro do Grupo Luso Galaico de Investigação em Adições (GLIA), designadamente a preparação do projeto: Eficácia do Programa de Reabilitação Social E-Motional Training no Tratamento de Utentes com Transtornos Relacionados com Substâncias e desenvolvimento de Biomarcadores preditores de Resposta mediante Proteómica.

No que respeita ao intercâmbio de experiências com vista à divulgação de boas práticas, o SICAD participou em várias conferências e encontros virtuais nos quais apresentou a experiência portuguesa de descriminalização do consumo de drogas e as respostas nacionais em matérias de comportamentos aditivos e dependências.

O **MNE**, em articulação com as várias Missões junto das organizações internacionais e Embaixadas bilaterais prestaram apoio ao SICAD na promoção de diversas ações informativas realizadas internacionalmente sobre a política nacional em matéria de comportamentos aditivos e dependências.

A **PJ/UNCTE** manteve a colaboração com diversas congéneres internacionais, tendo sido realizadas diversas operações conjuntas, designadamente com autoridades congéneres de diversos países europeus, africanos e americanos. Em termos de troca de experiências, participou em diversas iniciativas, designadamente do OICE, UNODC, *EUROMED Police*, AIRCOP e *Centro Regional de Análisis e Inteligencia* contra el Narcotráfico da Andaluzia. De referir também a participação da PJ/UNCTE no consórcio de implementação do projeto SEACOP (*Seaport Cooperation Project*), que tem como objetivo geral contribuir para a melhoria das capacidades de diversos países da América Latina, das Caraíbas e da África Ocidental no combate ao tráfico de cocaína por via marítima, em especial através de portos e zonas costeiras sensíveis.

No âmbito das suas competências, os Serviços de Informações (**SIED e SIS**) participaram em reuniões bilaterais e multilaterais de intercâmbios de experiências sobre tráfico de

estupefacientes com outros Serviços de Informações, e registou-se o incremento da cooperação operacional com países da UE, da CPLP e do espaço ibero-americano.

Apesar das condicionantes impostas pela pandemia COVID 19 à participação em Programas de Intercâmbios de trabalhadores/visitas de trabalho em 2021, a Autoridade Tributária desenvolveu 2 atividades de cooperação no âmbito do controlo da fronteira externa comunitária sob a égide do Programa Alfândegas 2027: informações trocadas no âmbito do Memorando de Entendimento firmado entre as administrações aduaneiras da CPLP através da troca espontânea de informações relacionadas com o tráfico de mercadorias sujeitas a proibições e/ou restrições, suscetíveis de colocar em causa a segurança e a proteção dos respetivos países (4 informações). A AT realizou ainda uma ação de cooperação internacional, com caráter de formação técnica dirigida a Administrações Aduaneiras de países terceiros, a um grupo de 20 formandos, no âmbito da capacitação de Equipas de controlo de contentores.

Ainda em matéria de intercâmbios, de assinalar a participação da **GNR** no CEPOL Exchange Programme.

Em 2021, devido à pandemia, as visitas de delegações estrangeiras foram em número muito reduzido, embora o interesse internacional pela política portuguesa em matéria de comportamentos aditivos e dependências não tenha esmorecido, o que transparece nos diversos artigos/reportagens publicados. Realizaram-se apenas 9 encontros internacionais, dos quais 5 presenciais, com peritos oriundos dos EUA, Canada, Países Baixos, Brasil e Dinamarca. Na preparação destes encontros, foi solicitada a colaboração de vários parceiros como a **CDT de Lisboa, a ARSLVT, IP/DICAD, a PJ, PSP, a Associação Ares de Pinhal, entre outros.**

No que respeita à temática do jogo, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (**SCML**) tem participado em atividades desenvolvidas no âmbito das Associações Mundial, Europeia e Ibero-americana de Lotarias (WLA, EL e CIBELAE, respetivamente), importantes para a partilha e atualização de conhecimento em matéria de jogo problemático e de jogo responsável, visando a implementação de medidas e práticas corporativas de jogo responsável, e a sua melhoria contínua.

- Tal como em 2020, em 2021, estendeu-se a um número alargado de colaboradores da **SCML** a participação em diversos eventos sobre jogo responsável, aproveitando o facto dos mesmos se terem realizado online e da opção dos organizadores – as supracitadas Associações – de os terem disponibilizado gratuitamente à generalidade dos colaboradores dos seus membros.
- Em 2021, a SCML continuou a integrar a Comissão de Responsabilidade Social Corporativa e Jogo Responsável da CIBELAE (*Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas de Estado*) e, nesse contexto, manteve o intercâmbio regular próximo com outras Lotarias de Estado e participou num conjunto de atividades que visam promover, junto dos membros desta Associação, o desenvolvimento dos respetivos programas de jogo responsável. Colaborou ativamente, no âmbito desta Comissão, na elaboração de um guia bilingue (espanhol e português) sobre o desenvolvimento de programas de jogo responsável, destinado a orientar as Lotarias de Estado que estão a dar os primeiros passos nesta matéria, assim como na sua divulgação através de um *webinar*.

O **SICAD** deu continuidade às relações com a América Latina e as Caraíbas através da sua participação no **Programa COPOLAD III - Programa de Cooperação entre a América Latina, as Caraíbas e a UE sobre políticas de luta contra droga**, que visa reforçar as capacidades e incentivar o processo de elaboração de políticas de luta contra a droga, nas suas diferentes etapas, nos países da América Latina e das Caraíbas, bem como estabelecer uma ponte entre os dois continentes em matéria de luta contra as drogas ilícitas.

- Em 2021 teve início a implementação da terceira fase do programa, por um período de 48 meses e com um orçamento de 15 milhões de euros. O COPOLAD III é liderado pela Fundação Internacional e Ibero-Americana para a Administração e Políticas Públicas (FIIAPP) e pela Organização Internacional Ítalo-Latino-Americana (IILA) e conta com a colaboração do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT) e da Agência Alemã para projetos de cooperação *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ). Ao nível nacional, para além do SICDA, também a PJ/UNCTE participa no Programa, designadamente nas atividades previstas em matéria de redução da oferta.
- De acordo com as prioridades definidas na Estratégia da UE em matéria de drogas, o programa dará particular enfoque aos Direitos Humanos, igualdade de género, saúde pública e outras dimensões do desenvolvimento sustentável. Com base nas realizações das fases anteriores, o COPOLAD III continuará a promover o diálogo técnico e político entre a América Latina e as Caraíbas e a UE, no sentido de reforçar a capacidade técnica dos observatórios nacionais sobre drogas; promover a adoção de critérios de qualidade baseados em evidência, a adoção de abordagens sustentáveis para o desenvolvimento de capacidades e o intercâmbio bi-regional de boas práticas, bem como o reforço do Mecanismo de Coordenação e Cooperação UE - CELAC sobre Drogas. Pela primeira vez, o COPOLAD combinará os espaços tradicionais de colaboração bi-regional e plurinacional com intervenções de assistência técnica direta aos países para dar resposta às necessidades a nível nacional e impulsionar intervenções inovadoras.
- O **SICAD** assegurou a representação nacional no evento virtual de lançamento do COPOLAD III, que teve lugar a 15 fevereiro, e no qual participaram mais de 30 agências de droga da América Latina, Caraíbas e União Europeia.

Ao longo do ano de 2021, o **SICAD** coordenou os trabalhos preparatórios da *Lisbon Addictions 2022*, quer no âmbito do *Programme Committee*, o qual é responsável pelos conteúdos científicos da Conferência, quer no âmbito do *Organising Committee*, incumbido de todos os aspetos organizativos e logísticos da Conferência.

- A quarta edição da Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências-*Lisbon Addictions 2022*, terá lugar em Lisboa, de 23 a 25 de novembro de 2022.
- À semelhança das edições anteriores, a realização e organização desta Conferência será da responsabilidade do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), em colaboração com o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA), a revista científica *Addiction/Society for the Study of Addiction (SSA)*, e a *International Society of Addiction Journal Editors (ISAJE)*.
- O tema central escolhido para 2022 foi "Global Addictions". Tratando-se de uma conferência científica, o programa será elaborado tendo por base os *abstracts* submetidos e aceites pelo Comité Científico afeto à Conferência.

Siglas e acrónimos

- ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias
- ADoP - Autoridade Antidopagem de Portugal
- ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses
- ANSR - Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
- ARS, I.P. - Administração(ões) Regional(ais) de Saúde, I.P.
- ARS, I.P./DICAD - Administração Regional de Saúde I.P./ Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
- ARP – Auto-Regulação Publicitária
- ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
- ASSIST - The Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test
- AT - Autoridade Tributária e Aduaneira
- AUDIT - Alcohol Use Disorders Identification Test
- CAST: Cannabis Abuse Screening Test
- CAD - Comportamentos Aditivos e Dependências
- CDT - Comissão(ões) para a Dissuasão da Toxicodependência
- CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
- CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
- CNCS – Centro Nacional de Cibersegurança
- CNPDCJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
- CPL – Casa Pia de Lisboa
- CRI - Centro(s) de Respostas Integradas
- CT - Comissão Técnica
- DDN - Dia da Defesa Nacional
- DGAE – Direção-Geral das Atividades Económicas
- DGAI - Direção-Geral da Administração Interna
- DGAV – Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
- DGC – Direção-Geral do Consumidor
- DGE - Direção-Geral da Educação
- DGES - Direção-Geral de Ensino Superior
- DGPE – Direção-Geral de Política Externa
- DGPJ - Direção-Geral da Política de Justiça

DGPRM – Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DGRSP - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DGS - Direção-Geral da Saúde
ENLCD - Estratégia Nacional de Luta contra a Droga
ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social
FNAS Fórum Nacional Álcool e Saúde
GNR - Guarda Nacional Republicana
IAT: Internet Addiction Test.
I.P. - Instituto Público
IDT, I.P. - Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.
IEFP, I.P. – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
INE – Instituto Nacional de Estatística, I.P.
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica
INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.
INMLCF - Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.
INSA - Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge
IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
ISS - Instituto da Segurança Social, I.P.
IVV - Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexual/Transgénero, Queer, Intersexo, Assexual e todas as diversas possibilidades de orientação sexual e identidade de género que existam
LPC - Laboratório de Polícia Científica
MAI - Ministério da Administração Interna
MDN/DGPRN - Ministério da Defesa Nacional/Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
NSP - Novas Substâncias Psicoativas
OE - Objetivo(s) Estratégico(s)
OEDT - Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
OM – Ordem dos Médicos
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONG - Organizações não Governamentais
OOp - Objetivo(s) Operacional(ais)
PA - Plano de Ação
PGR – Procuradoria-Geral da República

PII - Plano Individual de Inserção

PJ - Polícia Judiciária

PJ/LPC - Polícia Judiciária/Laboratório de Polícia Científica

PJ/UNCTE – Polícia Judiciária/Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes

PNRCAD - Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências

PNSM - Programa Nacional para a Saúde Mental

PNSIJ - Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil

PSP - Polícia de Segurança Pública

REITOX - Rede de Informação sobre a Droga e a Toxicodependência

RPMS – Rede Portuguesa dos Municípios Saudáveis

RRMD - Redução de Riscos e Minimização de Danos

SCML - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SGMAI - Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna

SI - Sistemas de Informação

SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

SICPJ - Sistema de Informação Criminal da Polícia Judiciária

SIED - Serviço de Informações Estratégicas de Defesa

SIS - Serviço de Informações de Segurança

SOGS: South Oaks Gambling Scale

SPA - Substâncias Psicoativas

SRIJ - Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos

UE - União Europeia

VIH - Vírus da Imunodeficiência Humana



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



SICAD Serviço de Intervenção nos
Comportamentos Aditivos
e nas Dependências

SICAD

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

General-Directorate for Intervention on Addictive Behaviours and Dependencies

Tel: +351 211 119 000 | E-mail: sicad@sicad.min-saude.pt | Site: www.sicad.pt

 [sicad_portugal](https://twitter.com/sicad_portugal)  [SICADPortugal](https://www.facebook.com/SICADPortugal)  [SICAD Portugal](https://www.youtube.com/SICADPortugal)